

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

ELIANE RAMIRA SOUSA LOPES

POLÍTICA NA IGREJA/ POLÍTICA DA IGREJA: formas e disputas de poder dos bispos Dom Francisco Hélio Campos e Dom Adalberto Paulo da Silva na Diocese de Viana-MA durante a ditadura militar.

São Luís
2016

ELIANE RAMIRA SOUSA LOPES

POLÍTICA NA IGREJA/ POLÍTICA DA IGREJA: formas e disputas de poder dos bispos Dom Francisco Hélio Campos e Dom Adalberto Paulo da Silva na Diocese de Viana-MA durante a ditadura militar.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão para obtenção do grau de Mestre em Ciências Sociais.

Orient.: Prof.^a Dr.^a Arleth Santos Borges

São Luís
2016

Lopes, Eliane Ramira Sousa.

Política na igreja/ política da igreja: formas e disputas de poder dos bispos Dom Francisco Hélio Campos e Dom Adalberto Paulo da Silva na Diocese de Viana-MA durante a ditadura militar. / Eliane Ramira Sousa Lopes. - São Luís, 2016.

133 f. il.

Orientador (a): Arleth Santos Borges

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Maranhão, 2016.

1. Igreja Católica. 2. Diocese de Viana. 3. Política. 4. Poder. I. Título.

CDU: 322:272(812.1)

ELIANE RAMIRA SOUSA LOPES

POLÍTICA NA IGREJA/ POLÍTICA DA IGREJA: formas e disputas de poder dos bispos Dom Francisco Hélio Campos e Dom Adalberto Paulo da Silva na Diocese de Viana-MA durante a ditadura militar

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão para obtenção do grau de Mestre em Ciências Sociais

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Arleth Santos Borges (Orientadora)
Doutora em Ciência Política
Universidade Federal do Maranhão (PPGSoc)

Prof. Dr. Adroaldo José Silva Almeida
Doutor em História
Instituto Federal do Maranhão

Prof.^a Dr.^a Martina Ahlert
Doutora em Antropologia Social
Universidade Federal do Maranhão (PPGSoc)

À minha família, pelo constante apoio e
colaboração.

AGRADECIMENTOS

À Deus pelas bênçãos concedidas e por estar sempre guiando meus passos.

Aos meus pais Antônio Tavares Lopes e Glória Lopes pela dedicação, amor, ensinamentos, pela firmeza na educação e pelos princípios ensinados.

Às minhas irmãs Elisangela Rafaela, Elislândya Raquel e Elany Régia, aos meus irmãos Elymarcos Roberto, Elexsandro Roberth e Elycarlos Régis pela agradável convivência, compreensão e conforto em todos os momentos. Em especial à minha irmã Elany por ter dado suporte nesta pesquisa.

Aos meus amados sobrinhos pela honra da companhia alegre e tenra, pelos sorrisos e afagos constantes, e por proporcionar momentos agradáveis. Aos meus queridos cunhados e cunhadas pelos constantes apoios sempre que precisei.

Aos professores que contribuíram em minha formação nas Ciências Sociais, oferecendo uma construção da criticidade. Agradeço a professora Dr^a Maristela de Paula Andrade, que muito colaborou em minha formação. Agradecimento especial a minha orientadora Dr^a Arleth Santos Borges que com sua paciência, incentivos, competência e amizade foi muito importante nos avanços da minha formação e no trajeto da minha pesquisa. Um agradecimento aos membros do Núcleo de Estudos sobre Poder e Política (NEPP), que foram fundamentais no desenvolvimento desta investigação.

Aos professores Dr. Adroaldo Almeida e Dr^a Martina Ahlert pelo aceite na composição da banca.

Aos meus amigos queridos Deusamar dos Santos, Camila Lago, Leomir Costa, Thiago Lima, Socorro Aires e Jesus Pereira pelos seus constantes apoios.

Não há ninguém na Terra que consiga descrever a dor de quem viu um ente querido desaparecer atrás das grades da cadeia, sem mesmo poder adivinhar o que lhe aconteceu.

Dom Paulo Evaristo Arns

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo analisar as relações Igreja/Estado no Brasil, tomando como referente empírico a Igreja Católica e as experiências de dois bispados na cidade maranhense de Viana, durante a ditadura militar. Partindo das noções de campo (Bourdieu) e configurações (Elias), analisa-se os ambientes e as práticas dos bispos Dom Francisco Hélio Campos (1969-1975) e Dom Adalberto Paulo da Silva (1975-1995), buscando-se identificar as visões religiosas e políticas desses agentes, descrevendo e analisando como estas se objetivam em práticas cotidianas na Diocese de Viana. A pesquisa parte de uma abordagem geral e histórica sobre as relações Igreja e Estado mapeando interações tanto cooperativas como conflitivas entre esses dois campos, sem descuidar-se da atenção às lutas e conflitos no interior de cada um destes. Considerando especificamente a Diocese de Viana, o estudo aborda o processo em que se deu a sua criação e a atuação de dois bispos de perfis religioso e político nitidamente distintos. Em relação a metodologia, a pesquisa foi conduzida a partir de uma epistemologia que reconhece a dimensão parcial, interpretativa e relacional do conhecimento, o qual se adensa com o cotejamento de fontes e, em termos de técnicas e ferramentas metodológicas, foi construída com base em fontes bibliográficas e documentais, sendo estas localizadas no acervo da delegacia de Ordem Política e Social do Maranhão (DOPS-MA) e Comissão Pastoral da Terra – CPT, além de entrevistas com agentes, direta ou indiretamente, envolvidos com as questões analisadas.

Palavras-chaves: Igreja Católica. Diocese de Viana. Política. Poder.

RÉSUMÉ

Cette recherche a comme but analyser les relations Église / État au Brésil, en prenant comme référence empirique l'Église Catholique et les expériences de deux évêchés dans le village Viana Maranhão lors de la dictature militaire. Partant des notions de champ (Bourdieu) et la configuration (Elias), on analyse les environnements et les pratiques des évêques Dom Francisco Hélio Campos (1969-1975) et Dom Adalberto Paulo da Silva (1975-1995), afin d'identifier leurs regards religieux et politiques, en décrivant et en analysant comme ceux-ci se concrétisent en de pratiques quotidiennes au diocèse de Viana. La recherche part d'un abordage général et historique sur les relations entre l'Église et l'État en repérant des interactions à la fois coopératifs et conflictuelles entre ces deux domaines-là, sans laisser de prendre en compte les luttes au sein de chacun. En ce qui concerne plus précisément le diocèse de Viana, l'étude s'approche du processus de sa création et de l'engagement de ces deux évêques aux profils religieux et politiques nettement distincts. Par rapport à la méthodologie, la recherche a été réalisée basée sur une épistémologie qui reconnaît la dimension partielle, interprétative et relationnelle de la connaissance qui s'approfondit avec la confrontation des sources. Les techniques et outils méthodologiques ont été construites basées sur des sources bibliographiques et documentaires placées dans la collection du commissariat de Ordem Política e Social do Maranhão (DOPS-MA) et Comissão Pastoral da Terra – CPT, en plus d'interviews avec des agents engagés direct ou indirectement dans les questions analysées.

Mots-clés: L'Eglise Catholique. Le Diocèse de Viana. Politique. Pouvoir

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Palácio Episcopal da cidade de Viana	53
Figura 2	Dom Francisco Hélio Campos	62
Figura 3	Ficha do Padre Eider Furtado na DOPS-MA (Frente)	65
Figura 4	Ficha do Padre Eider Furtado na DOPS-MA (Costa)	65
Figura 5	Ficha de Dom Hélio Campos na Dops - MA	66
Figura 6	Registro de Relatório do Padre Cláudio Bergamaschi.....	66
Figura 7	Registro de Relatório do Frei José (Giuseppe Staccone)	67
Figura 8	Extrato do Relatório DOPS/MA sobre as atividades dos religiosos e lavradores no município de Santa Luzia (página 2)	75
Figura 9	Extrato do Relatório DOPS/MA sobre as atividades dos religiosos e lavradores no município de Santa Luzia (página 3)	76
Figura 10	Pedido de busca do Ministério do Exército	83
Figura 11	Atividade do Bispo de Viana, Dom Hélio Campos	84
Figura 12	Informe do Exército Brasileiro sobre as ações de Dom Hélio Campos.....	85
Figura 13	Ficha descritiva sobre Dom Hélio (Frente).....	88
Figura 14	Ficha descritiva sobre Dom Hélio (Verso)	89
Figura 15	Ficha descritiva Padre Eider Furtado (Frente).....	90
Figura 16	Ficha descritiva Padre Eider Furtado (Verso).....	91
Figura 17	Dom Adalberto Paulo da Silva	93
Figura 18	Trecho da carta dos padres da Diocese de Viana ao Presidente da CNBB.....	94
Figura 19	Trecho da carta dos padres da Diocese de Viana ao Papa Paulo VI.....	95
Figura 20	Informe sobre o clero progressista do Maranhão.....	98
Figura 21	Carta ao missionário Mauricio Gamba	104
Figura 22	Medalha Pacificador	105
Figura 23	O pacificador da Baixada.....	106
Figura 24	Denúncia do Bispo Dom Adalberto.....	111
Figura 25	Bispo Quer Excomungar Padre.....	111
Figura 26	Bispo Excomunga Padre	111
Figura 27	Padre Eider Excomungado.....	112
Figura 28	Padre Eider não se calará	112

LISTA DE SIGLAS

AC	Ação Católica
ACB	Ação Católica Brasileira
AFIs	Auxiliares Femininas Internacionais
AP	Ação Popular
ATAM	Trabalhadores Agrícolas do Maranhão
CEA	Centro de Informação da Aeronáutica
CEB's	Comunidade Eclesial de Bases
CELAM	Conselho Episcopal Latino-Americano
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CENIMAR	Centro de Informações da Marinha
CIE	Centro de Informações do Exército
CODI	Centro de Operação de Defesa Interna
CPT	Comissão Pastoral da Terra
DOI	Destacamento de Operações de Informação
DOPS-MA	Delegacia de Ordem Política e Social do Maranhão
DSN	Doutrina de Segurança Nacional
JAC	Juventude Agrária Católica
JEC	Juventude Estudantil Católica
JOC	Juventude Operária Católica
JUC	Juventude Universitária Católica
MEB	Movimento de Educação de Base
SNI	Serviço Nacional de Informações
TL	Teologia da Libertação

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	IGREJA E POLITICA	33
2.1	Catolicismo e Campo Religioso no Brasil	38
2.2	Igreja e Ditadura Militar	44
3	AGENTES RELIGIOSOS NA DIOCESE DE VIANA	46
3.1	Diocese de Viana	49
3.1.1	Movimento de Educação de Base (MEB) na Diocese de Viana	57
4	UMA IGREJA, DOIS BISPADOS: lutas sociais e jogos políticos na Diocese de Viana	61
4.1	Bispado Dom Francisco Hélio Campos	62
4.2	Bispado Dom Adalberto Paulo da Silva	93
4.3	Igreja e a Sociedade Civil na Diocese de Viana	114
5	CONCLUSÃO	117
	REFERÊNCIAS	120
	ANEXO A – MAPA DO MARANHÃO EM DESTAQUE DE VERMELHO O MUNICÍPIO DE VIANA	128
	ANEXO B – MUNICÍPIO DE VIANA E SEUS ATUAIS LIMITES TERRITORIAIS	129
	ANEXO C- IFOGRAFIA DA CIDADE DE VIANA	130
	ANEXO D - RELATÓRIO SOBRE AS ATIVIDADES DOS RELIGIOSOS E LAVRADORES NO MUNICÍPIO DE SANTA LUZIA	131
	ANEXO E- SERMÃO DA ÚLTIMA MISSA EM VIANA DE DOM HÉLIO	134

1 INTRODUÇÃO

A Igreja Católica no Brasil, no decorrer de sua história, passou por grandes transformações em seu interior, que resultaram de conflitos internos e externos, particularmente em suas relações com o Estado. As origens desses conflitos repousam, entre outros elementos, na pluralidade de interpretações sobre a própria igreja, seus fundamentos, formas de professar a fé e as articulações entre esta e a política. A partir dessas diferentes visões emergiram práticas diferenciadas, algumas das quais desencadearam movimentos religiosos – sociais - políticos, além de di-visões¹ internas, entre progressistas e conservadores, predominante desde os anos 1960.

Este setor progressista é entendido como um elemento que incorpora a questão dos direitos sociais, e que se mobiliza politicamente, através de organismos como as Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) e as pastorais sociais², visto que reivindicava a abertura política a setores populares, justiça social e baseia-se em princípios da solidariedade e conquista de direitos. Esse setor recomenda “a formação de grupos cristãos militantes, objetivando dar sua ajuda a programas e desenvolvimento comunitário (educação, organização de cooperativas e outros)” (KRUWIEDE, 1971 apud SCHERER- WARREN, 1996, p.36). Sob esse ponto, ao referir-se a setor progressista da Igreja, estar-se reportando a um segmento heterogêneo, que defende ações políticas no combate aos problemas sociais, uma parcela ativista - se inseriam em congregações juntando freiras, freis, padres e bispos- da igreja que busca proximidade com os setores populares (LOPES, 2013).

Nesse sentido, estes setores da Igreja Católica começam a se voltar aos problemas sociais no campo, como já vinha acontecendo com trabalhadores urbanos e o setor estudantil, tornando recorrente o envolvimento de padres, freiras e bispos com os problemas da população rural empobrecida, subalternizadas pelo sistema capitalista.

Assim, desde o fim dos anos de 1950, a Igreja Católica passou a desenvolver ações no interior do país com os trabalhadores do campo, a chamada educação popular, desenvolvida a partir do método Paulo Freire e institucionalizada em 1961 pelo presidente Jânio Quadro e o arcebispo de Aracajú, Dom José Távora, sob o nome de Movimento de Educação de Base (MEB), o qual propunha não somente a alfabetização dos trabalhadores

¹ Utiliza-se a expressão di-visão remetendo a visão de mundo e visão de campo de poder.

² São serviços específicos a categorias de pessoas e/ou situações também específicas da realidade social. Constituem ações voltadas concretamente para os diferentes grupos ou diferentes facetas da exclusão social (CARTILHAS, 2001, p.8).

rurais, como também suas inserções no campo social e político, promovendo assim transformações sociais.

No Maranhão, as atividades educativas promovidas pelo MEB aconteceram paralelamente aos trabalhos da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), entidade que buscava organizar os trabalhadores rurais lhes oferecendo condições de mobilizações em vista de salários e reforma agrária. A ULTAB, na década de 50, coordenou lutas pela reforma agrária, uma vez que, o sindicalismo rural no Maranhão não era mobilizado. Neste cenário, a setor progressista da Igreja Católica passa a se engajar em sindicatos dispondo aos trabalhadores uma pedagogia em que o “povo” é considerado “sujeito de sua própria história” (ALMEIDA, 1981; SEMERARO, 1994).

As práticas de uma “educação conscientizadora” orientadas por religiosos possibilitaram formação de lideranças leigas, culminando no aparecimento das Comunidades Eclesiais de Base (CEB’s), estas se preocupavam em combater problemas cotidianos por meio de ações coletivas e solidárias. Tais práticas podem ser entendidas a partir da realidade brasileira e de grande parte da América Latina, que desde o fim da década de 1940 vivia sob a esteira de políticas desenvolvimentistas, que concebiam político e social alicerçados sob o crescimento industrial do país, aumentando as disparidades socioeconômicas. Essa política acarretou nas décadas posteriores o crescimento do desemprego e da desigualdade social, o que incentivou a Igreja Católica a desenvolver trabalhos de assistência e de educação popular, sobretudo, com os trabalhadores do campo.

Ressalta-se que, em 1952, por iniciativa de Dom Hélder Câmara, na época bispo auxiliar do Rio de Janeiro, foi fundada a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), originada praticamente da Ação Católica, a qual muitos bispos estavam ligados. Constituindo-se como órgão de concentração episcopal e instância máxima do catolicismo no Brasil, passou a ser porta voz oficial da Igreja Católica no país. A visibilidade e importância dos movimentos leigos passaram a depender em boa parte do engajamento da hierarquia; esta entidade alicerçou engajamento de bispos e textos de peso político. Encontros do episcopado assinados pela CNBB ganharam maior respaldo frente ao governo federal e as articulações políticas dos bispos facilitaram as atuações mais ousadas da esquerda católica (SCHALLENMUELLER, 2011; SEMERARO, 1994).

Bispos de várias regiões preocupados com assuntos concernentes ao desenvolvimento e a reforma agrária, se articularam com o governo federal, assim, a pedido da CNBB, o presidente Juscelino Kubitschek (1955-1960) realizou encontros com o episcopado do Nordeste (Campina Grande, 1955 e Natal, 1959), onde se discutiram a criação,

da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), criada em 1959, pode ser considerada como um produto da cooperação entre Igreja e Estado. Entre 1961 e 1964, a Igreja Católica intensifica seu envolvimento com a reforma agrária, esta instituição religiosa que durante toda sua história no país concentrou-se prioritariamente às classes dominantes, passou a voltar-se aos problemas da massa e de setores mais pauperizados. Esse deslocamento das posições, a princípio fragmentado e espontâneo, se fortaleceu com as práticas dos grupos da esquerda católica, gerados na vanguarda da Ação Católica Brasileira (ACB), especificadamente, em seus setores especializados (MAINWARRING, 2004, SEMERARO, 1994).

Considere-se, ademais, elementos exógenos ao catolicismo brasileiro que reforçava o setor reformista, no caso a ascensão ao papado de João XXIII, a quem católicos conservadores reputavam como “esquerdista”. Apesar de ter sido um pontificado curto (1958-1963), João XXIII erigiu reformas através das *encíclicas Mater et Magistra* (1961), e *Pacem in Terris* (1963). Com a já consolidada Ação Católica (AC), este papa abriu precedentes para o fortalecimento da Ação Católica Especializada, como a Juventude Operária Católica (JOC), Juventude Agrária Católica (JAC), Juventude Universitária Católica (JUC) e outras. Entre suas posturas consideradas populares pela maioria, a mais marcante que transformou a história da Igreja Católica no mundo, sobretudo na América Latina, foi a convocação de um concílio ecumênico, o chamado Concílio Vaticano II, que “reafirmou com veemência a ideia de uma Igreja de serviço e não de poder” (GUTIÉRREZ, 1983), oportuno para setores progressistas ganharem fôlego nas práticas sociais, unindo fé e política.

Um elemento influenciador nas tomadas de posições progressistas de diversos religiosos, o Concílio do Vaticano II, de 1962-1965, a Conferência Episcopal Latino Americana em Medellín, em 1968 e a Conferência de Puebla em 1979, demarcam uma guinada aos trabalhos pastorais que enfatizavam a “opção pelos pobres”. Scott Mainwaring (2004) avalia que as transformações vinculadas à fé e a justiça social durante esses acontecimentos foram alcançadas no Brasil como jamais anteriormente no catolicismo internacional.

Nessa configuração social, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), no ano de 1962, enfatiza a ideia da Igreja se voltar ao sindicalismo rural. Porém, o projeto de aproximação desta instituição religiosa com a massa trabalhadora rural, engajadas nas lutas por reforma agrária, não obteve o êxito esperado, mesmo com intensas mobilizações políticas, pois para muitos camponeses a Igreja acendia velas tanto para a massa de trabalhadores rurais como para os latifundiários (ALMEIDA, 1981).

Foi nesse contexto que a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) reviu sua atuação perante o movimento da massa de camponeses, o que levou à fundação de sindicatos, conhecidos como sindicatos dos padres. Religiosos engajam-se em mobilizações das organizações sindicais, oferecendo aos trabalhadores rurais além da criação de novos sindicatos com o trabalho, educação sindical com formação de lideranças, tudo isso a partir do Movimento de Educação de Base (MEB).

No interior do Maranhão, no início dos anos 1960, essas mobilizações de organizações sindicais rurais, realizaram-se por meio do MEB, juntamente com as pastorais sociais e as Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) oferecendo regularmente formações de lideranças sindicais aos trabalhadores do campo, em razão de que eram recorrentes as disputas de terras entre posseiros e grileiros, como também a exploração sobre os lavradores.

Através do MEB, alguns religiosos iniciaram os primeiros cursos de lideranças sindicais no campo, nas cidades de Itapecuru, Viana e também em São Luís. Conforme Almeida (1981) foi registrado no ano de 1962, o treinamento, em São Luís, de 20 (vinte) lideranças camponesas das cidades de Matinha, Pirapemas, Colinas, Viana, Pindaré – Mirim e Cantanhede, por meio do MEB. A essa altura, já fazia-se claro para muitos religiosos, sobretudo padres e bispos, a gravidade dos problemas do campo como uma questão a ser combatida, dado ser grande a desigualdade social; alguns bispos passaram a ser apontados como líderes de movimentos sociais do campo.

Antes do golpe, o MEB se destacou com experiências em educação e cultura popular, promovendo atividades que estimulavam as transformações sociais, após o golpe sofreu repressão por parte do Estado, foi gradualmente marginalizado por bispos, encerrando assim, as atividades em 1967. Este movimento foi à primeira tentativa da Igreja Católica de desenvolver práticas pastorais transformadoras, uma vez que o analfabetismo e o elevado índice da população pauperizada figurava a realidade brasileira.

O regime ditatorial e, essa condição econômica e social, era uma conjuntura de grande parte da América Latina, o que levou teólogos brasileiros como Hugo Husmann, Leonardo Boff e Clodovis Boff, o peruano Gustavo Gutiérrez, o mexicano Enrique Dussel, e outros, a escreverem sobre a nova pedagogia existente na Igreja Católica, a chamada Teologia da Libertação (TL), inspirada também pelo debate teológico e político de instâncias da própria Igreja focado em reflexões sobre a práxis histórica do homem, na combinação entre ver, pensar/julgar e agir. A TL nasceu como reflexão sobre a práxis e os compromissos assumidos pelos cristãos que interpretaram a realidade latino-americana em termos de dependência e a

necessidade de libertação. Uma igreja que não reproduzisse as injustiças sociais, mas que oferecesse liberdade aos oprimidos (GUTIÉRREZ, 1983).

Ressalte-se que a Teologia da Libertação (TL) foi um movimento resultante da experiência de uma pastoral popular na América Latina; no Brasil este modelo de pastoral realizava-se recorrentemente pelas CEB's, com a pedagogia do MEB. “As Comunidades Eclesiais de Base formaram um tipo de organização que resistia e contestava a divisão de classes e as ditaduras que reinavam na América Latina” (PASSOS, 2006, p.16). Conforme Gutiérrez (1983) a Teologia da Libertação

é uma teologia da salvação nas condições concretas, históricas e políticas de hoje. Essas mediações históricas e políticas atuais, valorizadas por si mesmas, alteram a vivência e a reflexão sobre o ministério escondido desde todos os tempos e revelado agora, sobre o amor do pai e a fraternidade humana, sobre a salvação. Isso é o que se pretende significar na hora presente o termo (p.268).

Os setores progressistas da Igreja Católica, embora constantemente combatida pelo conservadorismo que desde a colonização do Brasil buscou meios de resguardar o *status quo* desta instituição religiosa, traçava pela primeira vez um catolicismo revolucionário, o mais radical de toda sua história. Essa realidade é condizente com os acontecimentos na América Latina, onde muitos países viviam sob regime ditatorial e empresas multinacionais dominando a economia e alavancando o desemprego em países como Argentina, Bolívia, Paraguai e Brasil. Em resposta às difíceis condições socioeconômicas e políticas do continente o setor progressista da Igreja católica, segundo Gutiérrez (1983), examina necessidade de mudanças face à “insustentável situação de miséria, alienação e espoliação em que vive a imensa maioria da população latino-americana” (p. 85). Acreditava que era preciso encontrar urgentemente meios de libertação econômica, social e política, levantando assim, uma bandeira de liberdade para a formação de uma nova sociedade.

Constata-se, então, que no início dos anos de 1960, as ações de religiosos progressistas imprimiram na Igreja Católica, especialmente no campo, uma face de igreja popular, a qual ganhou força com o Vaticano II (1962-1965) e posteriormente com a Teologia da Libertação (TL), cujas ações eram orientadas pelo princípio de “opção preferencial pelos pobres”, visando à transformação social por meio de atividades voltadas a segmentos à margem da sociedade, como mulheres, negros e lavradores.

No entanto, esta opção não se fez sem custos políticos. No Brasil no início do período militar, setores conservadores do catolicismo foram às ruas apoiar a tomada do governo. Já nesse contexto, estas forças conservadores consideravam os progressistas, incluindo aí os religiosos, como um perigo à ordem social e política e que, por isso, deveriam

ser, de algum modo, contidos. Já em fins dos anos 1960 os conflitos entre Igreja e Estado haviam se aprofundado e com a decretação do Ato Institucional Nº 5 (AI-5), em dezembro de 1968.

Esses conflitos já não envolvem apenas os progressistas ou religiosos de menor posição hierárquica, pois, desde esse período as agências estatais encarregadas da repressão já não viam nos templos ou na alta hierarquia religiosa um limite intransponível para as suas ações. Toda a Igreja, agora poderia ser alvo das políticas de repressão e controle perpetradas pelo Estado e nesse novo contexto, a Igreja católica passa de apoiadora à opositora do *Estado de Exceção*³ instaurado em 1964, estreitando-se ainda mais os laços entre católicos progressistas com movimentos sociais e demais setores sociais oprimidos pela violência e repressão do regime militar que, a essa altura, escancarara seu caráter ditatorial (ARNS, 1996; SERBIN, 2001).

Diante do exposto, o presente estudo objetiva analisar as relações Igreja/ Estado, considerando as práticas dos bispos Dom Francisco Hélio Campos (1969-1975) e Dom Adalberto Paulo da Silva (1975- 1995) na Diocese de Viana, entendendo que ambos carregam em seus valores e práticas religiosas elementos de reiteração e/ou conflitos com essas orientações institucionais e disputas políticas que marcam o posicionamento da igreja nas movimentadas décadas de 1960 e 1970.

O recorte temporal adotado no estudo, anos de 1969 a 1985, se justifica pelo período compreender os dois bispados da Diocese de Viana e por este trabalho estar inserido no âmbito de uma pesquisa mais ampla focada no contexto ditatorial no Maranhão, realizada pelo Núcleo de Estudos sobre Poder e Política (NEPP), voltado para os estudos dos agentes e interações conflitivas, a partir da narrativa construída pelo Departamento de Ordem Social e Política – DOPS, coordenado pela Professora Doutora Arleth Santos Borges.

A delimitação espacial, cidade de Viana, decorre do fato de ser a Diocese de Viana considerada por órgãos de segurança (DOPS- MA) como “palco do clero progressista no Estado do Maranhão”⁴, embora as práticas ali desenvolvidas nesse período, no caso de um dos bispos, não ser considerado progressista. A análise desses dois casos permite\ examinar a diversidade de concepções de igreja entre os próprios religiosos, concretizadas em dois

³ No estado de exceção a força existe a partir da suspensão da aplicação da lei, isto é, há uma força de lei sem lei, que legitima a violência com arbitrariedade e suspensão dos direitos, em que o executivo amplia seus poderes para a esfera legislativa em nome da segurança, a serviço da concentração de poder (AGAMBEN, 2004).

⁴ Informação nº 064/ SI/DOPS/MA/1975 (figura 20)

bispados bem diferentes no que concerne à interpretação dos princípios religiosos, relações com as hierarquias internas, com os fiéis, o Estado e organizações da sociedade civil.

Em termos específicos, a presente pesquisa examina as visões dos bispos Dom Hélio Campos e Dom Adalberto Paulo da Silva sobre Igreja/ doutrina e seu papel, descrevendo a atuação e posicionamentos políticos e religiosos dos bispos na Diocese de Viana; analisa as visões dos religiosos sobre a política do país; buscou-se entender a visão dos bispos sobre o próprio papel de bispo; fez-se um esforço em mapear as lutas internas, seja de cooperação ou de conflitos entre os religiosos.

Para uma compreensão do funcionamento do espaço ocupado pelos bispos, demais religiosos (freis, padres, freiras) e por fiéis católicos da Diocese de Viana, incluindo nesta última os camponeses, fez-se necessário uma análise do espaço social e processos de lutas e resistências que caracterizam essa comunidade de fiéis, assim como das lógicas cooperativas e competitivas envolvidas na efetivação de cada um dos bispados. Para tanto, recorreu-se a uma pesquisa documental e qualitativa; como instrumento para coleta das informações utilizou-se entrevistas estruturadas, semiestruturada e entrevistas abertas, de modo a possibilitar que o interlocutor fale com mais liberdade sobre o tema que lhe é proposto (POUPART, 2008).

Ainda sobre metodologia de análise, utilizou-se a pesquisa documental a partir de arquivos disponíveis no campo empírico - o Arquivo Público Estadual do Maranhão -, onde encontram-se documentações acerca da atuação do clero da cidade de Viana. Foram pesquisados, sobretudo, os arquivos da Delegacia de Ordem Política e Social do Maranhão (DOPS-MA), importante agência de polícia política encarregada de produzir e disseminar para o sistema de segurança, informações de interesse político naquele período ditatorial.

Os documentos da Delegacia de Ordem Política e Social do Maranhão (DOPS-MA) são divididos em séries, as quais compõem o Inventário com o total de 12 (doze) séries contendo, cada uma delas várias coleções de documentos denominados dossiês. As séries e número de dossiês são os seguintes: *Subversão*, com 441 dossiês ou pastas, mas possuindo 376⁵ disponíveis; *Estudantes*, com 231 dossiês; *Ministérios*, com 38 dossiês; *Entidades Religiosas*, com 13 dossiês; *Atividades Políticas*, com 85 dossiês; *Documentos Diversos*, com

⁵ A Série *Subversão* é enumerada por 441 dossiês ou pastas, conforme está no Sistema de Informação do Arquivo Público. Desses há os que não foram encontrados ou que não foram transferidos pra o Arquivo Público. Sendo assim, não possuem descrição e nem localização, visto que estão ausentes na DOPS. Entre os dossiês ou pastas não transferidas estão as de número: 1 e 33. E as pastas ou dossiês não encontrados estão os de número: 45; 51; 52; 54; 56; 57; 64; 109; 124; 136; 140; 241; 246; 325; 355; 375 e a de número 393 ao número 440, o que dá 63 dossiês não encontrados e 2 não transferidos, faltando assim 65 pastas ou dossiês. Significa que a Série *Subversão* possui de fato 376 dossiês.

47 dossiês; *Sindicatos*, com 219 dossiês; *Documentos Expedidos*, com 75 dossiês; *Documentos Recebidos*, com 82 dossiês; *Atestado de Ideologia Política*, com 94 dossiês; *Recortes de Jornais*, 81 dossiês e *Documentos Avulsos*, com 10 dossiês.

Como ponto de partida da pesquisa, buscou-se neste Inventário Analítico formado por 1.351 dossiês/ pastas, a palavra-chave *Viana* e nomes dos bispos ou padres do tempo em estudo. Como também nomes das cidades que constituíam na época a Diocese de Viana. Os dossiês em que foram encontradas tais palavras estavam inseridos nas séries *subversão* e *Entidades Religiosas*. Além dos arquivos DOPS, outros campos pesquisados foram o Instituto de Estudos Superiores do Maranhão – Faculdade Católica (IESMA); a Comissão Pastoral da Terra (CPT), onde foram encontrados na caixa denominada *Conflitos Eclesiásticos- Diocese de Viana*, 40 documentos, com 36 correspondentes ao período em estudo Além destes campos empíricos entrou-se em contato através de e-mail, com a secretaria da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em Brasília, solicitando documentos sobre o assunto no referido recorte temporal, entre 1969 a 1985 e após assinatura de um termo de responsabilidade, foram enviados à pesquisadora 10 (dez) arquivos documentais relativos a eventos do ano de 1975 e seguintes, além de mais 2 (dois) arquivos sobre a criação da Diocese de Viana.

Sobre a pesquisa documental Cellard (2008) argumenta que se deve tomar cuidado com as armadilhas da pesquisa com documentos, primeiramente deve avaliar a credibilidade dos textos recorridos, em seguida, verificar a representatividade do real. Tal espécie de pesquisa pode suscitar ao estudioso um conformismo no que tange às possibilidades exploratórias da pesquisa, direcionando as atividades com o que tem em mãos. Para este autor o pesquisador deve esgotar todas as pistas capazes de lhe fornecer informações relevantes, o que implica em explorar profundamente as documentações em mãos para o uso das informações relevantes.

Por sua vez, Flick (2009) ressalta a contextualização do documento no sentido de fazer perceber as relações existentes entre eles; para o autor “todos os documentos fazem referência a outros documentos no modo como documentam e constroem as realidades sociais” (p.234). É neste sentido que os documentos devem ser vistos como informações contextualizadas, não como “contêineres de informação”, ou seja, não é um dado fechado e isolado, mas devem ser analisados como dispositivos comunicativos que foram desenvolvidos como uma versão na construção de um determinado evento; deve ser levado em consideração o modo como os documentos foram construídos, posto que não estão presos em um espaço, eles têm relação com histórias que os antecederam e podem responder questões futuras.

Em comunhão com a ideia de Flick (2009) sobre a construção dos documentos de acordo com o contexto em que foram construídos, deve-se pensar os arquivos da DOPS Maranhão, pois, se sabe que, além das informações produzidas por seus próprios agentes, este órgão recebia denúncias diversas acerca de pessoas consideradas como ameaça à ordem vigente. Assim, os documentos incluídos na DOPS se referem, em sua grande maioria a pessoas já classificadas como subversivas, ou com potencialidade para sê-lo, que estavam sendo investigadas ou ameaçadas pela polícia, ainda que tais investigações e ameaças nem sempre fossem do conhecimento destes indivíduos.

Outra cautela concernente à pesquisa documental é que preciso ser vigilante à dinâmica documental, “a mutabilidade do documento tem relação com o sentido que o presente confere a tais personagens ou fatos” (KARNAL; TATSCH, 2009, p. 13), por conseguinte, ser atento ao cronograma da sua criação, entender as estratégias metodológicas que o fazem estar em determinado espaço, como o caso dos documentos encontrados na DOPS. Este órgão teve sua criação nos anos de 1920, subordinado às Secretarias de Segurança Públicas (SSP) estaduais; passou a atuar fortemente no país no período do Estado Novo (1937-1945) como vigilante à “ameaça comunista”. No começo da Guerra Fria o DOPS⁶ já detectava supostas infiltrações comunistas em órgãos da igreja. A partir do golpe de 1964, o DOPS passou a trabalhar diretamente com o Exército e com órgãos do governo em nível local e federal (SERBIN, 2001).

Os Departamentos de Ordem Política e Social nos anos 1940 e 1950 foram de grande destaque em termos de repressão e vigilância, em decorrência da política nacionalista e anticomunista de Getúlio Vargas. No período da ditadura, foram integrados ao Sistema de Segurança e Informação – SISNI, assumindo funções de vigilância, controle e repressão. Com o recrudescimento da violência do sistema, essas funções e a dicotomização entre órgãos de informação e órgãos de operação (eufemismo que correspondia às atividades de repressão) foram consideradas, pelos comandos militares, como insuficientes para dar conta do controle e neutralização dos “subversivos”, o que levou à criação do sistema DOI-CODI, em 1970. Os Centros de Operações de Defesa Interna (CODIs) controlavam e executavam medidas de defesa interna, inclusive artifícios psicológicos contra os investigados; já o (DOI) Destacamento de Operações de Informações “ultrapassava, muitas vezes, a capacidade

⁶ Ao mencionar O DOPS ou Os Departamentos de Ordem Política e Social se faz alusão ao órgão em nível nacional, ao citar A DOPS ou A Delegacia de Ordem Política e Social, está se referindo ao órgão em nível Estadual /local no MA.

coordenativa dos CODI” (FICO, 2001, p. 123). O sistema DOI- CODI foi implantado com o objetivo de combater as guerrilhas urbanas. Os DOI segundo Fico (2001):

Foram concebidos como um organismo “instável” em sua capacidade de adaptação às adversidades, embora obstinados em sua missão de combate ao “terrorismo” e à “subversão” [...] Os DOI eram unidades militares *comandadas*, enquanto os CODI eram instâncias de coordenação *dirigidas* (p.123).

Sem perda de funções, o DOPS permaneceu como um aparato de controle ligado ao Serviço Nacional de Informação, o qual reunia todos os órgãos de segurança, inclusive os serviços de inteligência das Forças Armadas. O DOPS trabalhava auxiliando a Divisão Central de Informação (DCI), enquanto as DCI’s realizavam análise, gerando as informações, os DOPS se encarregavam dos interrogatórios e de ações/execuções de combate aos subversivos (FICO, 2001; SERBIN, 2001).

Desde a instauração do DOI- CODI os oficiais gerais radicalizaram na implantação de um sistema de polícia política brutal alicerçado numa justiça corrompida por “atos institucionais” e diversas versões da Lei de Segurança Nacional (FICO, 2001). Os “subversivos” além de serem combatidos pelo sistema DOI-CODI, o qual se concentrou nos “terroristas” urbanos, eram também reprimidos pelo DOPS, que, além de execuções contra eles, possuía uma Divisão de Informação (DI) com fichas e documentos que cumpriam o papel de vigilância “para que a integridade da nação fosse resguardada” (SERBIN, 2001). Assim, este espaço tornou-se um local de militarização da burocracia policial, logo, os documentos inseridos na DOPS-MA devem ser analisados sob a luz dos “caminhos pelos quais foram constituídos e a relatividade da organização que lhes foi atribuída, os quais não podem ser tomados como ‘naturais’” (CASTRO, 2008, p.56), mas compreendidos em seu processo de criação.

Finalmente, importa não perder de vista que os Departamentos de Ordem Política e Social (DOPS) eram órgãos especiais da polícia civil que atuavam ao lado das secretarias estaduais de segurança pública, todos engajados no projeto de controlar as manifestações de agentes individuais ou coletivos insatisfeitos com a ordem política vigente e, por isso, suscetíveis a numerosas formas de controle, que iam da vigilância e monitoramento às práticas de torturas⁷ físicas e psicológicas.

No Maranhão, a DOPS (Delegacia de Ordem Política e Social) foi constituída em Junho de 1969 por transformação da Divisão de Ordem Política e Social em Delegacia. Em

⁷ Tortura é tudo aquilo que deliberadamente uma pessoa possa fazer a outra, produzindo dor, pânico, desgaste moral, ou desequilíbrio psíquico, provocando lesão, contusão, funcionamento anormal do corpo ou das faculdades mentais, bem como prejuízo à moral (RUIZ-MATEOS, 1978 apud ARNS, 1996, p. 281).

alguns estados brasileiros o DOPS se refere a Departamento de Ordem Política e Social, sendo conhecido também pela sigla DEOPS (Departamento Estadual de Ordem Política e Social) quando se tratava da polícia política de nível estadual, tal sigla foi existente no estado de São Paulo. No Maranhão a DOPS de acordo com o documento Memory of the World Register, da Unesco, se refere a:

Delegacia de Ordem Política e Social do Maranhão surgiu da transformação da Divisão de Ordem Política e Social em Delegacia, por meio da lei delegada n. 23, de 10 de junho de 1969. Em 30 de dezembro de 1991, ela foi extinta, conforme o artigo 4º da lei n. 5.332. Teve suas funções definidas no regimento da Secretaria de Segurança, aprovado pelo decreto n. 4.077, de 12 de janeiro de 1970. Ficou subordinada ao Departamento de Segurança Pública/Divisão de Polícia Judiciária, com a competência de coletar, classificar e interpretar informações; arquivar documentos e informações reservadas ou secretas; apurar e processar informações penais relacionadas com a ordem política e social; organizar e manter atualizado o fichário individual de personalidades políticas sociais e de pessoas adeptas de ideologias proibidas pela Constituição Federal e por outras leis. (UNESCO, 2016, p. 57).

Tendo atuado ao longo de todo o período ditatorial, o momento de fechamento da DOPS-MA é um elemento que chama atenção, pois o marco convencionado como fim da ditadura é o ano de 1985, porém, este órgão tem a datação do seu fim no ano de 1991, o que aponta uma permanência dos registros daqueles que nesse período eram considerados como ameaças. Todavia, os estados brasileiros tiveram diferentes datações em relação à extinção do DOPS: no Rio Grande do Sul, por exemplo, ocorreu ainda na ditadura, em 1982, com a incineração de todos os documentos, contudo, em decorrência das articulações dos órgãos de informações e do estado ter filiais chamadas Supervisões de Ordem Política e Social (SOPS), foi possível reconstituir as documentações do DOPS-RS; já em São Paulo, o DEOPS-SP, o qual teve a polícia política que mais monitorou e torturou “inimigos” do regime, inclusive, a que mais perseguiu, registrou, torturou e matou religiosos, permaneceu na ativa até 1983, com seu fim ainda na ditadura, o que demonstra a relativa autonomia dos órgãos de segurança e informações conforme avaliado por Evaristo Arns e José Murilo de Carvalho (ARNS, 1996; AZEVEDO, 2012; BAUER, 2006; CARVALHO, 2004).

Nota-se que o tempo de institucionalização da DOPS-MA contempla o período da pesquisa, no entanto, neste acervo não se encontrou arquivos referentes aos anos de 1969 a 1971 relacionados à Viana, assim como na CPT e CNBB não se encontrou arquivos referentes aos anos de 1969 a 1974. Em relação à CPT, compreende-se pela sua institucionalização se efetivar em 1975, abarcar documentos somente a partir desta data, deixando de contemplar, portanto, todo o período de um dos bispados investigados na presente pesquisa, no caso, fica de fora o período de D. Hélio Costa e é contemplado apenas o de Dom Adalberto. A CNBB,

por sua vez, apresentou documentos que remontam a 1963, ano da formação da Diocese de Viana, e documentação a partir de 1975 quando a chegada de Dom Adalberto desencadeou muitos conflitos entre os religiosos e entre estes e segmentos organizados da comunidade local.

Essa ausência de documentos na DOPS – MA remete ao que Castro (2008) pondera sobre a necessidade de se compreender a constituição dos conjuntos de documentos que compõem um arquivo, que, necessariamente, implica em diversos processos seletivos: seleções e classificações do próprio autor, de quem “recupera”, de quem organiza, dos critérios de localização e publicação. Fatores externos também impactam a construção de arquivos, como o ambiente de liberdade ou censura, que impactam nas condições de produção e guarda de documentos. Assim, a decretação do AI-5, em dezembro de 1968, pode efetivamente, ter ocasionado inibições ou perdas de documentos produzidos pelos críticos ao regime, ao passo que aqueles produzidos e preservados pelas agências estatais, como a DOPS, devem ser interpretados como instrumentos da “guerra” que essas agências realizavam contra seus oponentes, que eram monitorados.

Tendo em vista este contexto e a falta de documentos relativos justamente aos anos considerados “de chumbo” oportuniza-se considerar o cenário nacional da ditadura deste tempo, o qual é conhecido na história do Brasil como o período de maior repressão política, segundo a historiografia, momento em que os militares linha dura ganharam mais espaço, e que corresponde ao governo de Emílio Garrastazu Médici (1969-1974). Esta situação sinaliza uma seleção rigorosa na classificação dos documentos que se ajustara à linha repressiva violenta desse governo, não somente em vista dos termos e requisitos registrados como “reservado”, “confidencial” ou “secreto”, utilizados pelos órgãos de segurança em suas comunicações internas, para se corresponderem de um órgão para outro, transmitindo informações e simultaneamente orientação de posturas a serem observadas diante dos referidos documentos⁸.

Conforme observado pela Comissão Nacional da Verdade (2014), vale lembrar que:

Com Médici, o regime ditatorial-militar brasileiro atingiu sua forma plena. Criara-se uma arquitetura legal que permitia o controle dos rudimentos de atividade política tolerada. Aperfeiçoara-se um sistema repressor complexo, que permeava as

⁸ As agências especiais de repressão como o Destacamento de Operações de Informações e Centro de Operações de Defesa Interna, conhecidas pelas siglas DOI-CODI, que também compunham o SNI estruturaram um sistema de segurança classificando os documentos do que seria “reservado”, “confidencial” ou “secreto”.

estruturas administrativas dos poderes públicos e exercia uma vigilância permanente sobre as principais instituições da sociedade civil: sindicatos, organizações profissionais, igrejas, partidos. Erigiu-se também uma burocracia de censura que intimidava ou proibia manifestações de opiniões e de expressões culturais identificadas como hostis ao sistema. Sobretudo, em suas práticas repressivas, fazia uso de maneira sistemática e sem limites dos meios mais violentos, como a tortura e o assassinato (BRASIL, 2014, p.102).

A máquina da repressão do governo cresceu muito rápido, caracterizando uma grande organização de controle, órgãos de inteligência como a Polícia Federal, Exército, Marinha, Aeronáutica, as delegacias de ordem política e social dos estados (DOPS) todas articuladas ao Serviço Nacional de Informações (SNI), mas possuindo certa autonomia na atuação da repressão (CARVALHO, 2004), uma vez que, os/as DOPS de cada região tiveram o encerramento de suas atividades em momentos diferentes e de maneiras também diversas, apesar de todos estarem sob o mesmo contexto nacional ditatorial.

Assim, reforça-se a indagação acerca da ausência, na DOPS – MA, de documentos relativos à tão vigiada Diocese de Viana nos anos de 1969 a 1971. A mesma Diocese que aparece em registros da própria DOPS-MA, já de 1975, como sendo o “palco do clero progressista” no estado. O que produz essa ausência ou esse silêncio sobre uma realidade vigiada? O DOPS conforme Serbin (2001), além de uma burocratização “mantinha a Divisão de Operações, que incluía o Serviço de Buscas e a Seção de Buscas Especiais. Essas unidades juntavam evidências, prendiam suspeitos e os interrogavam- às vezes em colaboração com agências militares como o CENIMAR e o DOI-CODI” (p.112). Estas circunstâncias tornam a ausência de registros ainda mais implausível e questionável em suas possíveis causas.

Diante destas questões tem-se trabalhado com as informações disponíveis, mas atentos às lacunas e silêncios, os documentos da DOPS-MA foram avaliados “como parte de um conjunto e não apenas como peças únicas da evidência” (CASTRO, 2008, p.55-56), ou seja, foi levada em consideração a articulação da DOPS-MA com os demais órgãos que compunham o SNI, o que culminou um conjunto de documentos sobre a Diocese de Viana e a relação desses documentos com relatos obtidos através de fontes orais.

A pesquisa, que seria toda conduzida com fontes documentais, foi redefinida após inserção do pesquisador no campo e constatação de que não existiam documentos que contemplassem os três primeiros anos (1969, 1970 e 1971) da investigação. Assim, outras fontes de dados foram acionadas, entre estas, a realização de entrevistas com pessoas envolvidas direta ou indiretamente com a questão em estudo. Em face dessa estratégia, impunha-se lidar com esta ferramenta metodológica com cautelas análogas àquelas

dispensadas aos documentos. No caso das entrevistas, buscou-se levar em consideração que neste tipo de relação, há uma interpretação do entrevistado por aquilo que é pesquisado e a ideia da pesquisa que o entrevistador tem em mente; assim o pesquisador deve “tentar reduzir as distorções que dela resultam, ou, pelo menos, compreender o que pode ser dito e o que não pode, as censuras que o impedem de dizer certas coisas e as incitações que encorajam a acentuar outras” (BOURDIEU, 2007a, p.695).

A relação de entrevista é um jogo complexo de múltiplas interpretações, nessa lógica Poupart (2008) afirma que de um lado a entrevista possibilita uma entrada às realidades sociais de interações com os outros, em contrapartida, essas realidades sociais não se deixam facilmente apreender, sendo transmitidas através do jogo e das questões das interações sociais que a relação de entrevista necessariamente implica.

Com esses cuidados foram realizadas onze entrevistas, considerando as informações como elementos de reconstruções oriundas dos pontos de vista dos entrevistados, buscando dar conta dos mesmos e lhes oferecendo certa liberdade de respostas dentro dos limites das perguntas (POUPART, 2008). Selecionou-se entrevistados de algum modo envolvidos com acontecimentos e/ou agentes⁹ estudados, compondo-se um quadro de onze entrevistados, que inclui: freira (01), padres (04), seminarista (01), sindicalista/lavrador (01), leigos (03), além de um dos bispos pesquisados, que ainda está vivo e aceitou o pedido de entrevista. A lista de entrevistados se formou com a inserção da autora no Instituto de Estudos Superiores do Maranhão – Faculdade Católica (IESMA), onde obteve contado de dois ex-alunos e de um Padre Professor, os quais acionaram suas redes de relações sociais viabilizando assim, os contatos com a pesquisadora.

Quanto à forma de realização das entrevistas, importa registrar que houve grande variação, decorrente das diferentes condições de acessibilidade aos entrevistados. Assim, algumas foram feitas através de e-mail e *Skype*, com padres italianos residentes atualmente na Itália; por telefone, com a freira de Peritoró-MA e um bispo, que, atualmente, reside em Fortaleza e não utiliza e-mail ou similar. As demais entrevistas foram feitas presencialmente, com utilização de gravador. Das dificuldades de acesso advieram dificuldades de obtenção do termo de consentimento para os usos das informações, daí, optou-se, por esses casos, por trabalhar com as informações preservando o anonimato das fontes, identificando os entrevistados apenas pela posição religiosa ou social que ocupava no período em foco (padre,

⁹ Nesse estudo “agente” e “indivíduo” serão tratados como correlatos, sendo que agentes também se referirá a um coletivo, dado ao contexto.

freira, leigo, seminarista e lavrador/sindicalista), seguido de respectiva numeração: padre 01, padre 02; padre 03 e padre 04; leigo 01, leigo 02 e leigo 03.

Cabe destacar que as entrevistas apresentadas se referem a eventos transcorridos aproximadamente há cinquenta anos, o que exige cuidados na interpretação dessas narrativas. A respeito de relatos que remetem à memória, o sociólogo francês Halbwachs (1990) os compreende como uma experiência constituída por um processo de diálogos entre diferentes pontos de vista, tanto atuais quanto do passado, que de alguma forma, estão presentes para o indivíduo. As experiências do passado dos entrevistados podem ser vistas, assim, sob diferentes pontos de vista. Este mesmo autor avalia que a história do passado não é toda do passado, nem aquilo que restou dele, mas uma história viva que se perpetua ou se renova através do tempo.

Tendo em vista a ideia de perpetuação e renovação, se apresenta abaixo o perfil dos entrevistados que acionaram suas lembranças referentes ao respectivo bispado ao qual atuaram.

Quadro: Perfil dos entrevistados

NOME FICTÍCIO	POSIÇÃO SOCIAL E NACIONALIDADE	ÁREA DE ATUAÇÃO	BISPADO DE REFERÊNCIA¹⁰	SEXO	IDADE/FAIXA ETÁRIA
Padre 01	Padre (Italiano)	Paróquia de Bom Jardim	Dom Hélio Dom Adalberto	Masculino	75 anos
Padre 02	Padre (Italiano)	Paróquia São Vicente Ferrer	Dom Hélio Dom Adalberto	Masculino	79 anos
Padre 03	Padre e Educador Popular (Belgo)	CPT e CEB's (São Vicente Ferrer e São João Batista)	Dom Adalberto	Masculino	74 anos
Padre 04	Padre (Brasileiro / Viana- MA)	Paróquias de São Vicente de Ferrer, São João Batista, Cajapió e São Bento de Bacurituba	Dom Hamleto D'Angelis	Masculino	88 anos
Seminarista	Seminarista	Estudante do	Dom Adalberto	Masculino	54 anos

¹⁰ Esta referência não significa atuação direta no bispado, mas se vincula ao período que o entrevistado acompanhou mais de perto.

	(Brasileiro / Matinha – MA)	Seminário			
Freira	Freira (Brasileira / São Vicente Ferrer- MA)	Catequista (Congregação Missionária Filha de Jesus Crucificado)	Dom Adalberto	Feminino	70 anos
Leigo 01	Estudante (Brasileiro/ Viana- MA)	Pastoral da Juventude	Dom Hélio	Masculino	63 anos
Leigo 02	Educador Popular e Vereador (Brasileiro/ Viana- MA)	Pastoral de Juventude	Dom Hélio e de Dom Adalberto	Masculino	84 anos
Leigo 03	Educadora Popular (Brasileiro/ Viana- MA)	Cáritas e CPT	Dom Adalberto	Feminino	60 anos
Sindicalista	Lavrador/Sindicalista (Brasileiro / São João atista - MA)	Sindicato dos trabalhadores rurais	Dom Hélio e de Dom Adalberto	Masculino	Entre 60- 70 anos
Bispo	Bispo (Brasileiro/ Sambaíba- MA)	Toda Diocese de Viana	Dom Adalberto	Masculino	87 anos

Fonte: Organizado pela Autora

Como referencial teórico metodológico a conduzir a pesquisa e a análise optou-se pela abordagem sociológica de Norbert Elias em seus estudos sobre a concepção de *poder*, caracterizado como elemento constitutivo de todas as relações entre os indivíduos, atuando não apenas nas relações com o Estado, mas também nas inter-relações humanas em *configurações sociais* específicas e com variáveis níveis de flexibilidade e rede de interdependências complexas. Utiliza-se de sua análise relacional como norteadora desta pesquisa, objetivando entender como se constituíram as interações dos dois bispos com as instâncias religiosas e com a comunidade local. Ressalta-se que no primeiro bispado (1969-1975), embora transcorrido no período de repressão mais violenta, o líder religioso assumiu os riscos de contrapor-se à ordem vigente e associou-se aos trabalhadores rurais em suas lutas e reivindicações à época consideradas subversivas e comunistas. Já o segundo bispado,

transcorrido em período caracterizado como de “transição democrática” (pós 1975), desenvolvia atividades mais voltadas à religiosidade dos sacramentos, liturgias e orações, bem como frear a atuação política da Igreja e suas alianças com organizações populares.

Elias (1993), a partir de uma perspectiva de historicização discorre sobre noção de *poder*, avalia a formação de Estado, onde uma série de processos leva a um *processo civilizador* em que os indivíduos internalizam regras sociais e atingem um padrão. Com tensões em meio às transformações, as *configurações* nesse processo vão se formando uma em relação às outras, havendo um equilíbrio de poder dos indivíduos no jogo. Sob o mesmo ponto de historicização e de uma sociologia relacional em que um só é entendido a partir do outro, pode-se compreender a construção de *campo* de Bourdieu (1983), o qual se refere ao local onde se objetivam os conflitos, as tensões, onde ocorrem práticas específicas de agentes também específicos e sob regras específicas, não existindo sem os agentes e os agentes não existem sem o campo. A partir desta perspectiva, verificou-se as práticas dos religiosos em Viana, que através de suas propriedades, de suas redes de relações constroem um reconhecimento, uma objetivação no *campo religioso*, em que os bispos e demais religiosos em suas competências específicas sob as orientações do Vaticano II e suas interpretações sobre o mais legítimo modo de ser igreja, apresentam suas tomadas de posição no campo, que é atravessado por lutas específicas e é historicamente construído.

Não se pretende fazer uma análise exaustiva a partir dessa concepção de campo, de Bourdieu, mas intenta-se demarcar o espaço que está sendo avaliado, precisamente a Diocese de Viana, visto que esta noção de campo oferece ideias de que há competências específicas e trunfos ou capitais de que os agentes vão disputando e, em maior ou menor escala, se apropriando. Nesse estudo o campo é o religioso e os agentes, ao incorporarem as propriedades inerentes ao mesmo, teológicas, pastorais, eclesiais, se tornam capazes de atender significativa demanda, diferenciando-se uns dos outros por meio do capital adquirido. Nesse jogo regrado, as normas legítimas estão sempre em disputa impactada pela posição na estrutura e pelo estoque de capitais disponíveis aos agentes em disputa. Trazendo esse esquema interpretativo para a Diocese de Viana, emergem os conflitos em torno da legítima concepção de Igreja e missão religiosa, com os agentes acionando, ora as visões mais tradicionais, ora o Concílio Vaticano II (1962-1965) e a Teologia da Libertação.

Bachelard (1996) afirma que a investigação em um espaço já conhecido pelo pesquisador requer um esforço de renúncia constante, num processo de adesão à atividade científica, em que há rupturas com o pitoresco e o naturalizado. Nesse esforço, o autor orienta apropriar-se de uma parte da realidade desse mundo conhecido, sendo possível por meio da

razão, ele constata que a apropriação desta parte do mundo real é possível por meio da razão, dado que o vetor é da razão para o real e não do real pra razão, ou seja, se constrói uma problemática a partir do que se observa nas relações sociais, sendo essa problemática a realidade enquanto ciência, sendo o vetor, a orientação da pesquisa.

Essa perspectiva Bachelardiana ajuda a refletir sobre linearidades e problematizar a contraposição entre abertura política no país e conservadorismo na igreja de Viana: como já mencionado, Dom Hélio Campos atuou como bispo progressista em um contexto de forte repressão política enquanto Dom Adalberto, que assumiu a Diocese no contexto de abertura na política, teve atuação “ortodoxa” e conservadora. A tomada de posição progressista de Dom Hélio em uma conjuntura política fechada em nível nacional se vincula à realidade local, com reorganizações entre os fiéis, atingindo assim, apoio de outros religiosos (padres e freiras) da arquidiocese e fieis.

Em um contexto político nacional mais fechado se verificou em Viana uma posição religiosa mais aberta e quando adveio a abertura no plano nacional, o contexto da igreja vianense era fechado às lutas por direitos dos mais pobres, um retrocesso em termos de direitos humanos, visto que a elite latifundiária local agiu fortemente contra os camponeses, que já não contavam com a mediação forte, legitimada e, por conseguinte mobilizadora da instituição e agentes religiosos.

Assim, e seguindo o propósito de não tomar os elementos da pesquisa como dados ou nítidos, esforçando-se por superar a experiência primeira e buscando compreender as diferentes formas de fé através das práticas dos bispos, fez-se uma abordagem a partir da análise dos processos históricos relativos ao período dos dois bispados à luz da teoria das *configurações* formulada por Elias (2006), para quem as relações entrelaçadas entre os seres humanos estão em constantes transformações, movidas pela interdependência fundamental entre estes, que agrupam-se sempre na forma de figurações específicas.

Dessa maneira, Elias (2006; 2008) propõe que se faça um recuo que consiste em retomar historicamente o processo social, visto que para entender uma *configuração* se faz necessário um recuo no tempo, voltando à *configuração* anterior, e sob esta luz entender o presente. No caso desta pesquisa, as ações dos bispos em Viana, destaca-se que a configuração engendrada no segundo bispado, apresenta-se em contraposição à primeira.

Essa visão vai ao encontro da perspectiva relacional, de Bachelard (1996), que propõe a superação do conhecimento unitário onde o mundo social é tomado como unidade, e se atente para o caráter de construção, em que o mundo social como produto dos próprios indivíduos, produto da história, da cultura, das relações sociais e não como uma coisa que tem

um motor próprio de funcionamento, ou movido por alguma lei transcendente que o faça movimentar-se. Tal ideia permite operacionalizar a dinâmica processual de Elias em seus conceitos de *configurações*.

Outro argumento de Elias (2006; 2008) que observamos na interpelação da realidade analisada na presente pesquisa é a ideia de que para entender a história de toda sociedade é necessário entender como se estrutura. Dessa forma deve ser pensado a Igreja, o Estado e os indivíduos que os compõe, não separadamente, de forma dicotômica, mas como figurações, em que há integração não somente dos indivíduos em unidades de integração, mas integração de unidades menores e unidades maiores. Essa perspectiva nos parece compatível com a noção bourdiana de *campo* no sentido de que os posicionamentos individuais não são aleatórios, mas reproduzem estruturas sociais, ainda que esses processos não sejam isentos de tensões, conflitos e mudanças, pois, além do dinamismo da história, existem disputas no âmbito do próprio campo em torno de recursos e legitimidade. Tais disputas e mudanças, entretanto, não comprometem a sobrevivência do próprio campo: seja com D. Hélio ou com D. Adalberto, ainda é da Igreja que se fala.

A partir das ações dos bispos visa-se compreender o nível de influência de elementos exógenos e como elementos de outros campos impactavam as disputas de posições e configurações dos agentes na Igreja de Viana. Entre esses elementos, destaca-se o Concílio Vaticano II (1962-1965); Conferência de Medellín (1968); Teologia da Libertação, e Conferência de Puebla (1979). Ao lado destes, impulsos de fatores endógenos, como cada um dos bispos lidou com a realidade de exploração dos trabalhadores rurais, a forma como os militares lidavam com Dom Hélio Campos (1969-1975) e com Dom Adalberto (1975-1995).

Entre os elementos exógenos, destaca-se também as encíclicas papais que orientam os cristãos católicos a se posicionar diante do contexto social que se forma, atentou-se as ações dos bispos na Diocese de Viana mediante as publicações das encíclicas *Mater et Magistra* (1961), *Pacem in Terris* (1963) de João XXIII e a *Populorum Progressio* (1967), de Paulo VI, as quais foram direcionadas a realidade da América Latina, devido ao grande índice de analfabetismo, de desemprego, de desigualdade social e com políticas ditatoriais. Conforme os escritos da encíclica *Populorum Progressio* as ações não têm razão de ser senão colocadas ao serviço da pessoa, e que estas mesmas ações humanas podem conduzir à redução de desigualdades, combater discriminações, libertar o homem da servidão, o tornando capaz de, por si próprio, ser o agente responsável do seu bem estar material, progresso moral e desenvolvimento espiritual (PAULO VI, 1967).

Os escritos do Papa Paulo VI, sobre as recomendações do agir cristão para conduzir à redução de desigualdades, tem como ponto de partida o ser social e não o religioso, verificado na encíclica *Populorum Progressio* (1967), direcionada especificadamente a população da América Latina, com o intuito de superação da miséria e da injustiça (SCHERER- WARREN, 1996).

Assim, buscou-se entender como unidades menores, se integram com as unidades maiores e para tais elementos fez-se necessário interpretar as práticas dos bispos, como estes figuram suas atuações no bispado com o Estado e com os movimentos populares, os quais são os trabalhadores do campo, apresentando assim um papel diferenciado, e por vezes mediando às relações desses.

A abordagem processual e relacional inerente à Sociologia de Norbert Elias, advoga o processo de interdependência e as constantes mudanças ocorridas a partir das correlações de forças existentes em unidades de integração menores e dentro de unidades de maior integração, foi possível a análise das ações dos agentes em estudo, pois há conflitos dentro de unidades menores -padres e bispo- que se formaram a partir da diferença interpretação influenciada por eventos internacionais, como Concílio do Vaticano II (1962-1965), posteriormente o movimento da Teologia da Libertação como também, há conflitos de força nas unidades de interações maiores, religiosos com comunidade e governo, os quais se formaram pelas práticas de pastorear. Todos esses conflitos se apresentam no Brasil em um cenário político social repressivo, a ditadura, que alimentava as injustiças políticas e sociais, implantado em 1964, e marcado por ações repressoras, por certo:

O novo regime não esperou sua formalização para dar início à onda repressiva depuradora. Desde o primeiro dia, os diversos comandos militares procederam a centenas de prisões [...]. Desde as primeiras horas, uma perseguição violenta atingiu, sobretudo indivíduos e organizações mais identificados como esquerdistas, como o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), a União Nacional dos Estudantes (UNE), as Ligas Camponesas e grupos católicos como a Juventude Universitária Católica (JUC) e a Ação Popular (AP). “Sete em cada dez confederações de trabalhadores e sindicatos tiveram suas diretorias depostas.”¹³ Milhares de pessoas foram presas. Segundo a embaixada norte-americana, nos dias seguintes ao golpe, prenderam-se em torno de 5 mil pessoas,¹⁴ e a ocorrência de brutalidades e torturas foi comum, especialmente no Nordeste. Ao longo do mês de abril de 1964, foram abertos centenas de Inquéritos Policiais-Militares (IPMs). Chefiados em sua maioria por coronéis, esses inquéritos tinham o objetivo de apurar atividades consideradas subversivas. Eles implicaram milhares de pessoas e se prolongaram por vários meses (BRASIL, 2014, p. 98).

A partir desse ponto, em uma conjuntura de instabilidade já que o contexto brasileiro era de perda de direitos com a ditadura, os agentes religiosos assimilaram as regras do jogo que se redefiniram nessa nova conjuntura, em que o trunfo religioso consistiu em um

relevante número de seguidores daquele que disputara às posições, mais precisamente no período de Dom Adalberto, porquanto o mesmo nega as práticas do seu antecessor como não legítimas.

No *campo religioso* em Viana se disputara, entre outros elementos, o conhecimento específico do ser e fazer pastoral. Bourdieu (2003, p. 120) explicita sobre a estruturação do campo como “um estado de força entre os agentes ou as instituições envolvidas na luta ou, se se preferir, da distribuição do capital específico que, acumulado no decorrer das lutas anteriores, orienta as estratégias posteriores”, sendo que, esta estruturação se encontra no princípio das estratégias, as quais transformam o campo. Sobre este ponto, apresentou-se estratégias dos religiosos que com seus capitais adquiridos disputaram o que se estava em jogo, ser e fazer pastoral.

Na cidade de Viana, a usurpação de direitos recorrentes do regime eram reproduzidas por meio dos latifundiários, os quais “eram a própria lei”; eles impunham aos trabalhadores rurais restrição de suas compras em estabelecimentos já definidos, levando-os a contrair constantes dívidas sem perspectiva de findá-las, posto que viviam sob permanentes coações, sendo que grande parte do que produziam era-para os donos das terras, estando esta realidade em transformação por meio das orientações de Dom Hélio, o qual defendia o direito dos camponeses.

É a partir deste quadro este trabalho dissertativo se foca as ações dos bispos Dom Hélio e Dom Adalberto, cada um com sua representatividade traçada de acordo com suas histórias religiosas e de acordo com os interesses em jogo.

Nesse sentido, a sociologia histórica (ELIAS, 2008; 2006; 1994) permite a análise das ações dos bispos, suas posições em um período conflituoso de repressões contra os lavradores, e em suas diferentes posições políticas – religiosas, nos seus tratos com o corpo de leigos e de religiosos que compunha a Igreja.

Dessa forma, o primeiro capítulo intitulado *Igreja e Política* descreve a trajetória da Igreja Católica nesse Estado do Maranhão, articulando-a em plano nacional. Apresentam-se *configurações* formadas a partir das relações dos religiosos com o Estado ditador, para assim entender a lógica da igreja e as tomadas de posição dos agentes desta instituição religiosa na Diocese de Viana. É apontada a estrutura da Igreja, a qual é revestida de uma hierarquia, com normas específicas orientaram as práticas de poder dos agentes da Diocese em estudo.

No segundo capítulo denominado *Agentes religiosos na Diocese de Viana*, apresenta-se o percurso na construção da diocese, os agentes envolvidos e os trabalhos

realizados em sua gênese. Identifica-se a adoção a uma educação popular, a qual foi envolvida agentes religiosos, com o intuito de alargar o conhecimento político e social, até então ausentes no meio da população, nas cidades atendidas.

No terceiro capítulo, com o título *Uma igreja, dois bispados: lutas sociais e jogos políticos na Diocese de Viana*, ressalta-se as posições dos bispos junto aos leigos, demais religiosos e movimentos populares. Assim, descreve-se dois bispados, a forma de fazer igreja de cada bispo e os processos de poder que se desenrolaram na Diocese. São destacadas as disputas em torno da legitimidade das práticas religiosas, em um momento particular do Brasil, no caso o período ditatorial.

2 IGREJA E POLITICA

A constituição histórica da Igreja Católica Apostólica Romana se deu por um processo bastante complexo, marcado por especificidades em cada país, estado e município, sendo a sua institucionalização permeada por tensões constantes que variaram/variam por fatores relacionados, além da religião, ao contexto político, social e econômico. Neste processo formou-se, conforme o historiador Marchi (1989, p. 15), como uma instituição “historicamente consolidada através de um discurso e de uma prática, com suas vanguardas intelectuais e sua militância social”.

A aliança Igreja e Estado no Brasil remonta à formação do país, ainda que este processo tenha sido marcado por constantes atritos. Desde que o Estado se tornou laico, em 1981, a aliança entre estas duas instituições apresentou vínculos mais estreitos, a partir dos anos 1930, pela presença de um “inimigo comum”, o comunismo. Prestigiada pelo Estado, essa instituição teve um fundamental papel “sobre o sistema educacional, a moralidade católica, o anticomunismo e o antiprotestantismo” (MAINWARRING, 2004, p.43), se apresentando predominantemente conservadora, ao lado dos dominantes, como as oligarquias rurais. Concomitantemente, desenvolve com setores populares ações pastorais com atividades caritativas despolitizadas, fazendo oposição à secularização e às outras religiões.

Nesse período, o cenário brasileiro no campo econômico apresentara um processo de industrialização sem precedentes, com o modelo agroexportador substituído pela economia de importação. Acarretando insatisfações das oligarquias rurais, que ainda dominavam no campo político e de tempos em tempos manifestavam seu descontentamento com o modelo econômico varguista. Fortaleciam-se o nacionalismo e movimentos como tenentismo e o comunismo, em combate a estas contestações o presidente buscava apoio da Igreja Católica, instituição que, praticamente, mantinha o monopólio religioso no país; o estreitamento desta relação foi oportuno, uma vez que influenciava tanto a oligarquia rural, como os industriais, majoritariamente católicos. Assim, essa Igreja, representada por Dom Leme¹¹, se une a Getúlio Vargas em combate aos movimentos contrários ao presidente; opondo-se, fundamentalmente, às agitações comunistas que ganharam espaço desde a fundação do Partido Comunista, em 1922.

¹¹ D. Sebastião Leme de Silveira Cintra foi o primeiro bispo de Olinda-Recife (1916-1921), arcebispo do Rio de Janeiro desde 1921 a 1942, criou a Liga Eleitoral Católica (LEC), a Ação Católica Brasileira (ACB) e fundador da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, em 1941.

Essa relação estreita entre Estado e Igreja Católica, se apresenta como uma via de mão dupla, pois as ações de Dom Leme levam esta instituição religiosa a ganhar visibilidade no cenário político; por sua vez, o governo Getulista viu na Igreja um apoio consistente ao segmento popular da sociedade, pois na Igreja cresciam as ações pastorais, como a Ação Católica¹², a qual foi um movimento internacional que pretendia renovar os métodos da igreja para lidar com o momento histórico no mundo de conflitos econômicos e políticos que culminou na segunda guerra mundial. Presente no país desde a década de 1920, mas institucionalizada por Dom Leme, apenas em 1935, a AC tinha como característica orientar os cristãos a se organizarem em associações para uma “nova sociedade”. A Ação Católica Brasileira redefiniu a atuação da Igreja, a partir de orientações, segundo as quais religiosos organizavam leigos em pastorais sociais, em nome da moral cristã, para combaterem o comunismo e o liberalismo.

Em meados dos anos 1940 esta relação já não era tão estreita, visto que as ações pastorais foram realizadas com mais preocupação com a população brasileira que com o próprio interesse do Estado, o que se aprofundou com o falecimento de Dom Leme em 1942 e o fato do novo arcebispo do Rio de Janeiro e coordenador da Ação Católica Brasileira, Dom Jaime Barros Câmara, não manter boas relações políticas com o Presidente Getúlio Vargas.

Em fins dos anos 1940 a ACB adota o método “ver, julgar e agir”, que ressignifica as relações entre fé e política, politizando as ações religiosas. Este movimento permitiu conduzir uma renovação na Igreja Católica e consolidar os trabalhos das ações especializadas como as dos grupos da Juventude Agrária Católica (JAC), Juventude Estudantil Católica (JEC), Juventude Independente Católica (JIC), esta se tratava de pessoas da classe média, Juventude Operária Católica (JOC) e a Juventude Universitária Católica (JUC) (COSTA, 1994).

Com esta nova configuração, a Igreja Católica passa a realizar novos tipos de trabalhos com a classe popular, sobretudo, na área rural, o que leva esta instituição religiosa a tomar medidas opositoras ao Estado, reforçando as reivindicações por melhores condições de trabalho e política salarial que atendessem às necessidades do trabalhador. A Igreja Católica,

¹² A partir de 1921, os expoentes do pensamento social-católico haviam envidado esforço no sentido de promover uma organização internacional que congregasse os católicos do mundo inteiro em torno da proposta de desenvolver a solidariedade e o amor fraterno entre os povos, posto que diversos países europeus viviam intensas disputas econômica, política e científica. A Internacional Católica, como passou a ser denominado o movimento, tornou-se obsoleta, apesar da existência e do fomento de vários organismos internacionais católicos, quando o Papa Pio XI chamou para si a orientação da Ação Católica, para dar-lhe unidade. Proposta pelo Vaticano e seguida pelos bispos, a Ação Católica restabeleceu a ordem hierárquica institucional da Igreja Católica e marcou sua presença nas diferentes instituições sociais. A motivação derivada do exemplo de Cristo indicava para a plenitude do ser cristão na família e na comunidade (SP, ago. 1936 Apud SCHALLENBERGER, 2005).

por meio dos movimentos de juventude integrantes da AC, incentivava a organização política nos vários segmentos, tanto no campo como nas cidades. No Maranhão, por exemplo:

A partir de 1952 a Igreja Católica iniciou um intenso programa de ação social junto às populações rurais. Preocupado com a gravidade dos conflitos que separavam “lavradores e trabalhadores agrícolas” dos grandes proprietários e pecuaristas e com a debilidade das forças da Igreja nesta área o Arcebispo Metropolitano de São Paulo Luís D. José de Medeiros Delgado¹³ elaborou um programa voltado para os “problemas sociais”. Encetou formas de mobilização, que assegurassem uma forte presença da instituição no interior do Estado, onde historicamente usufruía de grande poder, principalmente, junto à população de “lavradores e trabalhadores agrícolas” (ALMEIDA, 1981, p.67).

Nos anos de 1950, a maioria da população brasileira vivia da agricultura, mas com o controle da economia sob o domínio dos industriais e dos comerciantes das cidades. No Maranhão, trabalhadores rurais, em busca de melhorias, passam a se organizar em movimento sindical a partir da II Conferência Nacional de Trabalhadores Agrícolas realizada em 1954 em São Paulo. (ALMEIDA, 1981).

Nesse período, o Brasil, principalmente nos menores municípios, convivia com graves problemas sociais, entre eles o elevado índice de analfabetismo. Diante desta realidade o educador Paulo Freire desenvolve uma nova forma de alfabetizar, a qual valoriza a vida dos próprios alfabetizandos, a partir das palavras que mais utilizavam, dos seus cotidianos, uma alfabetização dita conscientizadora. A Igreja adota esta forma de lidar com a população do campo, nascendo assim o Movimento de Educação de Base, inspirado nas práticas da Ação Católica (AC), com seu método ver- julgar – agir, que se fundamenta na orientação de uma transformação a partir da ação, no agir, não esperando somente a vontade Divina para a realização das mudanças, mas transformações a partir das ações do homem, se organizando em coletividades baseadas na solidariedade, justiça e fraternidade entre as pessoas das comunidades. Vão se delineando assim princípios políticos e religiosos que orientarão a construção das futuras CEB’s.

Este contexto se apresenta no Maranhão mediante diferentes experiências da Igreja Católica, nas quais agentes das CEB’s desenvolvem nova forma de fazer igreja pautada no combate ao capitalismo.

¹³ Ordenou-se sacerdote em 1929 e doze anos depois foi eleito bispo de Caicó, no Rio Grande do Norte, pelo papa Pio XII, onde exerceu as funções de prelado até Janeiro de 1952. De Caicó, foi transferido para o Maranhão e tomou posse na Arquidiocese de São Luís em fevereiro de 1952. Em São Luís, permaneceu até maio de 1963 quando então foi transferido para Fortaleza e na capital cearense exerceu a sua pastoral como arcebispo até Abril de 1973, momento de sua renúncia ao governo episcopal do Ceará. (PORTO, 2007, p.11)

As CEB's nos anos de 1960 se expandem no Maranhão, sobretudo nos municípios da baixada, nos quais havia forte presença de religiosos estrangeiros empenhados no enfrentamento das graves condições de pobreza da região, organização popular e fortalecimento da participação dos leigos¹⁴ à frente dos trabalhos das comunidades, confirmando situação já observada por Mainwaring (2004) de que as CEB's no Brasil, diferentemente da América Latina, foram iniciadas por religiosos, como freiras, padres e bispos e só posteriormente os leigos ganharam espaço à frente dessas comunidades.

A respeito da atuação das CEB's, o historiador Costa (1994) avalia que este processo foi bastante complexo, sua expansão contemplou tanto áreas urbanas, quanto rurais, sobretudo estas últimas. Por conseguinte, a orientação das CEB's não seguiu uniformemente em todo o país, havendo em determinados espaços diferentes graus de politização, enquanto em muitas comunidades as discussões se restringiam a leituras bíblicas, em outras até este tipo de leitura era direcionada ao engajamento político, conforme se constata nos relatos dos Encontros Intereclesiais das Comunidades de Base, realizados já nos anos 1970, sistematizado por Costa (1994) nos seguintes termos:

- a) a consciência social das comunidades é fruto de uma leitura dos textos bíblicos na sua perspectiva originária: a de um povo pobre e oprimido, ansioso de libertação;
- b) denúncia do sistema capitalista como a raiz da miséria do povo, esclarecendo que esta denúncia não é feita a partir de uma análise marxista da realidade, mas sim a partir da leitura do Evangelho;
- c) necessidade de articulação das CEB's com os movimentos populares, pois a união do povo é fator de resistência e libertação (p. 13).

Concomitante à expansão da Teologia da Libertação, destacava-se na realidade da América Latina e particularmente no Brasil destacava-se mudanças em diferentes esferas: no plano socioeconômico, o desenvolvimento industrial e crescimento urbano; no plano político, a expansão de movimentos contestatórios, entre eles o comunismo; no âmbito religioso, assistia-se ao avanço das denominações protestantes e religiões afro-brasileiras. Segundo Neris (2014), esse conjunto de mudanças repercutia negativamente no histórico monopólio do catolicismo no Brasil. Nas regiões Norte e Nordeste, entretanto, a Igreja Católica mantinha considerável presença atuando através do MEB e das CEB's (Rapôso, 1982).

¹⁴ De acordo com o documento sobre os leigos intitulado de *Apostolicam Actuositatem*, de 1965, do Papa Paulo VI, é “próprio do estado dos leigos viver no meio do mundo e das ocupações seculares, eles são chamados por Deus para, cheios de fervor cristão, exercerem como fermento o seu apostolado no meio do mundo” (2016, p.1). Os leigos assim são católicos engajados em grupos, pastorais e movimentos da Igreja, não são, portanto, ministros, diáconos, freiras, padres ou bispos, o serviço do leigo é chamado de *vocação laical*.

Destaca-se que, na década de 1960, o Brasil estava imerso em diversos conflitos, envolvendo, de um lado, setores conservadores apoiados pelos militares, e de outro, o presidente João Goulart, seus apoiadores e grupos reformistas, que demandavam democracia e reformas de base. Em meio a esses conflitos Costa observa que:

O governo militar teve o apoio da Igreja católica, o que foi providencial para a concretização do golpe. Essa participação da igreja se deu, fundamentalmente, para combater a ameaça do comunismo e o crescimento dos movimentos de esquerda no país, durante a década de 1960. Essa mobilização da Igreja foi acompanhada por distintos setores da sociedade brasileira, que se aliaram ao regime, por temerem a desordem e a desintegração social (COSTA, 1994, p.50).

Dessa forma, uma nova configuração político social se formava no país e América Latina, marcada por lutas anticomunistas, espalhadas em todo território. No Brasil, o regime militar instaurado em 1964 optou pelo alinhamento ao imperialismo, que dizia defender “o país da *subversão* e do *comunismo*, da *corrupção* e do *populismo*” (REIS, 2000, p.33). O governo militar foi apoiado e reconhecido e bem recebido pelo imperialismo estadunidense, conforme indicado por Reis (2000):

O governo norte- americano e a instituições internacionais de crédito acolheram com grande satisfação o novo aliado. Não faltaram apoio político e crédito internacional para o Brasil. Contudo, seja pelas desconfianças acumuladas, seja por condições gerais desfavoráveis, o fluxo, esperado, de capitais internacionais não apareceu (IBDEM, p.39).

Além do investimento de capital estrangeiro ser menor que o esperado, a fachada democrática discursivamente assumida pelos militares, logo foi negada pelas medidas de cassações, censuras e Inquéritos Policiais- Militares (IPMs), ensejando ondas de descontentamento e até rupturas de aliados do primeiro momento (golpe). Assim, desde a sua instalação, com Castelo Branco (1964-1967), o regime militar desencadeou divisões entre apoiadores do movimento golpista, gerando oposições que aumentaram nos governos posteriores de Costa e Silva (1967-1969) e de Médici (1969-1974), devido às truculências, a expansão dos IPMs, a repressão constante que não poupava sequer aliados do governo e indiscriminada violação de direitos (REIS, 2000).

Em face destes acontecimentos a Igreja Católica, que de início alinhou-se aos militares, com o intuito de combater o crescimento dos movimentos esquerdistas e da “ameaça comunista”, redefine seu posicionamento mediante a realidade de torturas, desaparecimentos forçados e mortes perpetradas por agentes do governo militar. Porém, enquanto a polarização levava à violência e os militares aprofundavam o controle sobre o país, a Igreja realizou uma revolução religiosa na qual enfatizava a justiça social e assimilava os esforços de uma nova geração de católicos. A militância cristã e o Estado de segurança

nacional colidiram em conflitos que alcançaram seu ponto culminante nos anos de 1970 (SERBIN, 2001).

Com essas mudanças, deflagradas desde fins dos anos 1960, houve uma maior disposição por parte dos leigos em atuar à frente de vários movimentos da igreja, junto com os religiosos, tanto em plano nacional, como local. Neste novo cenário, a Igreja faz coro com outros movimentos populares e sindicais, em prol dos direitos humanos, assumindo o compromisso com a causa da justiça e reagindo aos excessos do poder militar, mesmo apoiado pela hierarquia mais elevada, não fosse consensual.

As primeiras críticas ao regime militar no interior da Igreja Católica partiram de movimentos da Juventude: agrária (JAC), operária (JOC) e universitária (JUC), além do movimento Apoio Cristão Rural (ACR) e Ação Católica Operária (ACO). As contestações fizeram amplo uso de publicações com críticas ao regime e foram iniciadas no Nordeste do Brasil, onde se projetava a atuação politizada do arcebispo de Recife, Dom Hélder Câmara, acusado pelos militares de comunista e subversivo (MAINWARING, 2004).

Diante deste cenário, a Igreja Católica passou a contar em sua estrutura hierárquica, com bispos, padres e freiras, ditos progressistas, seguidores da TL. Com isso as interações internas se tornam mais numerosas e mais complexas (conservador/progressista; religiosos/pastorais; religiosos/organizações sindicais; pastorais/ organizações sindicais entre tantas outras possibilidades), multiplicando, assim, as configurações em indeterminados feixes de relações. Com o crescimento da TL as configurações mais simples, organizadas por relações hierárquicas de fidelidade dos leigos ao domínio dos religiosos, passam a conviver com novas configurações, marcadas por iniciativas de organizações empoderamento das comunidades (pastorais, CEB's, sindicatos e outros movimentos populares) gerando maiores tensões e potencializando a capacidade de pressão desses agentes, aprofundando o caráter não monolítico desta instituição.

2.1 Catolicismo e Campo Religioso no Brasil

Para entendermos as posições dos religiosos, as disputas de poder e práticas assumidas pelos agentes nesse campo, com saberes/poderes específicos, se faz necessário entender a estrutura da Igreja Católica Apostólica Romana e como esta é apreendida no Brasil e objetivada no espaço específico da Diocese de Viana. O conhecimento dessa estrutura contribui para a compreensão da dinâmica da interação dos agentes e dos processos decisórios, uma vez que estão submetidos às regras formais e tácitas, entre elas as do

Vaticano. Também favorece o entendimento dos comportamentos dos agentes, o grau de fixidez ou liberdade com que lidam com essas regras e as disputas em torno da interpretação e observação das mesmas.

A Igreja Católica Apostólica Romana, por seus percursos e política de expansão territorial, conseguiu, conforme Mainwaring (2004) ser uma das instituições mais importantes do mundo. A história desta instituição no Brasil, assim como a história do Estado brasileiro, foi construída, desde início, de maneira imbricada. Até a Constituição de 1891 o país era oficialmente Católico, o ensino público era fundamentado a partir dos dogmas desta instituição religiosa, a gestão dos cemitérios era de responsabilidade da igreja e o casamento religioso era reconhecido pelo Estado. Porém, após esta Constituição ser outorgada, tais encargos deixaram de ser responsabilidade da igreja, que perde o apoio pecuniário que lhe era repassado pelo Estado; em contrapartida, o Estado não mais interferiria nas escolhas do alto clero. O catolicismo deixa de ser a religião oficial do Brasil, que passa a ser um Estado laico.

A partir desta Constituição a Igreja ficou afastada oficialmente do Estado, porém, estas determinações não impediram a expansão de escolas confessionais Católicas e Protestantes por todo país. Tais escolas marcaram a formação de muitos brasileiros na República Velha, isto é, inculcaram uma cultura religiosa, sobretudo, a Católica, de modo que as pessoas assimilassem seus preceitos. O Catolicismo permanecia enraizado no seio da população brasileira (LOPES, 2013).

A despeito destas mudanças jurídicas e políticas, Marchi (1989) considera que a população brasileira continuara a pensar o mundo dentro dos parâmetros Católicos, embora os homens do governo insistissem em pensá-lo de forma leiga e secularizada. A relação destas duas instituições, ainda que em papel, já não compartilhassem entre si o poder estatal, na prática suas relações se mantinham estreitas, principalmente nos anos de 1930, quando Dom Leme, arcebispo da capital do Brasil, na época Rio de Janeiro, introduz elementos da religiosidade católica em espaços públicos como escolas e eventos oficiais.

Esse padrão de relações se estendeu pelas décadas seguintes, não sendo refutado sequer nos momentos de exacerbação do poder estatal como foram nas duas ditaduras, Estado Novo e ditadura militar. Paradoxalmente, foi no contexto ditatorial segundo Serbin (2001) que se assistiu inédita expansão do setor progressista no interior da igreja Católica. Essa ideia é corroborada por Mainwaring (2004) que localiza também nesse período o surgimento de movimentos laicos progressistas no interior da igreja, alcançando as mais altas hierarquias dessa instituição, no caso a CNBB, ao ponto, segundo Lowy (2000), de Roma pretender substituir a maioria dos membros desse órgão.

As relações entre Igreja e Estado no Brasil se constituíram, portanto, mediante diversos *processos sociais de adaptação* (ELIAS, 1994) em uma constância de tensões, sendo o período da ditadura militar o momento da maior crise estabelecida entre ambas. A essa época os conflitos se apresentavam não somente em âmbito externo, mas também no interior da Igreja, entre cleros conservadores e progressistas.

A Igreja Católica, segundo Rosa (2011), se apresenta como a única instituição religiosa com caráter indissociável de representatividade política – jurídica em sua estrutura, uma vez que a Santa Sé, além de organização religiosa, caracteriza-se como um sujeito do direito internacional de equivalência aos Estados Soberanos. Destarte, possui representantes diplomáticos, os quais assinam acordos internacionais, cuja posição equivale a um embaixador de Estado, nomeado como Núncio Apostólico. Ele é o representante diplomático e jurídico da Santa Sé junto à Igreja local e se relaciona diretamente com os bispos sem, no entanto, sobrepor-se a eles, mesmo sendo o representante direto do Papa no Estado. Esse modelo confere à Igreja “uma dupla representação: uma religiosa e outra política” (IBDEM, p.30), nas duas funções o objetivo central é a Igreja Católica e a sua missão.

A atual soberania da Santa Sé foi estabelecida no ano de 1929, no pontificado de Pio XI, quando se formou um acordo entre a República Italiana e a Santa Sé, escrevendo, assim, seu posto de soberana. Conforme o documento da Secretaria de Estado, *Accordo tra la Santa Sede e la Repubblica Italiana*, artigo 1, a República Italiana e a Santa Sé reafirmam que o Estado e a Igreja Católica são, cada um em si próprio, independente e soberano, comprometendo-se a respeitar este princípio nas suas relações e cooperações mútua para promoção do homem e do bem do país

A Igreja Católica Apostólica Romana é uma instituição internacional que tem seu poder central geograficamente localizado na Cidade do Vaticano (em Roma, capital da Itália), que é a base territorial para a independência e autonomia da Santa Sé. Composta pelo papa e pela Cúria, a Santa Sé é a personificação jurídica do Estado do Vaticano e sede de toda estrutura jurídica da Igreja Católica, com natureza e identidade própria enquanto representação do governo central da Igreja. As relações diplomáticas com outros Estados soberanos são, então, com ela estabelecidas e não com o Vaticano, que é apenas um território, sobre o qual a Santa Sé tem soberania. O sujeito de direito internacional é, portanto, a Santa Sé, que não depende do Vaticano, podendo existir sem ele. No que concerne à Cúria, esta é formada por órgãos de ordem administrativa, religiosa e jurídica.

A Igreja Católica, como instituição religiosa, é orientada por uma doutrina de salvação da humanidade, transmitida universalmente por meio de normas fundamentadas em

código específico (Direito Canônico), que devem ser observadas em todas subunidades, nos diversos espaços geográficos, preservando assim a unidade da instituição em meio a pluralidade de organizações locais. Tendo em vista esse caráter internacional e o grande número de unidades, e agentes que atuam localmente sob regras gerais e funções pré-fixadas, convém detalhar alguns aspectos dessa estrutura organizacional mais ampla que possibilitem iluminar as interações de adaptação, cooperação e conflitos em um espaço específico, investigado na presente pesquisa, a saber, Diocese de Viana.

Cada estado possui uma única arquidiocese, governada por um bispo que recebe a função/título de arcebispo por assumir a Diocese mais importante do estado; sua importância é de caráter disciplinar e jurídico. Além do arcebispo, a arquidiocese conta um bispo auxiliar que participa da coordenação dos trabalhos religiosos. Por sua vez, as Dioceses organizam a ação da Igreja dentro de uma área geográfica específica do estado, sendo sufragâneas (dependentes) da arquidiocese, posto ser o arcebispo que representa todos os demais bispos e as questões de caráter disciplinar e jurídico diante da Santa Sé. Contudo, preservam sua independência, ou seja, observando as normas gerais da igreja (Direito Canônico), cada bispo possui o poder de criar normas particulares para o exercício da função denominada “pastoreio” da comunidade; nesse sentido, é autônomo e o arcebispado não tem ingerência sobre as decisões diocesanas.

A sacração de um bispo é realizada mediante consulta dirigida a um conjunto de consultores paroquianos (religiosos e leigos) que dão testemunho à Santa Sé (Núncio Apostólico) sobre padres que poderiam tornar-se bispos; fazem isso através de lista com três indicações encaminhadas ao Papa, que decide por um nome. Após a decisão do Papa, o Núncio comunica qual dos padres sugeridos foi o escolhido, sendo-lhe, em seguida conferida a sacração e posterior nomeação para uma Diocese. Caso o religioso já seja bispo a designação para uma Diocese depende apenas da nomeação. No caso específico da Diocese de Viana no período estudado, tanto Dom Hélio Campos quanto Dom Adalberto Silva não eram bispos, quando da sinalização de seus nomes para posto diocesano, razão pela qual precisaram ser primeiramente submetidos ao processo de sacração.

A criação de uma Diocese, por seu turno, decorre da demanda de fieis de uma determinada região, chamada de circunscrição eclesiástica, localizada em cidade que não seja a capital. A unidade geográfica diocesana é legitimada pelo Papa por meio de uma bula que atesta a sua criação. Nos termos do Direito Canônico, Cânôn 369, a Diocese é descrita em termos fundamentalmente religiosos como sendo

a porção do povo de Deus que é confiada ao Bispo para ser apascentada com a cooperação do presbitério, de tal modo que, aderindo ao seu pastor e por este congregada no Espírito Santo, mediante o Evangelho e a Eucaristia, constitua a Igreja particular, onde verdadeiramente se encontra e actua a Igreja de Cristo una, santa, católica e apostólica. (ESTADO, p.67)

Neste documento sobre o funcionamento de Dioceses, é mencionada a cooperação do presbitério com o Bispo, inscrevendo assim o dever dos padres em contribuir com o trabalho episcopal, estando o bispo na condição de pastor maior, cabendo aos fiéis e sacerdotes seguir as orientações por ele transmitidas. Considerando a pesquisa em foco, constatou-se que estas regras, embora servissem como referência para a movimentação dos religiosos, nem sempre foram cumpridas a risca, sendo evidente no segundo bispado estudado, de Dom Adalberto Silva, conflitos e quebra de fidelidade entre o bispo e demais religiosos subordinados a essa autoridade por determinações de direito e de fé.

A Igreja Católica se apresenta como sólida instituição no que tange aos elementos estruturais; porém, os agentes que a compõem, com reconhecimento no campo por incorporarem as especificidades da instituição, estão constantemente ressignificando a noção do ser Católico e do agir Católico. Esta constante disputa se apresenta pautada na legitimidade das regras por ela criada. Analisando as instituições, Lagroye e Offerlé (2011) consideram que estas se caracterizam por constantes processos de transformações e as formas por elas adquiridas podem ser explicadas pelas rivalidades entre grupos sociais em todo o tempo, principalmente em períodos específicos, como de crise. Com esta perspectiva, observa-se que a Igreja Católica no Brasil, e particularmente em Viana, se define e redefine em diversos tempos e espaços, tanto em suas relações com Estado, como em sua dinâmica interna, a partir de constantes tensões, e processos não lineares apresentando-se como um conjunto de complexas estruturas possuindo incumbência de atuar hierarquicamente, como também na legitimação de crenças e valores.

Para esses autores, o universo de práticas, de justificações objetivadas e de papéis especializados no âmbito de uma instituição, possui linguagem própria da ordem social e dos valores em disputa em uma conjuntura específica. Isto pode ser observado na Diocese de Viana que, em período de tempo relativamente curto, vivenciou dois bispados de orientações políticas e religiosas bastante diversas, assumindo di-visões progressista/ conservador; renovação/ tradição; tensionamento Igreja e Estado/ aliança Igreja e Estado; catolicismo popular/ catolicismo romanizado.

Outra fonte de tensões e conflitos no interior da igreja pode ser associada ao público a que visa alcançar, que reúne indivíduos de valores e interesses diversos, indo ao

encontro de formulações do sociólogo Maduro (1983), cuja visão sobre igreja realça os traços de heterogeneidade, complexidade e historicidade. Orientado por lentes classistas, mas também weberianas, esse autor considera que a igreja, embora possua um público estável e estruturas hierarquizadas, também comporta muitas diferenças em seu interior. Para ele, essa instituição

possui um sistema religioso, com um público relativamente estável, de massa, composto por frações de diferentes classes sociais – tanto dominantes como subalternas - da sociedade onde o sistema religioso opera; uma trajetória de várias gerações no seio dessa mesma sociedade; um corpo de crenças monoteístas e de normas morais codificado em uma doutrina de longa tradição; um corpo de funcionários hierarquizado, estabilizado e centralizado em uma organização também subsistente por diversas gerações; e numa posição predominante (MADURO, 1983, p. 171).

Pensando na dimensão hierárquica e considerando a igreja como uma instituição historicamente situada, Marchi (1989) destaca as estruturas eclesiais hierárquicas e as de base, envolvendo bispos, sacerdotes, ordens, congregações religiosas e movimentos de ação social católica, percebendo todos esses elementos sob o controle e o aval da Sé romana. Dessa forma, a institucionalização da Igreja Católica pode ser entendida como um processo contínuo, resultante das relações dos agentes da igreja que se apropriam do que está objetivado por meio das regras, saberes e papéis estabelecidos constituídos na própria instituição.

Examinando essas interações a partir da ideia bourdiana de *campo religioso*, ressalta-se que as tensões no âmbito desta instituição são constantes, modificando-se tanto as formas de disputa quanto o seu objeto, ou seja, o que está em jogo também se modifica, em consonância com o contexto específico em que se travam essas relações, envolvendo agentes de outros campos, como o político. Neste sentido, verifica-se que o catolicismo no Brasil tem um histórico de estreita aliança com o Estado, em que pese estes laços se objetivarem de formas diferenciadas nos diversos tempos e espaços do país, destacando-se, nestas interações, corpos de especialistas, inseridos na hierarquia e reconhecidos como detentores de competência e autoridades legítimas (BOURDIEU, 2007b; SERBIN, 2001). No caso específico de Viana, as relações de agentes religiosos com o Estado não seguiu um padrão: ora se deu como aliança, ora como conflito; da mesma forma, a legitimação das autoridades religiosas dentro do próprio campo também foi diversa, com Dom Hélio sendo amplamente reconhecido por seus pares, enquanto Dom Adalberto teve sua legitimidade contestada.

2.2 Igreja e Ditadura Militar

Os anos 1960 foram marcados por profundas transformações no Brasil, com Igreja Católica e Estado sob tensões constantes, que em alguns momentos se exacerbam, em outros se amenizam, desdobrando-se tais tensões para o âmbito interno de cada instituição. Por razões ideológicas e políticas, as forças conservadoras obtiveram providencial apoio da Igreja Católica para a concretização do golpe militar, e agentes religiosos interpretando essa aliança como uma luta anticomunista, se engajaram em mobilizações como a “marcha da família com Deus pela liberdade”, agindo em favor do enfraquecimento dos movimentos de esquerda que se fortaleciam nessa conjuntura. Essas ações contribuíram para o sucesso dos golpistas, dada a sua grande influência, decorrente do predomínio religioso que mantinha na sociedade.

No decorrer do processo, contudo, o regime se utiliza de diversos instrumentos jurídicos e políticos como atos institucionais/decretos, cassações e outras formas de repressão, intensificando as tensões entre Igreja e Estado. A Ação Católica Brasileira, que atuara em base conservadora desde os anos de 1930, passa a ter uma disposição mais contestadora através da mobilização crescente de seus agentes leigos (laicato) e de grupos mais especializados de juventudes, como a agrária (JAC), operária (JOC) e universitária (JUC), que se fortaleciam com maior apoio de padres e freiras. Entre estes grupos especializados, Serbin (2001) observa que a JOC e a JUC se apresentam como os mais radicais, de envolvimento com os pobres e a classe trabalhadora, defendendo o anti-imperialismo e o socialismo.

As ações da JUC fomentaram organizações de esquerda pró revolucionárias, como a Ação Popular (AP) na década de 1960, que “propunha o engajamento político dos cristãos no processo de transformação das estruturas sociais brasileiras” (SEMERARO, 1994, p.61). A AP, além de jovens da JUC, contava com significativa adesão no meio estudantil não universitário (JEC). O Catolicismo no contexto dos anos 60, particularmente em países da América Latina, encaminhou-se em direção mais orientada para o laicato, estimulando a formação de comunidades eclesiais de base, as quais, juntamente com a ACB, contribuíram para a proliferação de cristãos politicamente ativos (MAINWARING, 2004). Integrantes das juventudes católicas que constituíam a ACB, sobretudo a JUC, também participavam das CEB's e do Movimento de Educação de Base (MEB), em seus trabalhos de educação popular em cidades do interior do Nordeste.

O acirramento dessas lutas políticas no plano nacional, e as mudanças internacionais associadas ao Concílio Vaticano II (1962- 1965), redefiniram as relações entre agentes religiosos e agentes do Estado. Este Concílio, que preconizava o fortalecimento do

compromisso social da igreja, culminou na ampliação das ações desses movimentos leigos, sendo, “sem dúvida, a mais ampla reforma da história da Igreja” (SERBIN, 2001, p. 99). Tais acontecimentos trouxeram para o interior desta instituição a polarização política e ideológica mundial estabelecida pela Guerra- Fria, que confrontava ideários comunistas e capitalistas, influenciando nas ações de religiosos e leigos.

Se, a princípio, houve uma adesão ao golpe militar por parte da Igreja, com o AI-5 esta passa a adotar uma posição mais crítica em relação ao Estado, em decorrência das perseguições que passaram a atingir esta própria instituição, inclusive religiosos de alta hierarquia. Nesse novo contexto, o setor progressista se posiciona mais firmemente no apoio às resistências à ditadura, enquanto os “conservadores”, que contemplavam a maioria dos religiosos, mantiveram-se, por vezes, em silêncio na expectativa de mudanças políticas (SERBIN, 2001), ou mesmo concordando com as medidas adotadas.

3 AGENTES RELIGIOSOS NA DIOCESE DE VIANA

Abordando as interações indivíduo/ sociedade, Elias (2008) destaca o imperativo de não isolá-los, pois considera que estes não são elementos separados e nem estáticos. Para este autor, as sociedades se compõem de indivíduos, os quais só possuem condições de assumir características que lhe são próprias pelas relações com outras pessoas, ou seja, em sociedade. Na sua visão,

as configurações de seres humanos interdependentes — não se pode explicar se estudarmos os seres humanos isoladamente. Em muitos casos é aconselhável um procedimento contrário — só podemos compreender muitos aspectos do comportamento ou das ações das pessoas individuais se começarmos pelo estudo do tipo da sua interdependência, da estrutura das suas sociedades, em resumo, das configurações que formam uns com os outros (ELIAS, 2008, p.79).

Para o caso do presente estudo, essa perspectiva estimula a busca de articulações entre o comportamento individual dos agentes estudados e o contexto mais amplo onde suas ações são tornadas possíveis construídas, e institucionalizadas. Assim, conhecer os espaços percorridos pelos bispos Dom Hélio e Dom Adalberto é fundamental para o entendimento de suas ações na Diocese de Viana.

A partir desta perspectiva, faz-se necessário entender, além das configurações que delineiam o contexto maranhense e da Diocese de Viana, as ações empreendidas pelos religiosos diante da realidade política, social e eclesial em que atuaram os agentes em análise. Ou seja: conhecer o espaço social e as estratégias acionadas.

Durante os anos de 1969 a 1985¹⁵, a população brasileira esteve sob um regime ditatorial em que direitos básicos foram usurpados; se expressar ou mostrar ideias divergentes ao regime já era motivo de monitoramento e perseguições, até mesmo para membros da Igreja. Durante o governo Médici esta instituição passou a enfrentar dificuldades em sua relação com o Estado e muitos de seus membros tornaram-se vítimas de atos repressivos, não sendo raros os casos de prisões de sacerdotes e freiras, torturas, assassinatos, cerco a conventos, invasões de templos, vigilância contra bispos (ARNS, 1996).

Sobre este ponto, Azevedo (2012) destaca que as práticas repressivas não constituíam uma resposta contra a instituição Católica, mas contra agentes específicos, engajados na contestação ao Estado ditatorial; isto porque, entre os militares, era habitual a adesão a esta igreja; a ideia era de “limpeza” em todas as áreas e instituições, de modo a eliminar todos os focos de dissenso e contestação. Foram mais atingidos os religiosos

¹⁵ Período pesquisado pela autora

seguidores da TL com seus trabalhos majoritariamente realizados na área rural, onde desenvolviam ações de mobilização dos leigos em combate às “injustiças sociais”.

No Maranhão, trabalhadores rurais viviam uma realidade de desigualdade social, expressa, entre outras formas, pela expropriação de terras, altos níveis de exploração, domínio violento exercido pelas elites rurais e políticas, pobreza e ausência de direitos básicos. Com variações no âmbito do estado, e mesmo da região abrangida pela Diocese de Viana, essa população era constituída por camponeses pequenos proprietários, posseiros, arrendatários e outros tipos, geralmente sob domínio de oligarquias ruralistas e empresários latifundiários, os quais dispunham de poder e liberdade para apropriar-se fraudulentamente de grandes extensões de terras, muitas vezes, apoiados por agentes do Estado. Os conflitos fundiários vão se tornando mais agudos a partir dos anos de 1950, com abertura de estradas e expansão da fronteira agrícola, que fez do Maranhão o maior produtor nacional de arroz. Esta expansão se dava no curso dos rios Itapecuru, Mearim e Pindaré, com fortes impactos em municípios integrantes da Diocese de Viana (LUNA, 1986; ASSELIM, 2009; ALMEIDA, 2001).

Acrescente-se que a concentração fundiária nos anos de 1950, tanto no Brasil como no Maranhão, era tão destacada que em meados desta década, por orientação de Conferência da CONTAG foi instituída no Maranhão a Comissão Estadual de Reforma Agrária¹⁶, composta por profissionais liberais, como advogados e agrônomos, além de religiosos e estudantes, os quais percorreram várias cidades do estado, principalmente os vales dos Rios Itapecuru e Mearim, difundindo a “campanha nacional” por cinco milhões de assinaturas pela reforma agrária (ALMEIDA, 1981).

À época, o estado era governado por Eugênio Barros (1951- 1956), tendo em sua estrutura de poder, segundo Pinto (1982), um modelo político herdado da República Velha, marcado pelo “clientelismo” e pela presença de “coronéis”¹⁷ que se configuravam como autoridade máxima de determinado município, expressando-se como o senhor do “seu território” e de amplo conjunto de trabalhadores rurais, os quais lhe prestavam obediência pelos “ganhos” recebidos, numa relação de trocas de favores, envolvendo pequenos benefícios

¹⁶ Criado durante a II Conferência Nacional de Trabalhadores Agrícolas realizada em São Paulo em 1954, emergiu da deliberação de uma campanha de assinaturas de trabalhadores rurais que reivindicavam reforma agrária democrática com a entrega dos títulos de propriedade da terra aos que nela trabalham e com a extinção dos latifúndios (ALMEIDA, 1981).

¹⁷ Embora a literatura especializada aponte o *coronelismo* como fenômeno político, circunscrito ao Brasil nos anos de 1889 e 1930 (LEAL, 1997; CARVALHO, 2004), no Maranhão, paradoxalmente, modalidades do mesmo podem ser identificadas entre 1945 e 1965, quando o estado esteve sob política oligárquica liderada por Vitorino Freire, cujos métodos reproduziam aqueles descritos por Leal (COSTA, 2006)

e apoio eleitoral nos municípios aos candidatos indicados pelos coronéis e chefe político estadual, senador Vitorino Freire¹⁸.

Nesse período eram recorrentes os conflitos agrários, desencadeados pela expropriação de terras e exploração de lavradores. No caso de alguns municípios da Diocese de Viana, da Baixada Maranhense, as tensões eram relacionadas aos elevados preços dos aforamentos e devastação das roças pelo gado dos grandes fazendeiros vizinhos. Em face desses conflitos, em 1958, a Associação dos Trabalhadores Agrícolas do Maranhão (ATAM) reforça a organização de pequenos proprietários e foreiros nas áreas de maiores tensões, como o Vale do Itapecuru; as regiões do Mearim e do Pindaré, além de municípios da Baixada, como Viana, Monção, São Bento e Mirinzal (ALMEIDA, 1981), sendo os dois primeiros integrantes da Diocese de Viana.

Na cidade de Viana, que era composta por 86% de lavradores, grande parte dos conflitos se dava em torno do aforamento, que consiste no pagamento de foro aos proprietários pelo uso da terra e que era a forma de sobrevivência da maioria da população desse município. Essa modalidade de ocupação e uso da terra é descrita por um sindicalista/lavrador da região da seguinte forma:

Os trabalhadores rurais trabalhavam geralmente de meia com os donos de terra ou foro. Então eu sou o trabalhador rural e você é o dono da terra, eu vou aforar sua terra, eu pago, ou eu dou nos produtos depois de apurados, arroz, farinha, feijão. Toda colheita que dava na roça era dividida com o dono da terra. Então, a gente ficava e dava pronto. Não é que eu desse a mandioca ou desse o arroz. Não! Dava tudo pronto, a farinha, o arroz já pronto no saco. Então os trabalhadores eram muito mal tratados, explorados naquela época. Fora os que tinham alguns pedaços de chão de terra, que vinham as pessoas que tinham mais, os grandes donos de terra, e aí encostavam naquele espaço e compravam a preço barato e com isso as pessoas vinham para cidade, para a periferia das cidades.
(SINDICALISTA/LAVRADOR)

No fim dos anos 1960, a situação dos lavradores se agrava com as medidas do Estado, como a instituição da Lei de Terras (nº 2.979, de 17 de julho de 1969), que autorizou vendas de terras devolutas com preços baixos, sem concorrência pública e sem leilão e a criação da COMARCO (Companhia Maranhense de Colonização), a qual dividiu as terras em

¹⁸ Recebendo amplo apoio do governo federal, não precisou do cargo de governador para exercer seu domínio, atuando sempre na câmara e senado federal: senador por três mandatos (1947-1955; 1955 a 1963 ;1963 -1971), firmando ao longo desse tempo boas relações com os coronéis e supremacia na política local, elegendo ao governo seus aliados.

áreas de grandes empresas, ocupações mais antigas e área de colonização. Com essas medidas o governo ordenava a ocupação, transferindo grandes áreas para empresários e promovendo a remoção dos habitantes por meio de milícias e da polícia do Estado, nas chamadas “operações limpeza”. Assim despertava interesses de diversas empresas em adquirir essas terras, desencadeando massivas expulsões de trabalhadores rurais dos territórios onde moravam e trabalhavam. Nesse processo, a pequena agricultura foi substituída, no primeiro momento, por pastos e estradas, e já nos anos 1970, pelos chamados grandes projeto, com seus portos e ferrovias (ASSELIN, 2009, BORGES, 2008).

Reportando-se a concentração de terras no Maranhão, Luna (1986) registra, entre os anos de 1960 e 1980 a triplicação dos grandes estabelecimentos agrícolas, com mais de 10.000 ha, e quadruplicação das áreas por estes ocupadas, que totalizavam cerca de 87% das terras cadastradas pelo INCRA. Na região da Diocese de Viana, a concentração de terras em mãos de uma pequena parcela da sociedade era objeto de preocupação para os trabalhadores rurais, frequentemente atingidos por expulsões e explorações e passou a ser, também, uma preocupação para os religiosos.

3.1 Diocese de Viana

O município de Viana (Anexo A) está situado na microrregião denominada Baixada Maranhense, é composta atualmente por vinte e um municípios¹⁹. A cidade localiza-se a 217 quilômetros da capital do Maranhão, nela se encontra geograficamente a Diocese de Viana, criada no ano de 1962, sendo desmembrada da Arquidiocese Metropolitana de São Luís durante o arcebispado de Dom José de Medeiros Delgado, conservando-se sufragânea desta Arquidiocese. De acordo com documento da CNBB (1963a), denominado “Comunicações da Nunciatura Apostólica”, nesse período, a Diocese de Viana era composta aproximadamente por 240.000 habitantes, localizando-se 31.183 destes na cidade de Viana (IBGE, 1960).

A Igreja Católica do Maranhão, no período de abrangência da presente pesquisa, ou seja, até o ano de 1985 estava constituída por oito Dioceses, a saber, Diocese de Grajaú (1922); Diocese de Caxias (1939); Diocese de Pinheiro (1939); Diocese de Balsas (1954);

¹⁹ Anajatuba, Arari, Bela Vista do Maranhão, Cajari, Conceição do Lago-Açu, Igarapé do Meio, Matinha, Monção, Olinda Nova do Maranhão, Palmeirândia, Pedro do Rosário, Penalva, Peri Mirim, Pinheiro, Presidente Sarney, Santa Helena, São Bento, São João Batista, São Vicente Ferrer, Viana e Vitória do Mearim

Diocese de Carolina (1958); Diocese de Zé Doca (1961); Diocese de Viana (1962); Diocese de Bacabal (1968); Diocese de Brejo (1971) e Diocese de Coroatá (1977).

O processo de formação da Diocese de Viana ocorreu de forma descontínua, pois após o primeiro pedido de sua criação, datado de 1940, ficou alguns anos sem prosseguir, até ser retomado no fim dos anos de 1950. Os procedimentos para a formação desta Diocese iniciaram-se quando o pároco da Igreja, Manoel Arouche (1906-1958), solicitou ao arcebispo de São Luís, Dom Carlos Campelo de Vasconcellos Motta²⁰, a criação da nova Diocese. Este mostrou-se de acordo com a ideia, dada as dificuldades de acesso à casa paroquial de Viana, pois o trajeto de São Luís pra Baixada do Maranhão era bem difícil. As estradas eram quase inacessíveis, sem asfalto, com apenas um caminho de barro, difíceis para viagens de carros pequenos e mesmo de ônibus, que só trafegavam em período de secas; as viagens por água também não facilitavam o acesso à Baixada, pois, além do canal do boqueirão ser arriscado; o que se dispunha como transporte aquático eram lanchas, disponíveis durante três vezes ao mês no trajeto capital- baixada e vice-versa.

Considerando que muitas informações sobre a Diocese de Viana foram obtidas através de relatos, é pertinente considerar os processos de construção da memória coletiva, procedimento que também auxiliará na análise das ações dos bispos, investigados neste estudo. A construção da memória coletiva é possível quando

se auxilia com a dos outros, não basta que eles nos tragam seus depoimentos: é necessário ainda que ela não tenha cessado de concordar com suas memórias e que haja bastante pontos de contato entre uma e as outras para que a lembrança que nos recordam possa ser reconstruída sobre um fundamento comum (HALBWACHS, 1990, p. 22).

Nesse sentido, procurou-se tratar os relatos utilizados nesta pesquisa, não como elemento incontestável ou suficiente, mas como visões localizadas no tempo e no espaço, sendo, sempre que possível, cotejadas a outras fontes. Assim, as memórias sobre a construção da Diocese relatadas por entrevistados foram consideradas ao lado de outras informações como aquelas do site institucional da Diocese de Viana e relatos constantes em obras memorialistas como “O Evangelho Segundo Viana”, produzida por padres e missionário, e “Casa de ‘Seu Gegê’: um pedaço de saudade”, escrita por um padre vianense, Piedade Júnior. Conforme um entrevistado, a realidade da Igreja católica em Viana antes da criação da Diocese apresentava-se da seguinte maneira:

²⁰ Foi o vigésimo quarto bispo do Maranhão e o segundo arcebispo da arquidiocese de São Luís (1935 a 1944).

Em 1951 [...] não era bispado em Viana. Ele [padre Manoel Arouche] era o pároco da cidade e abrangia várias paróquias [comunidades de outras cidades]. Tinha a paróquia de Matinha, Penalva, Monção, Cajari, Viana [...]. Daí, ele passou a ser o vigário geral dessa época. Em vez de pároco ele passou a ser vigário geral. Desse vigário geral ele foi promovido a Monsenhor, Monsenhor Manoel Nunes Arouche. Daí ele funda a Diocese de Viana (...) através do arcebispo daqui (São Luís). (LEIGO 01)

No território da Baixada Maranhense, muitas vezes o deslocamento das pessoas de uma paróquia para outra era realizado em carros “pau de arara”, montados em animais, e por vezes enfrentavam o percurso a pé. Quando estavam em períodos de cheias o transporte utilizado era a canoa, estas formas de se deslocar eram custosas à população da Baixada, sendo empecilho à movimentação de uma casa paroquial para outra. A situação desta microrregião, especificadamente o município de Viana, e as suas heterogeneidades internas são retratadas no “Evangelho Segundo Viana”, da seguinte forma:

Um [cidades] na baixada, outras na mata, umas antigas, outras mais novas, umas nascidas com o rio, outras com a estrada, umas contando a época da cana e dos escravos, outras nova fronteira e a grilagem. Elas irão formar a Diocese de Viana.

Viana, cidade com 217²¹ anos, situada no centro da Baixada Maranhense (...), ligada a São Luís por lanchas, que [se] sabe o dia que sai, mas não o que chega, avião e ônibus certa época do ano. A mesma, no século passado já experimentou momentos de maior desenvolvimento (...), tinha uma população de 9.000, sendo: 3.000 senhores e 6.000 escravos. Uma escola superior da época e várias casas de azulejos importados (UBBIALI et al, 1977, p. 5).

O início da formação da Diocese de Viana, segundo Piedade Júnior (2005) foi determinado quando o pároco Manoel Arouche apresentou um plano de criação para essa futura Diocese. Registra-se que a denominação de monsenhor ocorre quando em uma Diocese, um padre se destaca por sua atuação e recebe do papa, a pedido de um bispo, o título de Monsenhor. O prestígio desse religioso certamente contribuiu para o pronto aceite da demanda de criação da Diocese de Viana, que uma vez instituída abrangeria os seguintes municípios da Baixada Maranhense: Penalva, Barro Vermelho, às vésperas de sua autonomia municipal, Monção, Vitória do Mearim, Pindaré Mirim, Arari, Matinha, também às vésperas de se tornar município, São Vicente Ferrer, Cajapió e São Bento de Bacurituba, este último, ainda pertencendo ao município de Cajapió²².

²¹ Escrito de 1974

²² Documento da CNBB produzido em 1963 apresenta uma diferente listagem, que não inclui os municípios de Vitória do Mearim, Arari, São Bento e Bacurituba e, por outro lado, inclui o município de Santa Luzia. Estas diferenças não alteram o desenho geográfico da diocese e se referem a processos de desmembramentos e criação de novos municípios.

O padre Piedade aponta o aceite imediato da proposta do Monsenhor Arouche ao arcebispo de São Luís para a formação dessa nova Diocese, devido às boas relações políticas entre eles, como também, pelo fato da ideia trazer soluções viáveis aos “problemas da Baixada”, já que suas igrejas estavam sob responsabilidade do arcebispo da capital, a quem cabia resolver contratempos e assuntos corriqueiros de igrejas muito distantes. Uma Diocese na Baixada facilitaria a vivência da fé da população católica local, os católicos não necessitariam se deslocar de uma cidade a outra para participar de eventos religiosos. Destaca-se que o acesso a essa região e no interior da mesma eram precários os transportes “a não ser uma montaria no período das secas ou uma canoa, durante as cheias, quando os campos ficavam totalmente alagados” (PIEADADE JUNIOR, 2005, p.114). Uma vez fundada a Diocese, seriam criadas novas paróquias nos municípios e assim a igreja de Viana se desvincularia da arquidiocese de São Luís, tendo sua autonomia representada pelo bispo diocesano.

A implantação da Diocese, contudo, não aconteceu imediatamente após o pedido do monsenhor Arouche, e somente depois de dezesseis anos foi efetivada. Como já mencionado, a difícil realidade da região desfavorecia a comunicação entre as paróquias e arquidiocese. Por esta razão, no ano de 1944, o arcebispo da capital, Dom Motta (1935-1944) apoiou a proposta de formação da nova Diocese. Mas, tendo o arcebispo sido transferido para a arquidiocese de São Paulo, isto levou o projeto da criação da Diocese de Viana ser adiado. Porém, em permanência com seus desejos, Manoel Arouche, construiu o palácio episcopal (Figura 1) em 1953, na intenção de receber o bispo que assumiria a Diocese. Em 1958 o monsenhor falece, e com isto a responsabilidade de pároco da casa paroquial de Viana passou ao padre Eider Furtado.

Figura 1- Palácio Episcopal da cidade de Viana- MA



Fonte: Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/painel/fotos.php?lang=&codmun=211280&search=maranhao|viana|infograficos:-fotos>> Acessado em: 20 Jun. 2016

O padre Eider Furtado da Silva nasceu na cidade de Cajari começou a trabalhar na igreja de Viana a convite do pároco Manoel Arouche, o mesmo que em 1937 o incentivou a entrar no Seminário, aos vinte anos. Em 1948 recebe a ordenação aos 31 anos de idade e desde então passou a ajudar o pároco de Viana, no atendimento às igrejas ligadas à paróquia. Sendo natural da Baixada, padre Eider conhecia e valorizava os modos de vida e valores da comunidade local, apesar de ter recebido uma formação tradicional, com características do catolicismo romano, ou seja, mais focado nos rituais de sacramentos e orações. No início dos anos de 1950, pelas relações que mantinha com o arcebispo de São Luís Dom José Medeiros Delgado (1952-1963), estreitou seus vínculos com o que ele próprio denominava *catolicismo popular*, ou seja, maior aproximação com as comunidades e valorização da cultura local, marcadamente negra, além de se preocupar com as precárias condições socioeconômicas daquelas comunidades. Disso resultava uma religiosidade sincrética²³ que contemplava

²³ De acordo com Ferretti (1998, p.183) o sincretismo consiste em uma síntese integrando elementos de várias procedências que formam um novo todo. Tal fato não diminui mas engrandece o domínio da religião, como ponto de encontro e de convergência entre tradições distintas.

aspectos das tradições e costumes das populações tradicionais, ainda que de modo um tanto superficial.²⁴

Em 1959, quando o pároco de Viana Monsenhor Arouche falece, o padre Eider assume a paróquia e passa a receber maiores incentivos do Arcebispo de São Luís, Dom José de Medeiros Delgado, para a construção de capelas rurais e a formação das primeiras comunidades eclesiais de base. Sob as orientações da arquidiocese, na companhia do bispo auxiliar, Dom Antônio Fragoso (1957- 1964), faz visitas ao meio rural e juntamente com os padres nativos (naturais da Baixada Maranhense), como ele próprio, e os padres Heitor Piedade, Wilson Cordeiro, e do padre piauiense radicado na Baixada, Francisco Chagas, formam em, Viana, a Juventude Agrária Católica (JAC) e a Juventude Estudantil Católica (JEC), além de contribuírem com a criação do MEB, em 1962, em Viana, Pindaré e Matinha, cuja atuação, muito importante na Diocese de Viana, será analisada na seção seguinte.

A ideia da formação da Diocese foi retomada no ano de 1962, quando o pároco da Igreja, na época padre Eider Furtado, fez o pedido ao Arcebispo de São Luís, Dom José de Medeiros Delgado, que acatou o pedido, encaminhando ao Papa João XXIII (1958-1963) uma carta pleiteando a criação de mais uma diocese no estado do Maranhão. Em face desses acontecimentos, o Papa João XXIII assina a bula *Christi Fidelium*, durante o Concílio do Vaticano II (1962-1965), autorizando a fundação desta Diocese, e em 30 de Outubro de 1962 foi instituída a Diocese de Viana. Sobre esta formação o documento de Comunicações da Nunciatura Apostólica informa o seguinte

O território da nova Diocese, desmembrado integralmente da Arquidiocese de São Luís do Maranhão, é formado dos seguintes municípios civis: 1) Viana; 2) Cajapió; 3) São Vicente Ferrer; 4) São João Batista; 5) Penalva; 6) Matinha; 7) Gajarí; 8) Monção; 9) Pindaré-Mirim; 10) Santa Luzia. *Número de paróquias canonicamente eretas*: 6, com sede em Viana, Cajapió, Monção, Penalva, Pindaré-Mirim e Vicente Ferrer. *Clero*: trabalham atualmente no território da nova Diocese, 4 sacerdotes, todos do clero diocesano. Foi elevada à dignidade e ao grau de Igreja Catedral a Igreja Paroquial de Viana, dedicada a Nossa Senhora da Conceição. A nova Diocese de Viana será sufragânea da Sede Metropolitana de São Luís do Maranhão (CNBB, 1963a, p.13-14).

Assim, com a articulação entre o padre Eider e Dom Delgado a Diocese de Viana é criada, até então com dez municípios. Uma vez instituída, em 04 de Agosto de 1963, o Bispo italiano, Dom Hamleto Di Angelis, toma posse na Diocese de Viana, ocupando-a entre

²⁴ Embora se denomine *popular*, esse catolicismo não aprofunda o diálogo com as manifestações religiosas tipicamente pagãs de populações tradicionais da região expressa, por exemplo, nas festividades e rituais de São Belibeu, descritos e analisados por Andrade (1999). Segundo esta Antropóloga, mesmo os religiosos mais engajados nas comunidades populares, não tinham contato com essas manifestações.

os anos de 1963 e 1967. Sua nomeação foi publicada na Nunciatura Apostólica de números 130-131 dos meses Julho e Agosto de 1963, onde constava o seguinte:

O Santo Padre João XXIII, de feliz memória, dignou-se benignamente nomear: Bispo residencial da nova Diocese 'de VIANA, no Estado do Maranhão, o Revmo. Sr. PADRE HAMLETO DE ANGEL, M.S.C., Vigário Geral da Prelazia “nullius” de 'Pinheiro. (CNBB, 1963b, p7-8)

Dom Hamleto Di Angelis (1963-1967), italiano, de Artenia, região do Lácio, chegou ao Brasil em 1946 atuando na prelazia da cidade de Pinheiro e paróquia de Santana, em São Luís²⁵. Na Diocese de Viana, praticou um catolicismo cujo modelo era voltado à cultura Romana, proibindo as festas do catolicismo popular e não permitindo a evangelização pela cultura local, conforme vinha sendo praticada. Tal posição do bispo gerou descontentamento do padre Eider, pároco local, que, em contato com as missionárias das AFIs e com o MEB, desenvolvia sua prática religiosa apoiando os setores marginalizados e valorizando as experiências, crenças e modos de vida da população, em conformidade com métodos que incentivavam a conscientização e a participação política.

A criação de uma nova Diocese tem como efeito a necessidade de maior número de paróquias, e conseqüentemente, sacerdotes para as atividades clericais, que deveriam ser desenvolvidas com regularidades. Contudo, a Diocese não dispunha de um grande número de sacerdotes, contando apenas com quatro religiosos: Pe. Eider Furtado; Pe. Francisco Chagas; Pe. Heitor Piedade e Pe. Wilson Cordeiro.

Assim, no início dos anos 60 chegam a Viana religiosos estrangeiros, orientados por um modelo de igreja romanizada. O primeiro bispo de Viana, Dom Hamleto, apresentou um trabalho pastoral diferente daquele catolicismo denominado popular, caracterizado pelo sincretismo com misturas de crenças cristãs, indígenas e africanas, praticado pelo padre Eider e demais sacerdotes locais (SILVA, 1983) e aceito por Dom Delgado e Dom Frago. O novo Bispo proibiu as festas populares de Nossa Senhora Aparecida e Nossa Senhora de Nazaré, o que gerou insatisfação e resistência da população.

Após alguns anos de conflitos relacionados ao *campo religioso* de Viana, era decorrente tratar com maior prestígio os estrangeiros, em detrimento dos religiosos locais, imputando aos primeiros uma melhor “formação religiosa” (SILVA, 1983); o bispo também manifestava resistências ao catolicismo popular, praticado pela população local admitido pelos padres nativos. Além disso, no plano externo as tensões políticas relacionadas às

²⁵ Informações obtidas no site institucional da Diocese de Viana (www.diocesedeviana.org.br). Acessado em Ag. 2016.

medidas do Estado ditatorial precipitaram o afastamento da Diocese de Viana, de três dos quatro padres locais.

Segundo relato de entrevistado (padre 04), em 1966, foi registrada a primeira denúncia de um religioso aos militares, o padre Heitor Piedade Júnior, feita por um político local. Esse religioso trabalhava no MEB e respondeu a um processo no 24º Batalhão de Caçadores²⁶ (24º BC) na capital São Luís, sendo acusado de “subversivo” e “comunista” por estar à frente da organização da Juventude Agrária Católica (JAC), juntamente com os padres Eider Furtado, Wilson Cordeiro e Francisco Chagas, todos da Diocese de Viana. Após a denúncia, em 1966, o mesmo seguiu para Brasília depois para o Rio de Janeiro, onde passou a ter uma carreira acadêmica na UFRJ.

Padre Eider em 1966 pede afastamento e segue para São Luís, quando ganha uma bolsa das missionárias das AFI's e vai estudar em São Leopoldo-RS, realizando durante um ano o curso sobre o Concílio Vaticano II e sobre as encíclicas *Mater et Magistra e Pacem in Terris* do Papa João XXIII (1958-1963), conhecido como o papa do *Aggiornamento*²⁷, popular e reformista, por suas encíclicas voltadas ao trabalhador do campo, ao associativismo e ao sindicalismo. Tais atividades, juntamente com a participação em atividades do MEB, fortaleceram, segundo próprio padre Eider sua visão de catolicismo popular (UBBIALLI et al, 1977)

Ressalta-se que padre Eider Furtado era seguidor da TL, tal perspectiva, de conotação mais social que religiosa, concebida por Scherer- Warren (1996) como uma ideologia que busca reunir “pessoas que sofrem a mesma opressão, com o objetivo de desenvolver sua identidade grupal; promovendo a redescoberta de sua dignidade através desse contato; aumentando sua confiança para se transformar pessoalmente e mudar sua sociedade” (p.38). Por outro lado, as encíclicas *Mater et Magistra e Pacem in Terris*, entre outras orientações, enfatizam, respectivamente, a união e o associativismo dos trabalhadores agrícolas, e a organização dos leigos.

Nesse mesmo ano, o padre Francisco Chagas se afasta da Diocese e o padre Eider, ao término do curso, em 1967, volta para a capital para trabalhar com o arcebispo Dom João da Mota e Albuquerque (1964-1984) na arquidiocese de São Luís, em seguida assume a

²⁶ Atualmente é o 24º Batalhão de Infantaria Leve (24º BIL).

²⁷ Termo italiano que significa atualização, usado por João XXII durante o Vaticano II para designar a adaptação dos princípios católicos à realidade que se vive.

paróquia São Expedito²⁸ e concomitantemente leciona no Colégio Universitário (Atual COLUN).

No ano de 1967, Dom Hamleto falece, deixando em vacância o bispado de Viana, o que se prolongou até 1969, quando, então, foi um novo bispo, Dom Hélio Campos (1969-1975), proveniente de Fortaleza-Ceará, onde desenvolvia trabalhos em favelas. A chegada dessa nova autoridade eclesiástica demarcou um período de renovação pastoral e litúrgica na Diocese de Viana (NERIS, 2014).

3.1.1 Movimento de Educação de Base (MEB) na Diocese de Viana

A construção da Diocese de Viana está intrinsecamente relacionada à atuação do MEB neste município, Rapôso (1982) sustenta que entre os municípios do Maranhão, Viana juntamente com Pindaré-Mirim, foram as localidades onde o MEB operou de forma mais sistemática. Havia, na cidade de Viana, uma equipe vinculada à Igreja Católica chamada Auxiliares Femininas Internacionais (AFIs), a qual atuava no campo social deste município, oferecendo suporte assistencialista à população local.

As AFIs foram criadas em 1962, quando o bispo auxiliar de São Luís, Dom Frágoso, foi ao Canadá e realizou um convênio com a Igreja Católica Canadense para a instalação de uma casa missionária leiga em Viana, a qual, após instalada, passou a contar com uma médica italiana, uma enfermeira belga e uma assistente social alemã; tais ações estreitavam o vínculo do arcebispo de São Luís Dom Delgado com os religiosos do município e com a Santa Sé.

O trabalho das AFIs, ainda que assistencialista, colaborou para o nascimento do MEB no estado. Este Movimento foi criado em 1961 pela Igreja Católica que além de abarcar propostas de alfabetização por meio de escolas radiofônicas, abrangia a dimensão social, política, cultural, suas orientações contemplavam as articulações entre ação e reflexão, esteve à frente de sua criação a CNBB em convênio com o governo federal, subsidiado pelo governo de Jânio Quadros, porém após o golpe

foi praticamente inviabilizado em razão do corte de verbas do Governo Federal, da perseguição e prisão de vários padres engajados no movimento e de lideranças católicas leigas. Essa nova conjuntura impôs à CNBB no pós 64, uma revisão geral nas suas estratégias e práticas de ação pastoral (PORTO, 2007, p.82).

²⁸ Localizada no bairro da Liberdade em São Luís.

O MEB e a Ação Católica Especializada (JAC, JIC, JEC, JOC e JUC), embora não constituíssem blocos monolíticos foram expressivos movimentos do laicato católico que nos anos de 1960 desenvolveram pensamentos e práticas religiosas radicalmente novas; sob influência de teólogos europeus progressistas, foram gradativamente desdobrando o discurso espiritual com preocupação de conversões individualistas, em práticas sociais engajadas, que questionavam as estruturas sociais brasileira. Nesse contexto, alguns autores, especialmente Michael Lowy, observam que começa a se esboçar no Brasil uma esquerda católica, muito mais que introduzir o pensamento social europeu no país, que aplicando ideias europeias às condições brasileiras, desenvolveu uma nova concepção de missão da igreja, sendo a precursora do “cristianismo da libertação”. (MAINWARING, 2004; MARTINS, 2000; LOWY, 2000; RAPÔSO, 1982).

No Maranhão, o MEB foi criado sob a responsabilidade do arcebispo de São Luís, Dom Delgado. Desenvolvendo experiências de ações e reflexões, este movimento realizava assembleias que, além de aludirem às questões de técnicas agrícolas, saúde e educação, promoviam organização de sindicatos e discutiam as estruturas sociais e as possibilidades de transformações através do voto. Entre os anos de 1962 e 1967, o MEB atuou em dezenove municípios, selecionados por comporem as principais áreas de conflitos entre camponeses e latifundiários, estes municípios são: Brejo, Bom Jardim, Cantanhede, Chapadinha, Colinas, Coroatá, Matinha, Monção, Paço do Lumiar, Pedreiras, Pindaré-Mirim, Pirapemas, Santa Inês, Santa Luzia, São Benedito do Rio Preto, São João Batista, São Vicente Ferrer, Viana, Vitória do Mearim. Destes dezenove, dez compunham a Diocese de Viana, criada em 1962²⁹, entre os quais, os dois onde este movimento teve sua atuação mais destacada, Pindaré e Viana. (CONCEIÇÃO, 1980; RAPÔSO, 1982).

O apoio do bispo auxiliar Dom Antônio Fragoso (1957- 1964) e o do Arcebispo Dom Delgado de São Luís contribuíram para amenizar os ataques da hierarquia Católica ao MEB, visto que “não era raro encontrar Vigários com relações de parentesco próximos de latifundiários ou mesmo encontrar Paróquias latifundiárias ou fazendeiras” (RAPÔSO, 1982, p.187).

No estado, por não haver de início, a emissora radiofônica para realizar as atividades do Movimento, Dom Delgado orientou que as atividades comessem de forma presencial, através de cursos, seminários, visitas e outros encontros diretos com as

²⁹ Bom Jardim, Matinha, Monção, Pindaré-Mirim, Santa Inês, Santa Luzia, São João Batista, São Vicente Ferrer, Viana e Vitória do Mearim.

comunidades, sobretudo as da periferia e do meio rural. A instalação do sistema de escola radiofônica iniciou-se no estado no ano de 1966 com a Rádio Educadora do Maranhão (REMAR); antes, os camponeses acompanhavam as transmissões pela rádio do Piauí, a pioneira no programa do MEB, a qual transmitia para todo Maranhão, Piauí e Ceará. Essa audiência, segundo Conceição (1980) acontecia nos estabelecimentos comerciais dos municípios, uma vez que os trabalhadores rurais raramente possuíam aparelhos de rádio em casa. O Movimento incentivou a organização do primeiro sindicato de Pindaré Mirim, sob a liderança do camponês Manoel da Conceição. Os cursos oferecidos pelo MEB eram ministrados, em sua maioria, por integrantes da JUC (CONCEIÇÃO, 1980; FRANKLIN, 2015).

Como mencionado, além de Pindaré- Mirim, o município de Viana foi outra região em que o movimento atuou sistematicamente, iniciando-se nesta cidade em Outubro de 1962, com trabalhos assistenciais, de orientação para registro de nascimento; carteira de identidade; carteira de trabalho e, posteriormente, a partir de meados da década, com atividades de cunho político, em um contexto onde as mudanças dentro da Igreja incentivavam um envolvimento político e progressista. Nesta nova fase, abordava temas como direitos dos camponeses, estrutura fundiária do estado, participação política e voto, levando insatisfação aos latifundiários, políticos e militares na cidade de Viana.

Com apoio do arcebispo da capital, Dom Delgado, as atividades do MEB convergiam da chamada religiosidade popular, constituindo-se como um movimento bastante significativo na Diocese de Viana. Em um dos depoimentos do padre Eider Furtado, contido na obra *Evangelho Segundo Viana*, se observa a transformação cultural estimulada por este Movimento até mesmo entre religiosos

Passei a ler, antes o fazia muito pouco. Lia jornal quando aparecia, formulários de homílias e, vez por outra, recordava uma ou outra matéria vista no seminário. Tomei gosto pela leitura. Começaram assim a se abrir os horizontes que ainda eram quase os mesmos dos tempos de estudante... Ocupava-me antes em fazer as tradicionais sobrigas e festas de arraial... A Evangelização foi tendo prioridade nos trabalhos pastorais. Sobretudo começou-se a quebrar o tradicional compromisso com os grandes e poderosos e passou a ter vez o povo oprimido e marginalizado (UBBIALI et al, 1977, p. 14)

O MEB foi um importante elemento para os agentes que compunham a Diocese de Viana. O exemplo de padre Eider no relato em epígrafe é ilustrativo de novas competências e habilidades alcançados por meio desse Movimento. Nesse depoimento, percebe-se que o referido religioso incorporou à sua competência religiosa, outras competências (capitais) de natureza cultural e política, que modificaram suas percepções e

práticas sobre seu próprio trabalho sacerdotal. Nessa mesma direção, é apresentado relato, pelo líder camponês, Manoel da Conceição, atuante no município de Pindaré-Mirim, e de religião protestante, pertencente a igreja Assembleia de Deus, que reconhece no MEB uma escola de sindicalismo (CONCEIÇÃO, 1980).

Como nas demais regiões em que atuava, no Maranhão, o MEB encerrou suas atividades em 1967, com o acirramento dos conflitos políticos e religiosos relacionados à ditadura militar, e posicionamentos conservadores da alta hierarquia da Igreja Católica, que passou a ter uma visão mais crítica ao crescente “revolucionarismo” do MEB (MAINWARING, 2004). Com isto, vários de seus integrantes aderiram a organizações clandestinas, sobretudo a Ação Popular (AP), que promovia formas mais radicais de combate à ditadura.

4 UMA IGREJA, DOIS BISPADOS: lutas sociais e jogos políticos na Diocese de Viana

Entre os anos 1969 e 1985, a Diocese de Viana esteve sob o comando de dois bispos: Dom Hélio Campos (1969-1975) e Dom Adalberto da Silva (1975-1995), protagonistas de situações conflitivas, tanto no interior como no exterior da igreja. Em relação ao bispado de Dom Hélio, o que primeiro chama atenção é a sua própria indicação, dado que o momento era de endurecimento político (pós AI-5), e este bispo vinha de uma experiência religiosa politizada, com moradores de periferia, no Ceará. Na ausência de explicações conclusivas para essa situação paradoxal, levanta-se como hipóteses plausíveis que: a ditadura militar no Maranhão não era percebida naquele contexto como tão severa, dado o não registro de conflitos diretos com movimentos contestatórios tradicionalmente atuantes no estado; que as relações entre Igreja e Estado no Maranhão não se apresentavam tão conflitivas; ou ainda, que a vinda deste religioso para Viana tenha se dado por motivações pessoais.

Em relação a Dom Adalberto, sua vinda para o Maranhão ocorreu após o falecimento de Dom Hélio e a escolha de seu nome é explicada pelo padre Eider, na obra *O Evangelho Segundo Viana*, pela mediação de um amigo do Frei Adalberto e do Núncio Apostólico, General do Exército Brasileiro da 10ª RM, Florimar Campelo natural de Viana, que era contrário aos trabalhos pastorais “subversivos”, realizados por Dom Hélio Campos, e que teria, por esta razão, se articulado com a Nunciatura Apostólica para nomear um bispo que apoiasse o regime. Com este propósito, solicita ao Núncio Apostólico, Dom Carmine Rocco, que indicasse seu amigo, Frei Adalberto Paulo da Silva, o que demonstra e reforça, a existência na cidade de Viana de poder militar bastante influente, e dos ciclos de relacionamentos pessoais, corroborando a tese de que existe interações entre diversos *campos* e a centralidade das relações pessoais nas decisões institucionais.

4.1 Bispado Dom Francisco Hélio Campos

Figura 2: Dom Francisco Hélio Campos



Fonte: Site Vocacional Nova Jerusalém, <http://vocacionalnj.blogspot.com/2016/07/pastores-de-padre-caetano-bispos.html>, 2016.

Dom Hélio Campos, nasceu no Ceará, em 24 de Julho de 1912, na cidade de Quixeramobim, recebeu sua ordenação em 05 de Agosto de 1937 na cidade de Fortaleza. Foi Capelão do Instituto Beneficente São José, em 1958 assumiu a Paróquia Nossa Senhora das Graças em Pirambu, onde fundou o Centro Social Paroquial Lar de Todos; era conhecido como pertencente ao chamado setor progressista da Igreja Católica e com essa linha de pensamento ele praticou diversas ações voltadas a causas sociais. Ademais, Dom Hélio era seguidor da espiritualidade do beato francês Charles de Foucauld (1858-1916), militar que se converteu ao catolicismo se tornando monge e adotando uma vida de simplicidade e missão pela África (padre 01; padre 02 em entrevista à autora).

Pirambu, um atual bairro à beira-mar, de classe média baixa, em Fortaleza-CE, nos anos de 1960, era considerado marginalizado devido ao alto índice de violência e aglomerado de casebres, formando uma grande favela. Dom Hélio à frente da paróquia da igreja local, desenvolvia trabalhos comunitários e organizativos, que culminou, em 1962, em uma marcha que reuniu quase 30 mil pessoas, conhecida como *Marcha pelo Pirambu*, reivindicando melhores condições de moradia. Caminharam pelas ruas até a Praça da Sé, onde se encontraram com o governador do Ceará.

Em 06 de Julho de 1969 foi sagrado bispo em Fortaleza-CE, por Dom José de Medeiros Delgado, e no dia 03 de Agosto do mesmo ano assumiu a Diocese de Viana no Maranhão. Sua chegada a esse município ocorreu em um momento em que o Brasil vivia um violento cerceamento das liberdades públicas, devido à decretação do ato institucional nº5, em 13 de Dezembro de 1968³⁰, que aprofundou a vigilância e punição de qualquer atividade de contestação ao regime, levando ao extremo a negação de direitos civis e políticos. Com estas medidas, qualquer agrupamento de pessoas era considerado pelos militares uma possível ameaça, sendo isto pretexto para que estas pessoas fossem vigiadas. No interior da igreja cresciam movimentos populares e pastorais, o que levou muitos agentes desta instituição a se tornarem alvos de perseguições.

Sobre esta questão Arns (1996, p.63) expõe que:

Sob o lema “segurança e Desenvolvimento”, Médici dá início, em 30 de Outubro de 1969, ao governo que representará o período mais absoluto de repressão, violência e supressão das liberdades civis de nossa história republicana. Desenvolve-se um aparato de “órgãos de segurança”, com características de poder autônomo, que levará aos cárceres políticos milhares de cidadãos, transformando a tortura e o assassinato numa rotina.

Serbin (2001) sustenta que quando os militares de linha dura assumem a frente do governo, no período de Médici, os agentes do DOPS em todo território brasileiro investem acirradamente em grupos e atividades da Igreja, sobretudo contra a Ação Católica. Alegando que escolas e seminários católicos estavam “contaminados” por “subversivos”, agentes deste órgão repressor acreditavam que “se escondendo por baixo da capa de religioso”, muitos católicos davam refúgio a indivíduos procurados pelos militares. Apesar de reconhecerem qualidades na Igreja Católica, viam que esta, sendo uma instituição internacional, seus membros nacionais ou estrangeiros, usavam as vantagens desta instituição religiosa para circular livremente em todo território brasileiro, usando passaportes e suas vestes sacerdotais, para apoiar agentes (individuais ou coletivos) de contestação, e por esta razão, eram vigiados de perto pelos militares, que não poupavam sequer a CNBB.

Diante deste cenário, em Viana no estado do Maranhão, as atividades do bispo Dom Hélio Campos (1969- 1975) passam a chamar atenção daqueles que controlavam os indivíduos considerados “perigosos” ao governo. Seguidor da Teologia da Libertação, Dom Hélio Campos acreditava que o papel de um cristão era oferecer instrumentos com os quais os oprimidos pudessem ter força para se “libertar”. Ao chegar em Viana, o bispo Dom Hélio

³⁰ Brasil. Ato Institucional nº5 de 13 de Dezembro de 1968. Diário Oficial da União, Brasília 13 de Dez. 1968, p. 10.801.

Campos tomou logo a iniciativa de convocar um seminário para conhecer a realidade da população da cidade, como se verifica no relato do entrevistado, o qual começou a trabalhar nas CEB's e em seguida se inseriu no sindicato de São João Batista a partir das falas motivadoras deste bispo

Eu comecei exatamente por esse seminário que a gente foi em Viana. A partir daí que eu comecei nas CEB's. Então, Dom Hélio colocava pra gente, para os leigos, que a gente tinha um papel muito importante dentro da igreja, dentro das comunidades, que era essa questão de levar essa discussão de organização, essa discussão como se faz igreja, e que não é só dentro das paredes. Mas a igreja viva, a igreja atuante. [...] Ele colocava o que é uma comunidade eclesial de base. Como a gente ia trabalhar na sociedade, nos sindicatos (LAVRADOR/SINDICALISTA).

Observa-se que desde seu primeiro seminário Dom Hélio conseguira despertar neste indivíduo pertencente à Diocese o desejo de se engajar em atividades de lutas por transformações na sociedade, destacando-se a participação sindical. Nota-se no exemplo citado que o ambiente de mobilização, que se expandia em Viana, levava pastorais sociais e sindicatos a ganharem mais fôlego, com muitos leigos se engajando nessas atividades desde o primeiro contato com o bispo. A experiência relatada pelo sindicalista apresenta a figura deste religioso como um elemento decisivo em sua experiência de engajamento em movimentos políticos.

No ano de 1970, Dom Hélio Campos convida o padre Eider Furtado para retornar a Viana. Este aceita e passa a trabalhar como Vigário Episcopal³¹ (ou Vigário Geral, administrador da Diocese). Juntos retomam as atividades com as CEB's em um tempo em que esse tipo de ativismo, mesmo de cunho religioso, era mal visto pelo governo e seus órgãos de seguranças. Desse modo, foram monitorados pelo SNI, juntamente com demais padres da Diocese, conforme se pode ver nos seguintes registros da DOPS -MA.

³¹ Ressalta-se que o vigário assume um serviço instável podendo ser transferido a qualquer momento a critério do bispo, possui a mesma incumbência do pároco, tomar conta de determinada paróquia, estando circunscrito no auxílio ao pároco, este responde pela Diocese juridicamente, administrativamente e pastoralmente.

Figura 3- Ficha do Padre Eider Furtado na DOPS-MA (Frente)

D. O. P. S. - M. A.

Nº 12

NOME EIDER FURTADO DA SILVA
PAI FRANCISCO DA SILVA SOBRINHO
MÃE MARIA FURTADO DA SILVA

RESIDÊNCIA

NACIONALIDADE BRASILEIRA **NATURALIDADE** MARANHENSE


IDADE **DATA** **PROFISSÃO** SACERDOTE

ESTADO CIVIL SOLTEIRO

ANOTAÇÕES: Indiciado como acusado em inquérito policial enquadrado no Artigo 202 combinado com o art 163 § único, inciso IV do Código Penal Brasileiro, por incitar os lavradores LUIS SOUSA, SEVERIANO COSTA, JURUCEY |

M. 1

22



Fonte: DOPS-MA. Série Subversão. Dossiê 29.

Figura 4- Ficha do Padre Eider Furtado na DOPS-MA (Costa)

COSTA DOS SANTOS, NILO COSTA DOS SANTOS, JOSÉ PEREIRA DE SOUSA, DOMINGOS DE
 TANA CUTRIM, ALBERTO DURVAL COSTA DOS SANTOS, JOSÉ ANTONIO PEREIRA, MANOEL
 RIBEIRO, JOÃO PEREIRA DE SOUZA, RAIMUNDO NONATO PINHEIRO e ROSENAL DOS SAN
 TOS a invadirem, cortando arame dos Srs. JOSÉ MENDES PINHEIRO e ANTONIO PI
 NHEIRO GASPAR. O reverendo em apreço chegou a invadir a Delegacia do Municí
 pio de Viana, deste Estado às 20 horas do dia 23/12/72 para ficar dentro de
 um dos xadreses dizendo querer ser preso, em decorrência da detenção por
 parte do Delegado local dos lavradores que invadiram referida propriedade. A
 autoridade citada abriu as portas da cadeia e testemunhou o fato para que o
 padre não fosse mais tarde alardear que tinha sido preso, vez que esse era
 seu objetivo para colocar os Órgãos de Segurança em dificuldade, prática já
 muito conhecida do clero "progressista". No curso do inquérito citado o clér
 rigo, recusou-se a prestar declarações. E de bom aviso citar que o epigrafa
 do recebe ordem direta do Bispo D. FRANCISCO HÉLIO CAMPOS, já fichado pelos
 Órgãos de Segurança, recentemente tendo visitado no Rio de Janeiro o subver
 sivo MANOEL CONCEIÇÃO SANTOS preso por esta DOPS, neste Estado quando prega
 va o regime comunista aos rurícolas deste Estado.

Fonte: DOPS-MA. Série Subversão. Dossiê 29.

Figura 5- Ficha de Dom Hélio Campos na DOPS-MA

D. O. P. 5 - MA.

NOME DOM Hélio Campos
PAI
MÃE Filiação não consta
RESIDÊNCIA no interior do Maranhão (Viana)
NACIONALIDADE " " NATURALIDADE " "
IDADE " " DATA " " PROFISSÃO Bispo
ESTADO CIVIL

ANOTAÇÕES: Trata-se de uma propaganda branca, cuja fonte aparece perfeitamente identificada, como um grupo chamado clero Progressista caracterizado pela nítida posição anti-Revolução e bastante vinculado e comprometido com a subversão marxista-leninista. Não é um documento da Igreja ou de qualquer organização religiosa. O nome acima citado teve sua participação nesta propaganda subversiva (O Índio que deve Morrer) Informação Nº 230/S2/GUSL/1974

Fonte: DOPS-MA. Série Entidades Religiosas. Dossiê 12.

Figura 6- Registro de Relatório do Padre Cláudio Bergamaschi

ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL - DOPS.

CLÁUDIO BERGAMASCHI - PADRE 010

Tipo de doc.	Origem	Data	Cód.	Anexo	Fólya	Observações
RELATÓRIO	SSP/MA	05.01.79	012		015	
					13	

Continua no verso

Fonte: DOPS-MA – Relação nominal do Fichário nº1. Letras de “A a H”.

passíveis de serem distribuídos aos trabalhadores, que os demandavam e ao receber ampliavam a valorização que imputavam a esses religiosos (UBBIALLI et al, 1977).

Não obstante essas diferenciações e distinções, quando se iniciou o bispado de Dom Hélio os padres estrangeiros aderiram à linha pastoral desse religioso, tido como mediador de elevada posição no *campo religioso* e no *campo político*, e que se utiliza desta posição para incrementar as posições de saber e poder dos trabalhadores rurais. Nessa empreitada e como autoridade de amplo prestígio social, Dom Hélio Campos percorre tanto o lado dos dominantes, quanto o lado dos dominados, favorecendo, no caso, destes últimos, os contatos com outras autoridades e oferecendo-lhes melhores condições de mobilização e conquista.

Na declaração do entrevistado verifica-se a preocupação do bispo na transformação de pastoral de “tutela” para uma que seguia a TL, a qual se fundamentava na práxis histórica do homem, com capacidade de transformar a sua realidade, orientava o indivíduo a assumir o papel de ser o “sujeito da transformação na luta pelos seus direitos”

Fui muito ligado com a pastoral da juventude em Viana, tivemos um bispo Dom Francisco Hélio Campos que chegou modificando toda a pastoral antiga dos religiosos italianos que tinham lá. Ele [Dom Hélio] chegou modificando, e isso criou um grande alvoroço. [Dom Hélio] era ligados a Teologia da Libertação tanto o bispo como o padre Eider. (LEIGO 01)

As fichas do padre Eider Furtado, Dom Hélio, padre Cláudio Bergamaschi e do Frei José (Figuras 3-7) possibilitam perceber que as mudanças nas atividades pastorais, ocasionaram tensões não somente no interior da igreja, mas também na relação dos religiosos com o Estado ditador da época. A ficha do padre Eider (Figura 3) mostra que este foi indiciado como acusado em inquérito policial e enquadrado nos artigos 202 e 163 do código penal, que embasaram a acusação do sacerdote por invasão ou ocupação de estabelecimento industrial, comercial ou agrícola, conforme diz o art. 2002. A denúncia se completa com o art. 163 que se refere aos crimes de calúnia. A ficha (Figura 4) também informa sobre lavradores que teriam sido “incitados” pelo religioso a invadir e cortar arames de terras particulares. Menciona que o sacerdote chegou a invadir a delegacia para ficar dentro de uma das celas, oferecendo-se também para ser preso em decorrência da detenção dos lavradores. O Delegado local abriu as portas da cadeia e testemunhou o fato para que o padre não fosse alardear que tinha sido preso, pois, segundo esses órgãos de segurança, o objetivo do padre Eider seria coloca-los em dificuldade. Na ficha consta que essa prática já era muito conhecida do clero progressista e que o padre havia se recusado a declarar que recebera ordem direta do bispo

Dom Hélio Campos, o qual também já era fichado pelos órgãos de segurança e recentemente havia visitado no Rio de Janeiro Manoel da Conceição (líder sindical em Pindaré- Mirim) que “pregava” o regime comunista aos rurícolas no Maranhão.

Finalmente a ficha de Dom Hélio (Figura 5) descreve o bispo como um progressista branco, pois mesmo progressista, é um antirrevolucionário, sendo ligado a subversivos marxistas- leninistas.

Além das fichas do padre Eider e do bispo dom Hélio Campos, outros agentes da Diocese de Viana, também eram monitorados pela DOPS –MA, entre estes, o padre Cláudio Bergamaschi (Figura 6) e o frei José (Figura 7). Nessas fichas são informadas as datas, código, folhas e o tipo de documento registrado (relatório) sobre eles na DOPS- MA. Acrescente-se que estes dois sacerdotes chegaram ao Brasil, assim como demais padres italianos, em missão da Conferência Episcopal Italiana para a América Latina (CEIAL), criada em 1962 durante o Concílio Vaticano II, visava oferecer ajuda caritativa e de “tutela” aos países pobres da América Latina. O Pe. Bergamaschi chegou em Viana em 1968, assumindo a paróquia de São Vicente Ferrer, atendendo também as cidades de Viana, Matinha, Alto Alegre e Bom Jardim com seus trabalhos nas CEB’s. O frei José (Giuseppe Staccone), chegou em Viana em 1971 ajudando a comunidade de Bom Jardim. Estes padres italianos e outros, assumiram a pastoral orientada por Dom Hélio. No depoimento seguinte pode-se observar o acolhimento da nova pastoral pelo padre estrangeiro, informando a formação política que ofereciam as comunidades:

O objetivo da formação era ajudar as pessoas a lerem criticamente a realidade dentro da qual viviam. O histórico, as referências à história do passado serviam para colocar as pessoas na condição de ler criticamente o presente. Se fazia essa formação parte no interior, parte em algum povoado grande do interior e parte se fazia diretamente no Bom Jardim. Então, eu convidava Dom Hélio e também padre Eider porque eles tinham conhecimento melhor do que eu do povo, das realidades. Se comunicavam, sobretudo, padre Eider que era nativo, se comunicava de uma forma mais compreensiva para todos (PADRE 01).

No bispado de Dom Hélio, as interações entre os sacerdotes estrangeiros e locais, se formaram em meio a processos de adaptações, visto que as atividades dos primeiros inicialmente focadas no assistencialismo (estimulada pelo bispo anterior) foram gradativamente incorporando as orientações do novo bispado, guiado pela Teologia da Libertação e conseqüentemente, por uma visão religiosa mais politizada. Nesse processo também vão se alterando as relações entre agentes religiosos e agentes do Estado

Essa visão religiosa é abordada explicitamente pelo bispo Dom Francisco Hélio Campos, já alguns anos instalado na Diocese, através de carta dirigida ao papa Paulo VI, em 1972, onde relata o processo de construção da Diocese de Viana e as condições de pobreza e opressão observadas nessa região. Ainda que não explicita as fontes dos números apresentados, o documento registra uma situação de extrema desigualdade social, considerando-as como a principal das questões a ser combatida pela igreja, buscando transformações à luz dos ensinamentos do Vaticano II, manifestos na “opção preferencial pelos pobres”. Tal carta foi registrada na obra *O Evangelho Segundo Viana* e dada à riqueza de detalhes com que apresenta a situação econômica, política e cultura da região da Diocese e de seu povo, optou-se por apresentá-la na íntegra.

Assim nasceu a Diocese: riscaram em Roma os confins no mapa, sublinharam com lápis vermelho a nossa sede, apareceram as novas paróquias. **E o povo? O povo perdido nas matas, na beira dos rios no litoral, escravo, sofrendo com fome, sem direitos, mudava bispo como mudava de dono. Também na igreja ele não merecia ser gente.**

Duas faixas territoriais e populacionais desintegradas entre si, sem interesses comuns e quase sem comunicação... Durante quase oito meses, todos os anos, o transbordamento dos rios e dos igarapés, invade imensas faixas, isolando mais as diversas comunidades, dificultando as viagens... 86% lavradores, 9% pescadores, 5% comerciantes, funcionários públicos, operários. **Uma minoria insignificante de ricos, acobertados pelo poder público, exploram e esmagam toda a imensa maioria que não tem pena pra quem apelar e não se pode defender.**

Cerca de 80% analfabetos, embora as estatísticas oficiais propaguem a diminuição do índice de analfabetismo para 35%, podemos afirmar com verdade, trata-se de propaganda.

A realidade é bem diferente.

Dos alfabetizados, muito poucos atingiram o nível completo.

Os ginásios são sangrias anuais dos jovens que se veem obrigados a deixarem suas famílias a fim de continuarem seus estudos nos grandes centros, não regressando aos lugares de origem, após terminarem os cursos superiores.

O vocabulário popular com menos de 800 palavras.

SAÚDE- 8 médicos, demoram-se a maior parte do seu tempo, na capital do Estado deixando o povo sem nenhuma assistência, durante semanas inteira, 5 hospitais com a capacidade de 12 leitos cada. Pessimamente equipados, 3 maternidades particulares.

O povo em geral sofre verminose, 75% das ‘causas mortis’: esquistossomose, hepatite, tuberculose (problema da fome), lepra: a região do Brasil onde há a maior incidência de lepra. Mortalidade infantil: diz-se 30% das pessoas que nascem, morrem no 1º ano. Média de vida da região: 35 anos

ECONOMIA: A lavoura é apenas de subsistência. Os métodos piores que antes de Cristo. A maioria dos lavradores nunca, nem sequer viu arado, mesmo com tração animal.

Se trabalham em terras que são de posse de alguém grande, são obrigados a pagar preços exorbitantes que os levam a se tornarem sempre mais pobres. Se trabalham em terras devolutas do Estado são expulsos muitas vezes, pelos latifundiários que se apropriam das terras para sua pecuária.

Os pescadores vivem na mais clamorosa miséria. Os demais operários não gozam de melhorias de situações. **Não há oportunidade para novos trabalhos. Isso provoca êxodo rural.**

E a instabilidade do povo. **Não há lugar para os pobres, cuja miséria cresce dia a dia.**

FAMÍLIA- Embora haja famílias verdadeiramente cristãs e felizes, a grande maioria delas, mesmo dos que se dizem católicos, não receberam o matrimônio 'sacramento', por mentalidade, por instabilidade, por imaturidade, por ignorância, por falta de possibilidade...

SEGREGAÇÃO RACIAL- Infelizmente há em toda região, uma dolorosa e verdadeira segregação racial, dificilmente superável. Por largo espaço de tempo, sobretudo na Baixada Maranhense.

Os negros são muito numerosos, em situação econômica inferior. Mentalidade complexada, devido ao ambiente, distanciam-se isolando-se, enquanto os brancos, também por mentalidade, julgam-se superiores (UBBIALI et al, 1977, p. 6- 8).

Observa-se que é dada ênfase à população, composta em sua maioria de lavradores, analfabetos e negros, que não tinham perspectivas de melhores condições de vida. A partir desta realidade e convencido da necessidade de superá-la, Dom Francisco Hélio Campos não poupa sequer a igreja, a qual é criticada pelo pouco interesse dirigido ao povo. Com este documento o bispo da Diocese de Viana aciona recursos que seu posto episcopal lhe oferece, incluindo a denúncia à autoridade máxima da Igreja Católica, o papa, utilizando este expediente tanto para denunciar as condições da população, como para justificar e legitimar as ações que, como bispo, promovia na Diocese e que não raramente eram contestadas como subversivas ou distintas do ofício religioso.

Destaca-se com esta ação o uso estratégico dos recursos de que o bispo dispõe, entre eles, a sustentação de suas demandas em regras e doutrinas da própria Igreja, ou seja, Dom Hélio Campos dirige-se ao papa com argumentos associados a orientações produzidas pela própria Igreja, através de sua doutrina de amor ao próximo, de justiça social e igreja comunitária; também aciona, ainda que não explicita, documentos papais como encíclicas e resoluções de concílios, onde essa visão é reiterada. Essa disposição de se apresentar dentro das regras da Igreja, evidencia o esforço de reprodução do *campo religioso*, sem negar, contudo, que as interações entre agentes desse campo, dentro e fora do mesmo, sejam permanentemente atravessadas por conflitos.

Considerando, conforme Bourdieu (2011), que a estratégia corresponde a uma prática consciente de mobilização de recursos para potencializar os capitais e viabilizar

conquistas esperadas dentro do jogo (troféus), pode-se interpretar a carta de Dom Hélio Campos ao papa como uma estratégia de fortalecimento de sua posição mediante constituição de rede ampla, forte e legitimada de aliados, ou seja, atrair outras autoridades da Igreja, dotadas de grande concentração de poder para fortalecer as lutas travadas na Diocese de Viana.

Outra frente de atuação de Dom Hélio Campos tem lugar nas comunidades constituintes da Diocese de Viana, junto às quais desenvolve ações no sentido de lhes oferecer meios, como informação e organização, que lhes ampliem os capitais e fortaleçam suas posições nas disputas travadas dentro e fora do *campo religioso*. Deste modo, assume a responsabilidade de informar aos trabalhadores seus direitos básicos, adotando uma postura mediadora a partir do prestígio que a sua função e instituição Católica lhe confere. Em outras palavras: para fortalecer a posição dos lavradores acionava os capitais de que dispunha, como autoridade e reconhecimento enquanto líder religioso e rede de relacionamentos com outros agentes (internos e externos) com capacidade de influenciar a dinâmica e resultados dos jogos em disputa.

Em sua ação junto às comunidades, Dom Hélio Campos era reconhecido pela presença constante e pelo incentivo às formas de organização e resistência por parte destes trabalhadores. Assim, encorajava os lavradores a produzir, mesmo que em terras de latifundiários, pois muitos destes camponeses não possuíam espaço para criar suas roças e muitos declarados donos não permitiam o trabalho de roça em suas terras. Dom Hélio, com o intuito de mudar essa realidade, tomava posições que afrontava a elite latifundiária local. Conforme entrevistados, Dom Hélio Campos, não só incitava a ocupação de terras, como também participava das referidas ações. Através dos relatos observa-se que este líder religioso, usando de seu posto e seus recursos, materiais e simbólicos, desenvolvia estratégias em defesa dos lavradores, como a presença constante nas comunidades mesmo nas situações de enfrentamentos diretos com latifundiários e autoridades públicas.

*Dom Hélio ia lá nas comunidades, nos lugarejos onde eles [trabalhadores rurais] moravam; tinham um diálogo franco, reunião, discussão sobre o problemas deles. Dom Hélio sempre pensava na melhoria dos trabalhadores e nas garantias deles, inclusive na aposentadoria; melhor renumeração, e que o governo desse melhores espaços de terras (...) [Dom Hélio] foi com o lavrador para poder garantir pra eles entrarem e produzirem na terra, Dom Hélio fez isso com muitos. (...) **Era conhecido como um bispo vermelho**, assim que eles [latifundiários] chamavam (...) Eles [latifundiários] toleravam, alguns toleravam, mas não aceitavam. Dom Hélio ganhava na marra, nos movimentos de marra, por exemplo, teve muitos [lavradores]*

que foram presos, Dom Hélio ia para dentro da cadeia com eles, Dom Hélio invadia a cadeia com eles dentro e eles [policiais] abriam. (...) Abriam a cadeia que Dom Hélio invadia, eles abriam as portas das cadeias para [os outros] os lavradores tudinho, aí os lavradores ficavam dentro, mandavam chamar era mais, lotava de lavrador (...) Teve algumas vezes, prisões de lavradores que Dom Hélio ia para a cadeia e dizia: se prenderem os lavradores têm que prender o bispo. Por causa de terras (...) prendiam lavradores (...) Uma vez, dez lavradores foram presos meia noite e levados em um jipe, todos amarrados; e nós [também] íamos para a cadeia, eu, o bispo e o padre Eider. Se prender os lavradores prendem nós também (LEIGO 02, grifo autora)

Dom Hélio foi à luta pra ter terra e valorização da produção deles [lavradores], e para eles se tornarem pessoas conhecidas na sociedade, e respeitadas, que eles não eram. Eram uma classe inferior e Dom Hélio não aceitava isso. Dom Hélio colocava eles [lavradores] lá em cima: são meus irmãos e estou aqui para lutar pra isso. Nunca me esqueci dessas palavras de Dom Hélio (LEIGO 01)

Merece destaque a referência a Dom Hélio Campos como “bispo vermelho”. Esta visão sugere imediata identificação deste religioso com o comunismo, comumente associado à cor vermelha. Destaca-se que ser acusado de comunista naquele contexto ditatorial implicava em ser considerado inimigo da ordem política e social vigente, como também da própria igreja. Essa imputação, mesmo quando não fosse verdadeira, transformava os acusados em pessoas vigiadas, monitoradas e suscetíveis de sofrerem perseguições. Outro elemento que conduzia à classificação de comunista ou subversivo era o discurso de reconhecimento e combate às desigualdades sociais e defesa dos “oprimidos”, como o que Dom Hélio expressou ao papa. Por esta via, se compreende a fala do entrevistado (LEIGO 02) ao afirmar que alguns latifundiários não “toleravam” o bispado de Dom Hélio Campos.

Ainda sobre a visão atribuída ao bispo, na forma como este se relacionava com os lavradores da Diocese, é perceptível o reconhecimento de que o mesmo abraça e toma como sua a causa e as demandas dos trabalhadores rurais, justificando tal comportamento com a afirmação de que, se juntos ocuparam as terras, juntos devem permanecer presos. A admissão pelo bispo de sua influência sobre o desenrolar dessa ação pode ser interpretada, tanto como senso de (co) responsabilidade, como também pela sua compreensão religiosa, segundo a qual fé e política se apresentam imbricadas, enquanto práxis, que não apenas defende a justiça social, mas também orienta para a realização de ações nesse sentido.

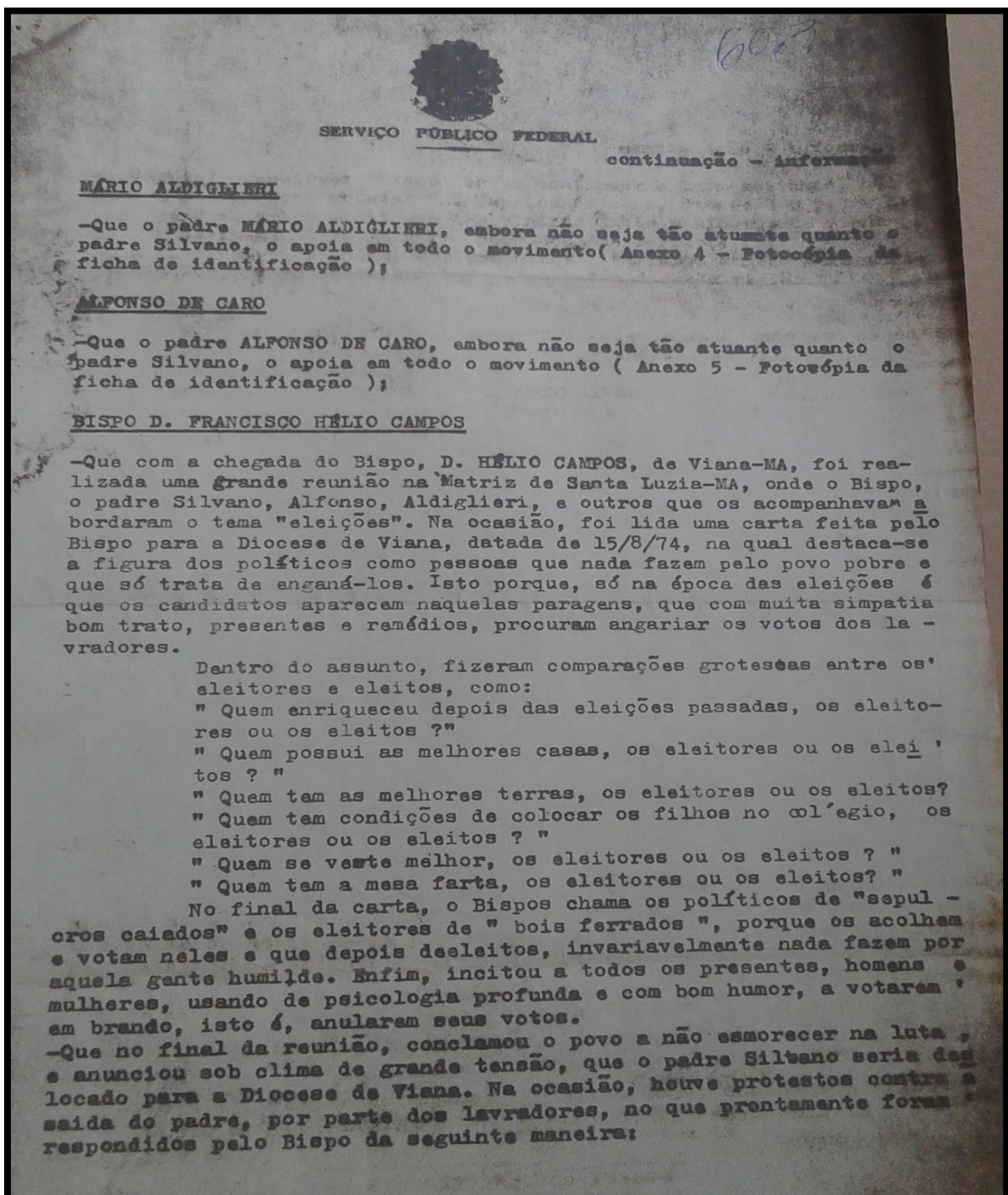
Além disso, há de se reconhecer que, tendo em vista sua posição dominante no *campo religioso*, e reconhecida como tal no *campo do poder*, pode-se considerar que a sua

real demanda não era a de ser preso, mas valer-se dessa autoridade e dos trunfos a ela associados para libertar os trabalhadores rurais encarcerados. Em outras palavras, Dom Hélio Campos apostou no reconhecimento da sua autoridade mesmo fora do *campo religioso*, sendo exitoso na objetivação dessa estratégia, que resultou na liberação de todos os presos. O sucesso dessa ação também pode ser relacionado à proliferação de valores religiosos, e católicos em particular, na sociedade brasileira e vianense, não sendo exagero considerar que os próprios integrantes das forças de segurança demonstrassem reservas diante do desafio de manter preso a maior autoridade da igreja na região³².

Esse reconhecimento da sua autoridade de bispo pelos órgãos de segurança no âmbito da Diocese de Viana não o eximia, porém, de ser monitorado por outras instâncias desse sistema, ligadas ao Serviço Nacional de Informação, SNI, órgão nuclear das políticas de vigilância e controle e à época reconhecido como “inimigo do catolicismo progressista” (SERBIN, 2001, p. 33). Documento produzido pela DOPS-MA, sobre a paróquia de Santa Luzia, pertencente à Diocese de Viana, ilustra essa realidade.

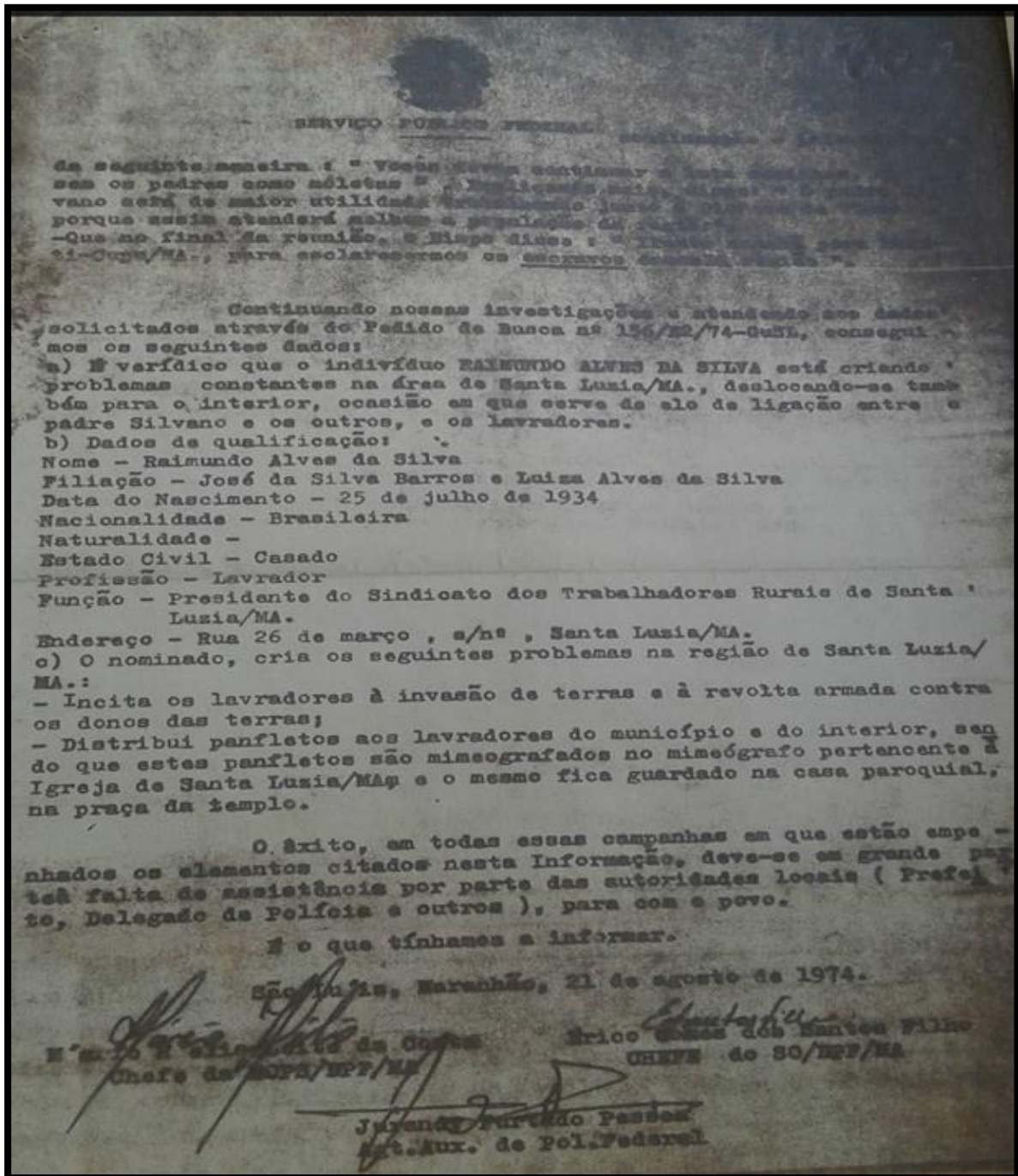
³² Essa hipótese pode ser apoiada na afirmação de Dom Hélio que, em carta enviada ao papa Paulo VI e reproduzida no Evangelho Segundo Viana (UBBIALLI et al, 1977), menciona que em Viana a maior parte da população é Católica.

Figura 8- Extrato do Relatório DOPS/MA sobre as atividades dos religiosos e lavradores no município de Santa Luzia (página 2)



Fonte: DOPS-MA. Série Entidades Religiosas. Dossiê 12.

Figura 9 - Extrato do Relatório DOPS/MA sobre as atividades dos religiosos e lavradores no município de Santa Luzia (página 3)



Fonte: DOPS-MA. Série Entidades Religiosas. Dossiê 12 (Documento completo no ANEXO D)

Confirma-se neste documento o monitoramento pelos militares do discurso de Dom Hélio, posto que suas ações eram registradas e enviadas para todo o território nacional, já que os órgãos militares articulavam-se com o intuito de um controle acirrado nos indivíduos ditos como "subversivos" pelo Estado. Nesse registro, a fala de Dom Francisco Hélio Campos é voltada ao papel das eleições nas vidas dos lavradores, com o bispo

incentivando-os a buscarem transformações em suas realidades. No relatório da DOPS/MA (Figura 8) são transcritas falas de Dom Hélio Campos, adjetivando-as de “grotescas” por depreciar as atitudes e situação dos políticos, intitulados como “sepulcros caiados”, enquanto os eleitores são chamados de “bois ferrados”, pois estes seriam escolhidos pelos políticos e após eleitos, nada fazem pelos lavradores. Por fim, transcrevendo falas do bispo, os agentes militares destacam o que denominam “incitações” a organização política autônoma dos trabalhadores rurais, “sem os padres como muletas” e ao protesto eleitoral mediante voto em branco e anulação de votos.

Neste relatório da DOPS/MA são mencionados juntamente com Dom Hélio, os padres italianos Mario Aldighieri e Afonso de Caro, ambos da Paróquia de Santa Luzia-MA, palco de intensas disputas de terras no estado. Sabe-se que

Em 1968, criaram a Delegacia de terras em Imperatriz e a lei Estadual de Terra, instrumentos necessários para facilitar a ocupação dos grandes latifundiários. Em 1969, abriu-se nas matas virgens do Pindaré a estrada Açailândia- Santa Luzia, região onde se registraram as piores chacinas dos trabalhadores rurais. (ASSELIN, 2009, p.12).

No Maranhão os focos de grilagem, onde aconteciam os maiores conflitos entre camponeses e latifundiários passava pelo Vale do Pindaré, principalmente nos municípios de Santa Luzia, Santa Inês e Pindaré Mirim, e por duas cidades da Baixada Vitória do Mearim e Monção (ASSELIN, 2009), todos estes municípios pertencentes à Diocese de Viana.

Observa-se que é descrito no relatório dos militares uma postura aguerrida do bispo, o que demonstra confronto de poder entre dois campos –religioso e político-, dominantes. Uma vez que Dom Hélio tendo o discurso em consonância com sindicalistas e a população pauperizada, defende o direito destes em oposição aos interesses de “donos de terra”, e de militares que lutavam contra os “subversivos” e “detratores” da ordem política na região da Diocese.

O bispo sendo beneficiário de um capital simbólico, devido suas práticas e posição no campo religioso, aciona os recursos disponíveis na instituição a qual está inserido e exerce seu poder, que lhe é conferido, para que os lavradores tenham condições melhores de vida, como é possível verificar nas transcrições das falas do religioso (Figura 8 e 9), segundo os militares.

Neste cenário social, político e econômico, Dom Hélio Campos, logo que chegara em Viana, convocou um “seminário” para discutir organização de sindicatos rurais, articulando-se com padres de outros municípios pertencentes à Diocese de Viana, e também com religiosos de outras Dioceses. Este procedimento levou órgãos do Sistema Nacional de

Informação (DOPS; DOI- CODI e Ministérios Militares) a monitorá-lo incessantemente, junto a outros padres que desenvolviam atividades na linha progressista. Em depoimento à autora o sindicalista/lavrador, narra suas impressões deste primeiro “seminário”, convocado no mesmo ano em que Dom Hélio chegou em Viana, 1969, onde discutiram além de organização sindical, o papel da igreja, dos lavradores diante as condições de desigualdade social.

Igreja na sociedade, ele colocou isso dentro do seminário, eu admirei muito naquele dia, eu tinha muita pouca compreensão naquele tempo, tinha muita pouca visão em relação a isso ainda; eu estava começando ainda, era jovem. (...) era muito difícil de eu compreender uma conjuntura naquele instante, naquele período. Mas nos ajudou muito, muita gente a partir desse seminário que eu estava - gente de São Vicente Ferrer, gente de São João Batista, que eu era de São João Batista, gente de Pinheiro [não pertencente à Diocese de Viana], de toda região. Acho que éramos duzentas e poucas pessoas. (...) Muitos leigos se engajaram a partir desse seminário. (SINDICALISTA/LAVRADOR).

A partir deste primeiro, os seminários passaram a ser recorrentes e com eles o monitoramento aos religiosos já demonstrado na Figura 8, destacando as menções aos religiosos italianos, padre Silvano Rossi, apontado como fundador do sindicato rural em Santa Luzia; padres Afonso de Caro e Mário Aldighieri, que apoiavam esse movimento. Também é destacado o lavrador Raimundo Silva, citado como incentivador de invasões de terras privadas e elo entre o padre Silvano Rossi e os lavradores.

Essas tomadas de posição dos religiosos demonstram as críticas a um modelo oligárquico ruralista dominante em todo Maranhão que concentrava poder no período da ditadura. Como resistência a essa realidade, pequenas comunidades, e mesmo a Igreja em sua hierarquia, vão aprofundando um posicionamento crítico diante esta realidade, acompanhando movimentos políticos nessa mesma direção em outras partes do país, não se configurando, portanto, as ações desses religiosos no Maranhão como posições isoladas.

O crescente empobrecimento dos trabalhadores nordestinos, apesar do “boom econômico” no início dos anos 70, impulsionado pelos militares, levou a Igreja regional a agir. Com um documento atrás de outro, passaram a denunciar a mentira da propaganda do regime, suas alterações arbitrárias do sistema legal, seu flagrante desrespeito às liberdades civis e aos direitos humanos (CAVA, 1988, p 236).

Após a Conferência de Medellín na Colômbia, em 1968, alguns setores da Igreja Católica redefiniram o papel do evangelho na luta contra as injustiças sociais. Orientando-se pela Teologia da Libertação (TL) e Movimentos das Pastorais, atuaram junto com sindicatos e com movimentos populares combatendo privações materiais e/ou discriminação de ordem

político e cultural, tendo os cursos de suas ações sempre voltados à problemática da consciência política (GOHN, 2002), que se traduz em uma visão crítica e engajada na resolução do que consideravam injustiças sociais, e pode ser sintetizada na máxima “ver-julgar e agir” difundida pelas CEB’s.

Conforme Gutiérrez (1983), a TL prega a liberdade por meio da experiência espiritual e do compromisso político, pressupõe uma “práxis histórica”, adotando a ideia das relações humanas e históricas para a “práxis libertadora”, se identifica com os homens e classes que sofrem espoliação e miséria, identificando-se com os interesses destes e seus combates, como forma de viver o amor de Deus.

A radicalização do engajamento político da Igreja não se dava sem resistências dentro e fora da instituição. Desde os anos de 1960 muitas tentativas foram feitas pela ditadura no sentido de acabar com pastorais sociais, como JAC, JEC, JOC em determinados locais, entre eles Viana, onde um dos organizadores da JAC, padre Heitor Piedade Junior, foi vítima de um inquérito policial por conta dessa atividade. As relações entre Igreja e Estado não se manteve na mesma forma ao longo do tempo, sofreram alteração provocadas por reconfigurações no âmbito tanto no campo político como no campo religioso. Nos anos de 70 e 80, com um início da abertura política, a atuação dos setores progressistas se apresentava bastante forte, conseguindo por esta via fortalecer também os setores populares com os quais atuavam.

Classificado como bispo progressista, Dom Hélio Campos encarregava-se da defesa dos direitos sociais, políticos e econômicos dos trabalhadores rurais, agindo como mediador que utiliza seus recursos e prestígios para fortalecer a luta deste segmento que apenas por si, não reunia condições sociais e políticas para serem ouvidos e considerados pelas autoridades. Usava o seu prestígio para estimular a participação em organizações políticas e potencializar as conquistas. Esse comprometimento de Dom Hélio Campos foi lembrado por vários entrevistados e citados adiante.

Considerando que tais lembranças foram construídas por agentes que viveram essas experiências há pelo menos trinta anos, cabe levar em conta as observações de Halbwachs (1990), o qual defende que: “se nossa impressão pode apoiar-se não somente sobre nossa lembrança, mas também sobre a dos outros, nossa confiança na exatidão de nossa evocação será maior, como se uma mesma experiência fosse recomeçada, não somente pela mesma pessoa, mas por várias” (p. 16). A partir desta visão expõe-se alguns relatos que revelam a impressão deixada por Dom Hélio nas lembranças de religiosos, leigos e sindicalista/lavrador

*Ele [Dom Hélio] era muito visado porque ele tinha esse trabalho de conscientização, pra você perceber **até a palavra comunidade não se podia usar, porque diziam que isso era comunismo e ele falava muito sobre comunidade** (...) O trabalho dele [Dom Hélio] era muito nessa linha de conscientizar o lavrador sobre seus direitos. Então a gente tinha muitas reuniões (...) Fomos fazer reuniões com lavradores, com pessoas especializadas (FREIRA).*

*Dom Hélio era o irmão maior, disponível a toda hora para ajudar a manter os compromissos, **a nos defender contra as ameaças dos políticos ligados à ditadura militar, dos fazendeiros e latifundiários que expulsavam das terras os camponeses ou os tratavam como escravos** (...) Tinha programa pastoral ligado ao Concílio Vaticano II e aos documentos do CELAM, de Medellín. A igreja do povo de Deus, servidora, aberta aos pobres, sobretudo camponeses, quilombolas, para a construção de uma igreja fraternal e em luta contra as injustiças e as violências. **Todos nós, padres, freiras, catequistas, animadores trabalhávamos junto às comunidades para realizar isso** (PADRE 02).*

*Dom Hélio tinha uma visão... **Um embate muito grande, com os grandes comerciantes, com os grandes fazendeiros, com essas pessoas, porque ele era a favor realmente das pessoas mais pobres, ele sempre lutou por isso.** E ele tinha uma visão, por exemplo, Viana, naquele tempo pra gente ir, se eu saía de São João Batista pra São Vicente, pra São Bento, pra Pinheiro, pra Zé Doca, pra voltar pra Viana não tinha estrada. Se fosse sair de São João Batista era de canoa, era por água. Então ele tem uma visão com as pessoas. Aquela estrada que tem hoje até Vitória do Mearim, até Arari essa estrada, foi exatamente ele que lutou por isso, tomou a frente disso naquela época, e ele tinha essa visão, era muito visionário em relação às pessoas mais pobres (SINDICALISTA/LAVRADOR).*

Sobressai-se nesses relatos a percepção de Dom Hélio Campos, enquanto uma liderança com posições bem definidas tanto no campo religioso como no *campo político*. No primeiro, destaca-se seu alinhamento ao setor progressista, dedicado a uma aliança preferencial com os pobres; no campo político, é clara posição de crítica à ditadura militar e suas medidas de vigilância e violência.

*Dom Hélio Campos tinha uma visão ligada ao Concílio Vaticano II, a Medellín, a Teologia da Libertação, as Comunidades Eclesiais de Bases. O trabalho que se fez durante o período de Dom Hélio Campos foi um trabalho **de se fazer povo com o povo**. Então os padres, os agentes leigos das pastorais deviam deixar de lado a sua posição de quem quer pastorear, de quem quer custodiar e assumir a posição de quem quer caminhar junto, quer dizer, a nova imagem é o povo de Deus em caminho, e as comunidades de bases, são essas comunidades do povo de Deus em*

caminho. Agora, como se trabalhava com Dom Hélio? Como Dom Hélio, se trabalhava de uma forma muito simples, prestando atenção primeiramente a linguagem do povo e as necessidades do povo (PADRE 01).

Nesse relato, a visão sobre Dom Hélio que se destaca vai no sentido de certa simplicidade de quem, mesmo sendo autoridade, consegue “fazer-se povo”, caminhar junto, ser um igual. Nesse ponto, chama atenção a complexidade e contraposição associadas ao simultâneo cumprimento de dois papéis claramente distintos: ser simples e ser imponente, ser povo e ser autoridade. Em outras palavras, Dom Hélio Campos conseguia ser um agente de potencialização e organização dos trabalhadores, mediante acionamento de sua autoridade formal, de seus recursos materiais e simbólicos e de seu poder de mediação política; ao mesmo tempo, o relato aponta o enaltecimento de sua capacidade de despir-se dessas posições de poder, definidas estruturalmente e legitimadas, para assemelhar-se ao povo simples, pobre, vulnerável, e agir como um destes.

*Dom Hélio começou o movimento pela estrada de Viana. **Viana não tinha estrada e acabou saindo, mas foi Dom Hélio que fez esse movimento.** [...] Dom Hélio que chamou todos nós e começamos o movimento. **O movimento tinha até música de Arari a Viana não sei o que, aquela estrada que a gente pisa de Arari acaba em Vitória do Mearim, acaba dizendo que é mais perto, mas já tinha a BR passando por Arari e Vitória e Dom Hélio só queria a ligação de Vitória do Mearim. E queria de Arari a Viana quando chegou a estrada foi de Vitória a Viana ficou melhor porque Vitória deu pra gente a nossa vitória e o governador da época era Pedro Neiva de Santana (...)** e disse assim: **eu não aceito pressão de ninguém para fazer essa estrada, assim que ele disse.** [...] Eu não aceito pressão de ninguém para vocês quererem essa estrada, o pedido está formulado, está aceito, vamos lutar, vamos conseguir, mas não aceito mais pressão nenhuma assim que ele disse para Dom Hélio[...] Todos tinham uma relação muito boa com Dom Hélio. Dom Hélio sempre esteve com a juventude, esteve com os velhos. Dom Hélio tinha um poder de liderança muito grande assim. (LEIGO 01)*

*Dom Hélio foi o bispo revolucionário de Viana, ele foi quem começou a fazer essa estrada de Viana a Vitória que não existia lá, só se andava de barco e lancha e ele então começou a unir as classes de Viana, sindicatos, comerciários e o povo - estudantes, criadores, para fazer reuniões e pedir para as autoridades que nós precisávamos de uma estrada em Viana que não tinha. **Ele foi o cabeça, daí nós começamos a fazer reuniões e mandar telegramas para o ministro Andreazza, que era o Ministro dos Transportes** (LEIGO 02).*

Estes relatos apontam que Dom Hélio é percebido como um religioso conhecedor dos problemas da cidade e deu povo e, sobretudo, como alguém dedicado e capaz de encontrar caminhos para a solução desses problemas, ainda quando eram explícitas as dificuldades, como se vê no posicionamento do governador do estado diante da mobilização em torno da construção da estrada. As resistências e até os fracassos, como o fato da estrada só ter sido concluída (pavimentada) após a morte de Dom Hélio, não diminuem a percepção sobre Dom Hélio Campos, por parte desses membros da comunidade enquanto “cabeça” e solucionador dos problemas da região. Destaca-se a força e a capacidade mobilizadora presente nesse movimento, quem em suas estratégias envolveu demanda de grande aceitação; telegramas para autoridade federal (ministro); reunião com o governador e música.

Embora os vários depoentes destaquem elementos específicos nas suas lembranças sobre Dom Hélio Campos, é possível afirmar a partir do conjunto de relatos obtidos na presente pesquisa, destacando-se os aqui citados, que existe uma percepção disseminada de enaltecimento da pessoa de Dom Hélio e de seu desempenho à frente da Diocese de Viana. A recorrência de registros convergentes remete às reflexões de Halbwachs (1990), que sustenta que a memória coletiva tira sua força e sua duração no suporte de um conjunto de homens, estes indivíduos se lembram enquanto membros do grupo, o que permite uma lembrança se apoiar sobre a outra.

As tomadas de posições de Dom Hélio correspondem às situações socioeconômicas e políticas em que viviam os lavradores que compunham a Diocese de Viana, às suas visões do que é igreja e às regras do *campo*, com suas possibilidades e interdições. A forma como os jogos de poder eram objetivados na Diocese, assim como os resultados que iam sendo produzidos, na forma de (re)posicionamentos, capitais e troféus adquiridos ou perdidos, também faziam parte e impactavam esses processos, que modificavam, simultaneamente, a realidade e os agentes, como no relato de Padre Eider, o qual diz que em suas atividades pastorais acionava os recursos adquiridos no decorrer de sua trajetória, como seu contato com a leitura e seus estudos sobre as novas orientações da igreja. Observando sob outro ângulo, é possível ver que as práticas/jogo ali desenvolvidas, por esses agente e demais, se atualizavam constantemente, conforme exigências e oportunidades internas do campo religioso ou do contexto mais amplo no qual se insere em movimentações que, segundo Elias (...) podem ser vistas como *adaptações*. Assim era de grande importância e de grandes consequências para a ação dos religiosos e situação geral da Diocese de Viana o fato do bispo e vários outros agentes religiosos e leigos serem monitorados e perseguidos pelos órgãos de repressão do Estado e da Diocese ser considerada por estes mesmos órgãos

como “o palco do clero progressista do Estado”, conforme consta em registros do DOPS MA. Os documentos seguintes confirmam esse acompanhamento às atividades dos religiosos.

Figura 10 - Pedido de busca do Ministério do Exército

CONFIDENCIAL

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO
IV EX - 10ª RM - QG
EMG - 2ª SEÇÃO

FORTALEZA, CE., 07 / 06 / 1972

ASSUNTO: D. FRANCISCO HELIO CAMPOS
ORIGEM: IV EX (AM/MAJ)
AVALIAÇÃO:
DIFUSÃO: Gu S LUIS - SSP/MA - Arquivo.
DIP ANTERIOR:
REFERÊNCIA: PB Nº 257-B-E/2, do IV EX, de 25.05.72
ANEXO:

PEDIDO DE BUSCA Nº 239/E2/72

1)- DADOS CONHECIDOS
D. FRANCISCO HELIO CAMPOS, Bispo de VIANA/MA. Mora no Palácio Episcopal da mesma cidade. Consta que o mesmo exerce velada atividade subversiva.

2)- DADOS SOLICITADOS
a)- Veracidade do fato acima;
b)- tudo que existe a respeito do nominado;

10ª R M
EMG - 2ª SEÇÃO

Ref. Ofício nº 177/72/DOPS

O Destinatário é Responsável pela Manutenção do Sigilo deste Documento (Art 62 - Dec n.º 60-47/67 - R5A3)

CONFIDENCIAL

Fonte: DOPS-MA. Série Entidades Religiosas. Dossiê 12.

Este documento (Figura 10) com datação de 1972, parece tratar-se de um dos primeiros registros do SNI sobre o assunto em foco, posto que descreve a residência do religioso e suas “atividades subversivas veladas”, solicitando de outros órgãos da rede de espionagem a confirmação dos “dados conhecidos” e outras informações a respeito desse religioso. Contudo, é certo que já existira outros registros sobre Dom Hélio, uma vez que este pedido de busca de nº 239, do Ministério do Exército, faz referência a outra documentação de nº 257, o que confirma já haver monitoramento ao Bispo da Diocese.

A 10ª Região Militar³³ (RM) do Comando Militar do Nordeste, com sede em Fortaleza, ao solicitar informações a respeito do religioso expressa a disposição de vigilância de todos seus passos. Desse modo, sermões durante as missas, suas reuniões com as

³³ À época fazia parte Ceará, Piauí e Maranhão, atualmente o 24º BIL, antigo 24º BC do Maranhão, é subordinado ao Comando Militar do Norte (CMN), que abrange também Pará e Amapá.

comunidades, seus seminários são objeto de monitoramento. O trecho seguinte, de um documento da DOPS-MA é ilustrativo desse esforço:

“O Bispo da cidade de Viana, Estado do Maranhão, vez por outra, prega um socialismo ‘híbrido’ a seus paroquianos, afirmando que, presentemente, no Brasil, o homem está relegado a um plano secundário (DOPS MA).

Trata-se de um Bispo bastante inteligente, que coordena bem os seus temas e, normalmente, não entra em contradições, compostos na maioria de humildes rurícolas. Dificilmente repete um tema, **mas, quase sempre, distorce fatos reais para emoldurar o quadro de sua tese**” (Figura 11).

Figura 11 - Atividade do Bispo de Viana, Dom Hélio Campos

MINISTERIO DO INTERIOR
SUPERINTENDENCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE
ASSESSORIA DE SEGURANCA E INFORMACOES

INFORME N.º 01/73/ASI/SUDENE

1.	DATA	07.11.73
2.	ASSUNTO	ATIVIDADES DO BISPO DE VIANA - MA.
3.	ORIGEM	ASI/SUDENE
4.	AVALIACAO	X X X X
5.	REFERENCIA	X X X X
6.	AREA	NORDESTE
7.	DIFUSAO ANTERIOR	NÃO SOLVE.
8.	DIFUSAO	DSI/MINTER e 2a. Seção do IV Exército.
9.	ANEXO	INEXISTE.

O Bispo da cidade de Viana, Estado do Maranhão, vez por outra, prega um socialismo "híbrido" a seus paroquianos, afirmando que, presentemente, no Brasil, o homem está relegado a um plano secundário.

Trata-se de um Bispo bastante inteligente, que coordena bem os seus temas e, normalmente, não entra em contradições. Embora já tenha usado panfletos, fala diretamente a seus paroquianos, compostos na maioria de humildes rurícolas. Dificilmente repete um tema, mas, quase sempre, distorce fatos reais para emoldurar o quadro de sua tese.

Fonte: DOPS-MA. Série Entidades Religiosas. Dossiê 12.

A título de exemplo, vale observar que, na Figura 11, o documento da DOPS/MA é originado na SUDENE, com difusão para, e pelo SNI e Exército Brasileiro, o que corrobora a já mencionada articulação dos órgãos de Informação do período da Ditadura, como um aparelhamento de vigilância constante a todo o momento e espaços. O *modus operandi* do SNI e de todos os órgãos de repressão política, se baseava na experiência e nas

recomendações da Central de Inteligência Americana- CIA (AZEVEDO, 2012). Esse aparelhamento de vigilância formado por articulação de órgãos do Estado, com outros órgãos que compunham o SNI culminou em amplas redes de espionagem para combater a “subversão”. Para Serbin (2001), estudioso sobre a Igreja Católica durante o regime militar, o poder do SNI foi tão extenso que surpreendeu até mesmo seu próprio idealizador, general Golbery (SERBIN, 2001).

Figura 12 - Informe do Exército Brasileiro sobre as ações de Dom Hélio Campos

CONFIDENCIAL

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO
IV EX — 10ª RM — QG
EMG — 2ª SEÇÃO

Fortaleza, Ce, 26 / Jan / 73

no 3

ASSUNTO: FRANCISCO HÉLIO CAMPOS

ORIGEM: 10ª R M

AVALIAÇÃO: A/2

DIFUSÃO: IV Ex - CIR - Gu S LUÍS - SSP/MA - Arquivo.

DIF ANTERIOR: -.-.

REFERÊNCIA: -.-.

ANEXO: -.-.

INFORME Nº 71/E2/73

O nominado é Bispo de VIAN/MA e tem pretensões de fazer mudança da sede do Bispado para SANTA INÊS/MA, por razões óbvias. Consta que seria cotado para ser transferido para S LUÍS/MA. O nominado esteve no dia 10 de janeiro de 1973, no Instituto Penal Paulo Sarasate, em visita ao subversivo MANOEL DA CONCEIÇÃO DOS SANTOS.

Ao DOPS
DOPS

10ª R M
EMG - 2ª SEÇÃO

Fonte: DOPS-MA. Série Entidades Religiosas. Dossiê 12.

Ainda considerando a construção da identidade desse agente, Dom Hélio Campos, pelos órgãos de segurança, temos na Figura 12 informação sobre os vínculos políticos do bispo com outras regiões e agentes, classificados pelo Ministério do Exército como “subversivo”, no caso, o líder sindical Manoel da Conceição, professor de escola bíblica dominical e auxiliar de pastor, atuava como militante político contra a ditadura militar e as práticas latifundiárias e de grilagem pelo interior do estado, entre as décadas de 1960 e 1990

do século passado, tendo vasto histórico de organização sindical e lutas pela terra no Maranhão (ALMEIDA, 2016).

Sendo Manoel da Conceição da Assembleia de Deus, constata-se que a repressão acontecera em demais igrejas. A repressão da polícia política contra membros de igreja, notadamente, não era exclusivamente católica. Este documento (figura 12) do Ministério do Exército retrata a articulação de Dom Hélio com integrantes de lideranças religiosas protestante, visto que a projeção de Manoel da Conceição como líder religioso em sua igreja contribuiu para que organizasse reuniões entre os lavradores locais. (ALMEIDA, p.155, 2016). Com frequência, religiosos eram submetidos a espionagens em reuniões, monitoramento em suas ações, torturas físicas e psicológicas; prisões; sequestros; intimações para prestarem depoimento, com implicações jurídicas ou não; expulsões dos locais de trabalho; pressões; cerceamentos a convites em conferências; censuras a jornais, revistas, emissoras da Igreja. (AZEVEDO, 2012). Esse processo é analisado por vários estudiosos que foi, a partir de 1969 que a Igreja Católica consolidou uma nova identidade diante dos militares: de aliada desde as primeiras horas, passou à “inimiga” e, como tal, sujeita a todo tipo de controle e repressão.

Embora sejam recorrentes os excessos dos órgãos de segurança no sentido de enquadrar, a qualquer custo, os contestadores ao regime, chamados de subversivos, no perfil de “inimigos” e “perigosos” (FICO, 2001), expostos a vigilância e perseguições “justificadas”, a busca de articulação com outros agentes e movimentos de oposição ao regime, e de defesa da democracia e dos direitos sociais e políticos, realmente fazia parte do repertório de iniciativas do bispo Hélio Campos, como se pode constatar nessa afirmação obtida em outra fonte:

No dia 10 de janeiro de 1973 recebeu, no presídio, a visita do bispo de Viana (MA), dom Hélio Campos, acompanhado de alguns padres de sua Diocese, entre os quais, o padre Eider Furtado da Silva, seu amigo, que muito o auxiliou quando esteve internado em São Luís e teve que amputar a perna. (FRANKLIN, 2015, p. 280)

O trabalho de Dom Hélio Campos à frente da Diocese de Viana não teria a mesma força e impacto sem a aliança e colaboração do padre Eider Furtado, religioso, natural da Baixada Maranhense e, assim como o bispo, seguidor da TL e incentivador das organizações populares e defensor de maior aproximação entre a Igreja e o povo. À frente da Diocese de Viana, Dom Hélio, embora ciente dos seus capitais, trunfos e posição dominante no campo religioso local, valorizava a aproximação e o convívio com os mais humildes, os pobres e trabalhadores rurais, que lutavam para sobreviver. Reiteradamente, foi lembrado pelos

entrevistados, como seguidor da espiritualidade de Charles de Foucauld, adotando uma vida simples e de serviço aos mais pobres.

Padre Eider, desde o início de seu sacerdócio defendeu um catolicismo popular, e seguiu uma trajetória de fortalecimento dessa perspectiva, buscando e desenvolvendo que o fortaleciam nessa seara, como as teses do Vaticano II e encíclicas voltados aos problemas presentes do período (curso *Christus Sacerdos*). Em um contexto de transformações tensas no mundo (Guerra Fria, ditaduras em países da América Latina, agravamento das disparidades sociais na América do Sul e África) e na Igreja (Encíclicas, Concílio, Conferências), Padre Eider, assim como Dom Hélio Campos, incorporaram essas transformações e as novas estruturas produzidas neste processo em práticas que externalizam suas concepções de Igreja popular, com efeitos dentro e fora do campo religioso.

Por força de suas posições na estrutura do campo, a objetivação dessas concepções e práticas produziam efeitos dos mais diversos tipos e contraditórios, que iam do agravamento das medidas de vigilância e controle pelo Estado policial, até o fortalecimento das organizações populares, cujos participantes se viam encorajadas pelo apoio recebido de autoridades da Igreja. Assim, o reconhecimento de ambos os religiosos nesse papel se desdobrava em trunfos ou dificuldades, a depender de quem avalia e dos contextos sociais em que se localizam, podendo, inclusive haver ressignificações nesse processo, ou seja, o que em um tempo e espaço se configurou como positivo, em outro pode ser tomado como negativo, o que confirma o caráter dinâmico e simbólico do campo (BOURDIEU, 2008), ou seja, o que era considerado trunfo no *campo religioso*, não era no *campo político*.

Os religiosos que adotaram a pastoral de comprometimento com a justiça social tiveram suas práticas acompanhadas e registradas pelos órgãos de segurança, inclusive, com até mais de uma ficha com seus nomes, como se pode ver, em seguida, com Dom Hélio e o padre Eider. Registre-se que essas fichas atestavam, tanto o monitoramento como a estratégia controle, sendo tais informações circuladas em âmbito nacional. Atestam também a radical imbricação entre Igreja e Estado e que práticas religiosas eram, naquele contexto assumidamente convertidas em práticas policiais.

Figura 13- Ficha descritiva sobre Dom Hélio (Frente)

D.O.P.S - MA.

NOMED. FRANCISCO HÉLIO CAMPOS (BISPO DE VIANA-MA.)

PAI Francisco Cordeiro Campos

MÃE Belarmina Gomes Campos

RESIDENCIA Viana - MA.

NACIONALIDADE Brasileira NATURALIDADE Quixeramobim-Ce.

IDADE 60 ANOS DATA 24/07/1912

Nº 03

ANOTAÇÕES: Segundo consta no PB nº 0512 de 03/11/71, do CENIMAR é colaborador da EDAL (Equipe Docente da América Latina), Órgão que tem como Coordenador na América Latina o Abade DANIEL CONSTANCE JOUFFE e cuja entidade edita uma revista parcialmente elaborada na França, onde originou-se tal equipe. A citada revista do Brasil é enviada à COLOMBIA, VENEZUELA, e outros países da América Latina, onde conforme conveniência será impressa.

A publicação em questão veicula notícia onde são frequentes os ataques aos Governos constituídos denunciando o regime brasileiro de "OPRESSOR" que estaria usando de tortura contra o povo.

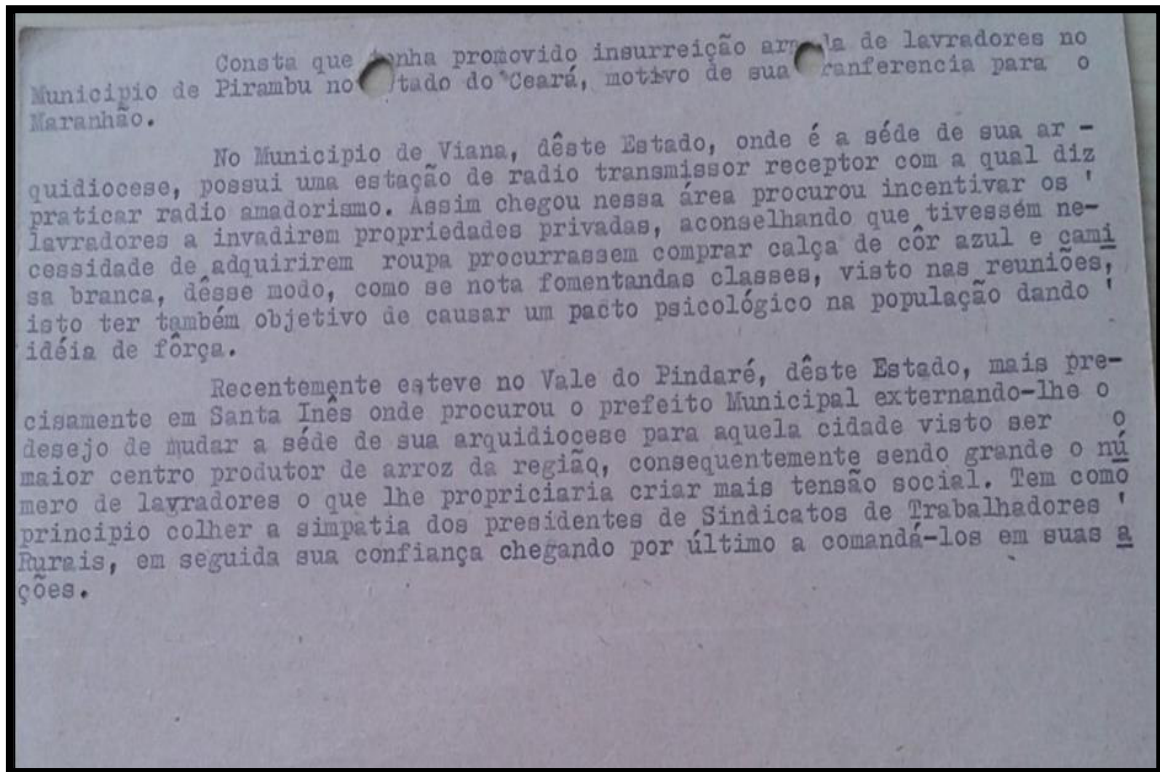
177

Fonte: DOPS-MA. Entidades Religiosas. Dossiê 12.

Nesta ficha sobre Dom Hélio, do ano de 1971 (Figura 13), constam diferentes descrições, embora com o mesmo teor, em relação à ficha do ano de 1974 (Figura 4), cujas descrições o associam ao marxismo e ao comprometimento com a “subversão”. Nesta de 1971 as informações o vinculam a órgãos internacionais progressistas, resgatam informações que possam lhe enquadrar como desordeiro. Estas estratégias eram recorrentes por parte dos militares, sendo acionadas para depreciar aqueles que, de alguma forma praticavam atos que não estavam de acordo com a linha da obediência e medo, com as quais os militares esperavam controlar a sociedade.

No verso da ficha (Figura 14), Dom Hélio é retratado como um religioso com capacidade de articulação, posto que, além dos meios convencionais, o mesmo utilizava o rádio para se comunicar com as comunidades, ação interpretada pelos órgão de segurança como causadoras de “tensões sociais, com pretensões de conquistar simpatias dos presidentes dos sindicatos”. É a ideia de que ele tem condições de mobilizar comunidades, e mobilizar para a “desordem”, havendo assim, na lógica e interesse dos militares, razões legítimas, para o religioso ser controlado. Para os militares, estes tipos de religiosos eram uma das maiores ameaças ao regime militar, dado que possuíam condições de mobilizar e contestar a ordem estabelecida (SERBIN, 2001).

Figura 14 - Ficha descritiva sobre Dom Hélio (Verso)



Fonte: DOPS-MA. Entidades Religiosas. Dossiê 12.

As fichas, os informes e os relatórios registrados pelos órgãos de segurança confirmam um monitoramento contínuo, uma vez que um mesmo documento apresenta atos em diferentes momentos e lugares, como visto no verso (figura 14) e na frente (figura 13) da ficha que de forma resumida são descritas algumas ações do bispo, (figura 13), são apontadas as possíveis relações do Bispo com religiosos da América Latina, também considerados “comunistas”, o que amplia para um nível internacional os “perigos” e tentativas deslegitimadoras imputadas a esse religioso e suas ações que destacando o fato do Bispo denunciar o governo como opressor e torturador. O documento também registra as atuações do religioso em relação aos lavradores pertencentes ao município de Viana, deixando claro que o mesmo compunha o grupo dos “subversivos”.

Figura 15 - Ficha descritiva Padre Eider Furtado (Frente)

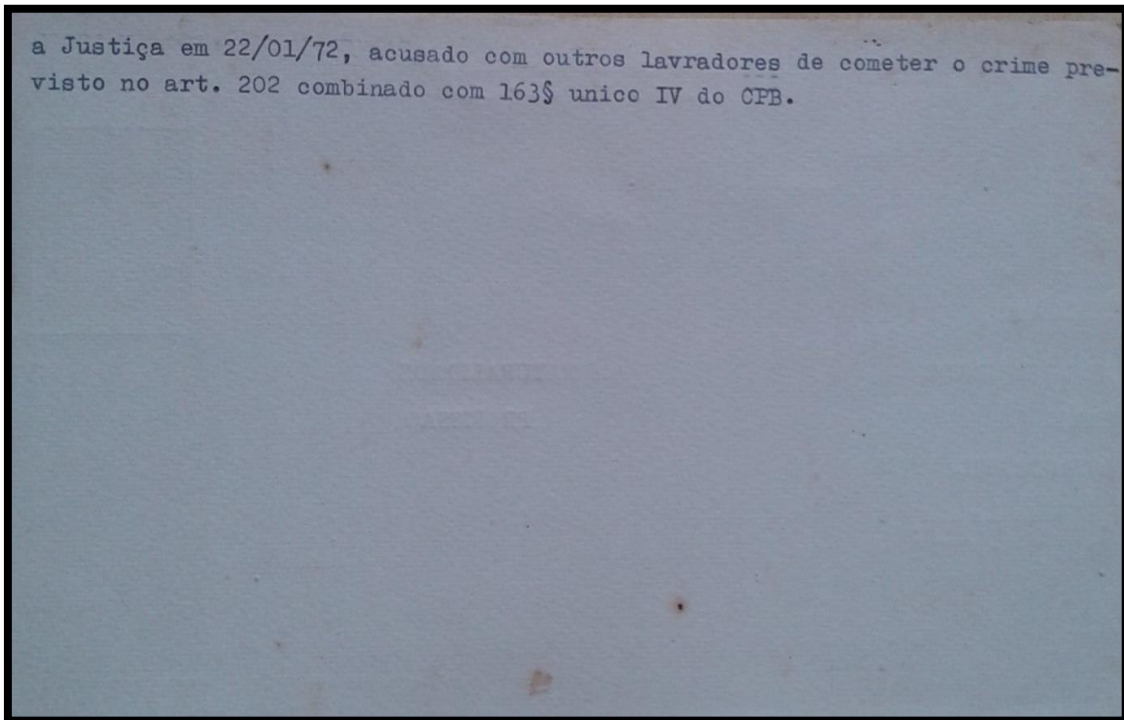
D. O. P. S. - MA.		
NOME	PE. HELDER FURTADO DA SILVA. (PADRE)	
PAI		
MÃE		
RESIDÊNCIA		
NACIONALIDADE	NATURALIDADE	
IDADE	DATA	PROFISSAO
ESTADO CIVIL.		
<p>ANOTAÇÕES: Pároco do bispado de Viana dêste Estado, muito ligado ao Bispo D. FRANCISCO HÉLIO CAMPOS, fichado pelos Orgãos de Segurança. O epigrafado vem agitando com o bispo citado o meio rural da diocese citada tendo sido indiciado em inquérito policial iniciado em 22/12/72, concluído e encaminhado a</p>		

Fonte: DOPS-MA – Relação nominal do Fichário nº1. Letras de “A a H”.

Nesta ficha (figura 15) sobre o padre Eider os militares aludem sobre o inquérito policial iniciado no dia 22 de Dezembro de 1972, citado na figura 3 e figura 4, constando que a razão foi incitar lavradores a “invadirem terras privadas” e que no dia 23 de Dezembro de 1972 (figura 4) o mesmo entrou em um dos xadrezes, como protesto para soltar os lavradores presos. Na figura 15 destaca sua ligação com Dom Hélio e os descrevem como agitadores do meio rural verifica-se assim uma recorrência no discurso depreciativo da DOPS-MA a respeito desses religiosos. Observa-se que no documento diz que o inquérito iniciou em Dezembro de 1972 e foi concluído e encaminhado a justiça no início do mesmo ano, em Janeiro de 1972 (figura 16), com confusão na data. Ressalta-se que esta ficha faz referência ao conteúdo de outra ficha.

Na figura 16 citam o “crime” pelo qual respondeu processo, no caso:” invasão a propriedade privada”, prática essa recorrente na atividade religiosa de Dom Hélio e também do padre Eider, que participavam de tais atividades com o objetivo de que fosse garantidas condições de sobrevivência dos lavradores em terras devolutas e em terras em que praticavam o aforamento.

Figura 16 - Ficha descritiva Padre Eider Furtado (Verso)



Fonte: DOPS-MA – Relação nominal do Fichário nº1. Letras de “A a H”.

Monsenhor Eider nos anos de 1969 e 1970, tinha suas falas transmitidas no programa Ave-Maria, às sextas-feiras às 18:00 na Rádio Educadora, escrevia cartas e fazia comentários de cunho religioso e político, que eram lidos no programa, embora ainda em São Luís, suas cartas e discursos de caráter político eram voltados a situação dos lavradores em Viana, sobre os conflitos de terra em Santa Luzia, sobre as mobilizações de Dom Hélio para a construção da estrada Arari-Viana, sobre os coronéis, juízes, bois, fazendas, enfim, quando se tratava de comentários de caráter político a referência era a Diocese de Viana. Isso confere mais uma das razões do convite de Dom Hélio ao padre para o retorno a cidade de Viana, quando em 1970 passam a trabalharem juntos na Diocese, como já mencionado.

Na Diocese de Viana eram recorrentes trocas de correspondências entre diversos sacerdotes de outras paróquias, como para outras Dioceses. Padre Eider costumava se expressar por cartas, destinadas aos religiosos e/ou aos fiéis, com aspectos tanto de contestação como memorialista.

Com seus 25 anos de sacerdócio, em 1973, escreveu um texto memorialista que causou desavença com o bispo italiano de Pinheiro, Dom Afonso Maria Ungarelli; seu conteúdo aludia desde a formação da Diocese de Viana, quando nela ocupou o posto de Bispo o italiano Dom Hamleto Di Angelis, que, segundo os escritos do padre Eider, não

compartilhava do catolicismo popular e atendia a todo momento às vontades de Dom Maria Ungarelli (1946-1975). Sentindo-se ofendido, este respondeu ao texto, acarretando trocas de correspondências, com respostas de um para outro sobre suas posições. Por defender a cultura local, o catolicismo popular e o não colonialismo, ficou conhecido no Vaticano, conforme os escritos do padre Eider, de *Il Pericoloso Nazionalista*, O Nacionalista Perigoso.

Monsenhor Eider revestiu-se da ideia de ser padre do *aggionamento*, difundido no Vaticano II, de orientação do Papa João XXIII sobre as adaptações do catolicismo ao mundo atual. Apesar de alguns descontentamentos com o primeiro Bispo, padre Eider referia-se a ele de forma respeitosa. Em seus registros, há um em que compara os três Bispos

Se a preocupação do 1º bispo, Dom Hamleto, ao chegar na Diocese, foi ajudar os pobres, chegando até a lhes dar casas e procurar suprir a Diocese de suficiente número de sacerdotes; Se a preocupação do 2º bispo, Dom Hélio, foi empreender a campanha pela construção de estradas, em particular Vitória- Viana, e também ajudar camponeses da Diocese a se defenderem contra o processo de grilagem de terras e o latifúndio; a preocupação do novo bispo, o 3º, Dom Adalberto, foi limpar a área da Diocese de todos os agentes de pastoral que seguiam a linha de trabalho de seu antecessor, Dom Hélio Campos. Limpar a área, como afirmou logo de chegada³⁴

Em seus atos, o padre Eider demonstrara sua disposição em defesa de uma crença a qual acreditava, e com seus trabalhos ao lado de Dom Hélio de visão semelhante, coloca-as em prática, acionando seus recursos adquiridos. O interesse desses religiosos de fazerem uma igreja para o povo, os quais poderiam conceber de forma crítica suas realidades, a princípio com tensões ainda que não prolongadas, uma vez que os estrangeiros passaram logo a apoiar o bispo, levou a uma configuração com novas práticas de poder reconhecidas pelos fieis e religiosos. Elias (1993) considera as tensões como um elemento constitutivo nas transformações das configurações nos processos sociais, as tensões em determinados tempos se amenizam.

A partir desta concepção verifica-se a cooperação dos religiosos na Diocese junto a Dom Hélio, que mesmo após sua morte persistiram na forma de pastoral deste bispo, culminando em diversos embates destes com o novo bispo que chegara, visto que o mesmo não compartilhava da pastoral de Dom Hélio, por conseguinte não admitia ser realizada pelos sacerdotes.

Dom Hélio faleceu em Janeiro de 1975, de câncer no estômago, porém em Dezembro de 1974 participara da celebração da missa de Natal na Paróquia Nossa Senhora da Conceição, na Diocese de Viana, foram concelebrantes todos os padres desse município: Eider Furtado, Wilson Cordeiro, Odilo Erhard e Silvano Rossi. O bispo teve todo seu sermão

³⁴ SILVA, Eider Furtado da. *Reminiscências...*, Viana, 2005.

(ANEXO E) gravado e copiado pelos órgãos de segurança do Maranhão, no registro consta suas palavras de incentivo e de despedidas, entre elas há um destaque com letras garrafais no momento da homilia em que o bispo faz referências as palavras de um lavrador, o qual disse: “A voz do nosso Bispo pode ter calado, pode se calar, mas a nossa voz não se calará mais, nós descobrimos o Cristo, nós descobrimos o libertador”. O destaque que é dado pela Polícia Federal pela alusão do Bispo a fala de um lavrador, mostra que mesmo com uma possível morte, a Diocese havia razões para a continuidade de um acirrado monitoramento.

4.2 Bispado Dom Adalberto Paulo da Silva

Figura 17: Dom Adalberto Paulo da Silva

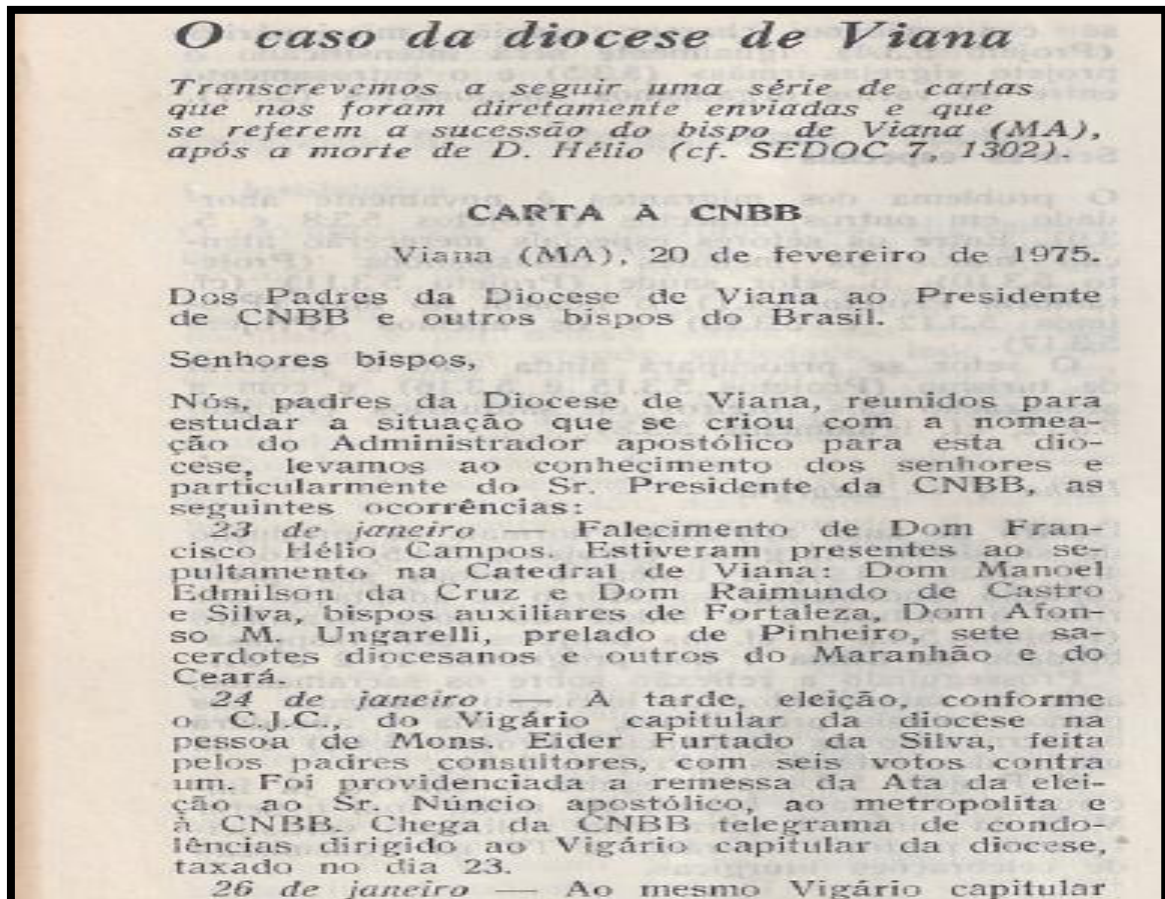


Fonte: Arquivo pessoal de Idene Fontenelle, 2012.

Monsenhor Eider, após o falecimento de Dom Hélio foi eleito Vigário pelos padres para que administrasse a Diocese até a chegada do novo bispo. Contudo, essa votação foi ignorada pelo Núncio Apostólico, que indicou o arcebispo da capital, Dom Mota e Albuquerque (1964-1984), como administrador da Diocese. Essa medida ocasionou revolta entre os religiosos que, como resposta, encaminharam uma carta ao presidente da CNBB (Figura 18), ao Papa Paulo VI (Figura 19), ao Núncio Apostólico, aos cristãos, aos Bispos do Brasil e ao arcebispo de São Luís, todas elas com teor de denúncia contra “abuso de poder” e “desrespeito à autonomia da Diocese pelo Núncio Dom Carmine Rocco”. No entanto, não

obtiveram resposta de imediato e Dom Mota não se fez presente em Viana, mantendo-se como administrador da Diocese até a posse do novo bispo. A carta destinada ao presidente da CNBB foi assinada por onze religiosos³⁵, todos eles seguidores do modelo pastoreio de Dom Hélio.

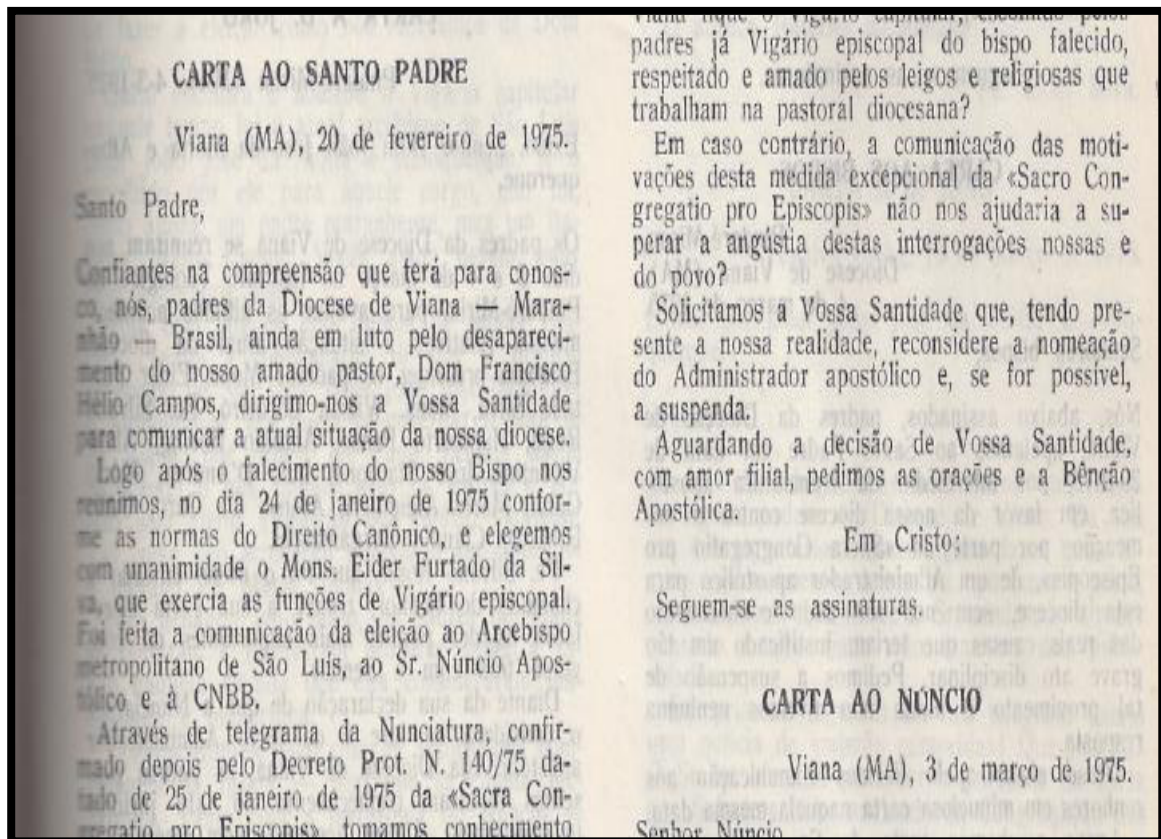
Figura 18 - Trecho da carta dos padres da Diocese de Viana ao Presidente da CNBB



Fonte: CDI - Centro de Documentação e Informação – CNBB

³⁵Pe. Odilo Erhardt; Pe. Silvano Rossi; Frei José Staccone; Pe. Afonso de Caro; Pe. Cláudio Bergamaschi; Frei Mário Guidi; Frei Luís D'Andrea; Pe. Mário Aldighieri; Pe. Humberto Penso; Mons. Wilson Nunes Cordeiro; Frei Luís De Filippi

Figura 19 - Trecho da carta dos padres da Diocese de Viana ao Papa Paulo VI



Fonte: CDI - Centro de Documentação e Informação – CNBB

Meses depois os religiosos, recebem resposta negativa da Santa Sé, sobre seus pedidos e assinaturas, e em 03 Agosto de 1975. Frei Adalberto da Silva é sagrado bispo, em Viana, no mesmo dia em que tomou posse, pelo Nuncio Apostólico Dom Carmine Rocco e teve como concelebrante o presidente da CNBB e arcebispo de Fortaleza, Dom Aloísio Lorscheider. Também se fizeram presentes o bispo auxiliar de Fortaleza; o General Florimar Campelo, na condição de padrinho de sagração de Dom Adalberto; o governador do Estado do Maranhão, Osvaldo da Costa Nunes Freire; o arcebispo de São Luís, Dom Mota e Albuquerque; e os bispos de: Bacabal, Brejo, Candido Mendes, Carolina, Caxias, Pinheiro e Tianguá-CE (UBBIALLI et al, 1977).

O posto episcopal foi assumido, assim, por um bispo considerado conservador, Dom Frei Adalberto Paulo da Silva (1975-1995), da Ordem dos Frades Menores Capuchinhos (OFMcap). Maranhense, natural da cidade de Sambaíba, nasceu em 25 de Janeiro de 1929, e aos 46 anos assumiu, como bispo, a Diocese de Viana. Sua formação religiosa tem início em 1950, quando, aos 21 anos ingressa no Seminário dos Franciscanos Capuchinhos, em Carolina-MA, sendo ordenado padre nessa cidade, em 1956.

Terceiro bispo de Viana, Dom Adalberto é também um Capelão do 23º Batalhão de Caçadores-Batalhão Marechal Branco, sediado em Fortaleza; sua vinda para o Maranhão por militares, cujo pensamento era de que a Diocese de Viana vivia sob o comando de religiosos “subversivos”. Para o bispo o modo de fazer igreja dos religiosos de Viana eram tortuosos e precisavam ser alinhados (SILVA, 1983).

O bispado de Dom Hélio e os dez primeiros anos de Dom Adalberto correspondem ao período da ditadura militar no Brasil, circunstância que direta ou indiretamente interferiu tanto nas suas tomadas de decisão, quanto nas configurações do ambiente social e político da Diocese. A eleição de Dom Adalberto coincide com o processo de abertura política no cenário brasileiro e reproduz um paradoxo que faz da Diocese uma configuração bastante singular: em 1969, em pleno anos de chumbo, Dom Hélio Campos, bispo progressista vinculado a Teologia da Libertação assume esta Diocese; em 1975, em meio ao processo de abertura política, um bispo conservador, Dom Adalberto da Silva, é eleito para esta mesma Diocese.

Enquanto, no Brasil, o clima em meados dos anos 1970, era de gradativa abertura política, no interior do Maranhão, especialmente na cidade de Viana, o clima era outro. Conforme a obra *O Evangelho Segundo Viana*, o amigo do Frei Adalberto e do Núncio Apostólico, General do Exército Brasileiro da 10º RM, Florimar Campelo natural de Viana, e contrário aos trabalhos pastorais “subversivos” realizados por Dom Hélio Campos, o que o levou a articular-se com a Nunciatura Apostólica para nomear um bispo que apoiasse o regime. Com este propósito, solicita ao Núncio Apostólico, Dom Carmine Rocco, que indicasse seu amigo, Frei Adalberto Paulo da Silva, o que demonstra e reforça, na cidade de Viana poder bastante influente de um militar.

Ao assumir o posto episcopal da Diocese de Viana, Dom Adalberto da Silva, passa a proibir as atividades desenvolvidas pelos religiosos com os camponeses. Nova *configuração* foi se formando e as ações dos padres passaram a ser tomadas de acordo com a atuação de poder de Dom Adalberto; lavradores, sindicalistas e religiosos passaram a não utilizar mais o salão paroquial da igreja em Viana. Essa postura se manteve ao longo do seu bispado, e em depoimentos, é possível verificar sua visão de religião segundo a qual, é estreitamente relacionada às questões do bispo expõe as informações que lhe foram passadas, sendo também sua visão de pastoral, correspondendo ao mesmo conteúdo que consta no informe da DOPS/MA figura 20. Segundo ele, a Nunciatura lhe orientou a transmitir a “verdadeira pastoral”, menciona sobre as condições encontradas por ele na Diocese

Estive em Viana em um período difícil, porque socialmente era o período da ditadura. Em termos de Igreja Católica, de religião, era um período muito difícil também, por causa da infiltração das ideias socialistas e marxistas na igreja, e em toda parte do mundo [...] a Nunciatura mandou-me pra lá como novo Bispo pra eu implantar a verdadeira ortodoxia pastoral lá na região [...] as CEB's tinham orientação da igreja, e não era pra nenhum padre se desviar, nem desviar as comunidades para outras totalidades de CEB's [...] Então, eu levava para que eles fossem assim, sem receber orientações marxistas (BISPO).

Eu encontrei uma situação em que as preocupações dos padres, das irmãs, das freiras da pastoral no interior, das paróquias eram a seguinte: deixavam a sede da paróquia, as vezes na festa do padroeiro, em Viana. Nas festas do padroeiro da própria paróquia! Não tinha nenhuma preocupação com a sede [com a paróquia]. Quem administrava a padroeira [...] era só cuidar, por exemplo, de orientar os lavradores, levantar os que moravam ali, os pobres, contra os que tinham certas possibilidades de bens, ricos e era uma situação preocupada mais com a situação social orientada pela ideologia marxista do que o trabalho de orientação de uma sociologia evangélica, de acordo com o ensinamento de Jesus Cristo. Imediatista, orientada para a desobriga das classes inferiores no lugar da paróquia, em vez de cuidar das coisas da religião, pregação, confissão, celebração, batismo e outros sacramentos, iam cuidar era da conferência dos lavradores, incita-los contra os proprietários [proprietários de terras], isso era uma coisa bastante conflituosa (BISPO).

Figura 20 - Informe sobre o clero progressista do Maranhão

CONFIDENCIAL

ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
DELEGACIA DE ORDEM POLITICA E SOCIAL

INFORMAÇÃO N.º 064/SI / DOPS / MA / 19 75

Data : 19 de fevereiro de 1975
Assunto : LINHA "PROGRESSISTA" DO CLERO.
Referencia: PB Nº 042/19/AFZ/75
Anexo : CÓPIA XEROX DO "JORNAL PEQUENO"
Difusão : AFZ/SNI.
Origem : DOPS/MA.

DOPS
Delegacia de Ordem Política e Social

Em resposta ao PB em referencia, informamos que o movimento do "Clero Progressista" identificado na área, por este OI, tem como palco a Diocese de Viana, conforme já citamos na Informação nº 163/SI/DOPS/MA, não tendo esta Delegacia maiores detalhes acerca da evolução do mesmo.

Com a doença e, posteriormente, a morte do titular da Diocese tal ação diminuiu um pouco.

À Guisa de maiores esclarecimentos, este OI envia, em anexo, a notícia publicada no "JORNAL PEQUENO", desta capital sobre a sucessão de Dom Francisco Hélio Campos, bispo de Viana.

////////////////////////////////////

Fonte: DOPS-MA. Série Entidades Religiosas. Dossiê 12.

A Figura 20 é um documento da DOPS/MA datado no dia 19 de Fevereiro de 1975, quase um mês após a morte de Dom Hélio Campos (23/01/1975) informando sobre a centralidade do clero progressista no estado do Maranhão ser em Viana. O documento alude a um processo sistemático de acompanhamento ao que denominam clero progressista que tem como palco a cidade de Viana. Apesar de se declarar "sem maiores detalhes", neste único documento há referencias a um pedido de busca (n 042), 02 informações (n 064 e n 163), além de acompanhamento da situação pela imprensa. Tudo isso confirma o elevado grau de monitoramento e ingerência dos órgãos de segurança sobre organizações da sociedade civil, incluindo aquelas de natureza privada, como a igreja.

Logo em sua chegada Dom Adalberto manifestou-se insatisfeito em relação aos trabalhos realizados na Diocese; segundo alguns depoimentos, ele expulsou alguns religiosos

e denunciou à polícia atividades de padres e freiras que permaneceram na Diocese, o que acarretou conflitos internos. Nos relatos seguintes pode-se verificar com a memorização dos entrevistados, suas visões de representatividade de Dom Adalberto no ser Católico a partir de práticas deste bispo.

Esse Dom Adalberto quando ele chegou em Viana a primeira coisa que ele fez foi expulsar as freiras que tinham em Viana tudinho [...] Todas as freiras foram expulsas de Viana, botou tudo pra fora[...] Acabou com seminário[...] Tinha freira que era médica, tinha freira que era enfermeira [...] Eram missionarias. Era Canadense, era lá da França. (LEIGO 02)

*No tempo de Dom Hélio Campos havia uma perspectiva de trabalho na dimensão do Concílio Vaticano II, das Comunidades Eclesiais de Base. Quando chegou Dom Adalberto Paulo da Silva, ele disse claramente a nós, que nos reunimos no presbitério, aos padres [...] todos italianos, que não concordava de forma nenhuma com aquela maneira de fazer igreja, de estar no meio do povo e que a igreja para ele era custodiar o rebanho, batizar e não fazer subversão [...] **Porque ele estava informado que nós fazíamos subversão no meio do povo, nós criávamos situações de conflitos e atritos.** Porque o povo maranhense era um povo ordeiro, mas nós, que vínhamos de fora, sobretudo porque grande parte éramos italianos, nós criávamos confusão. [...] Com Dom Hélio Campos a atividade era uma atividade de evangelização na linha do da Teologia da Libertação [...]. Quando chegou Dom Adalberto Paulo da Silva tudo mudou, ele nos disse claramente que não concordava com aquilo que vínhamos seguindo, e que com ele as coisas seriam diferentes, então havia uma tradição de pastoral da igreja e essa tradição precisava seguir porque era linha dele e que não queria que nós continuássemos com a subversão no meio do povo. (Grifo autora) (PADRE 01)*

O conflito é concebido por Elias (1993) como um elemento constitutivo de qualquer ordem social, sobretudo nos processos de transformações, as mudanças de *configurações* são permeadas de tensões e conflitos, sob esta ótica verifica-se como se formam os conflitos em Viana, como a nova *configuração* de um novo bispo gera tensões entre os religiosos, se antes compartilhavam de visões semelhantes com Dom Hélio, já com Dom Adalberto as normas, bem como, a legitimidade entra em disputa. A posição do bispo é demarcada logo em sua chegada, como observado no depoimento do entrevistado

Quando chegou Dom Adalberto Paulo da Silva tudo mudou, ele nos disse claramente que não concordava com aquilo que vínhamos seguindo e que com ele as coisas seriam diferentes, então havia uma tradição de pastoral da igreja e essa tradição precisava seguir porque era linha dele e que não queria que nós

continuássemos com a subversão no meio do povo, o povo maranhense um povo bom e ordeiro, e nós que vínhamos estávamos criando confusões e conflitos. [...]
 [Dom Adalberto] *Ele ameaçava também os leigos, então, acabou com todos os movimentos que podia acabar. Afastou da atividade pastoral todos os leigos que ele pode afastar, ameaçando sempre de denúncias, porque achava que era atividades subversivas.* (Grifo autora) (PADRE 01)

Os depoimentos sobre Dom Adalberto demonstram as razões pelas quais ele proporia seu trabalho, se mostrando enfático e de forma direta de como seria seu bispado na Diocese de Viana. Uma de suas primeiras medidas ao chegar foi convocar um seminário, como era de costume com Dom Hélio, porém, com posições totalmente adversas aos tipos de pastoral já consolidada na Diocese. É apresentado pelo lavrador/sindicalista o posicionamento do bispo

Estávamos lá. Ele, de manhã, foi dar a primeira palestra dele, ele esclareceu que tinha chegado, que tinha uma outra linha de trabalho, que tinha outro pensamento [...]. Ele era do lado dos militares, do lado dos políticos. Ele não tinha nenhum compromisso com as pessoas mais pobres com quem se trabalhava, com as organizações dos sindicatos, com as organizações das associações dos moradores, com nada, ele não tinha nenhum compromisso com isso
 (LAVRADOR/SINDICALISTA)

Esses redirecionamentos podem ser pensados a partir das formulações de Elias (2008) para quem os processos sociais são entendidos dentro do próprio processo, visto que o jogo está constantemente se modificando, as ações presentes dos indivíduos correspondem às ações anteriores, assim, se apresentam as novas configurações com diferentes disputas. Então, disputar-se –á, com a chegada de Dom Adalberto, as normas da Igreja, como fazer pastoral, a ressignificação do proibido e do permitido.

As posições de Dom Adalberto esvaziando progressiva e sistematicamente as funções de padres e freiras “contaminados pelo marxismo” levaram estes religiosos a ficarem sem atividade na Diocese de Viana, ao ponto desse procedimento do bispo ser interpretado por estes e por leigos como expulsão dos mesmos. Com estas atitudes o bispo limitava os espaços de lutas dos camponeses e a continuidade da pastoral voltada ao povo, com presença de mobilizações de leigos. Assim, Dom Adalberto da Silva, com a autoridade que seu posto lhe conferia, implementava sua política de “renovação” e “limpeza” da Diocese, redefinindo o jogo mediante retirada de agentes contrários a sua posição e inclusão de outros religiosos recém ordenados por ele para fazerem o seu jogo no campo das disputas.

Essa posição é relatada ordena diversos padres de acordo com o que lhe conviera, um dos seminaristas em entrevista à autora relata o seguinte sobre Dom Adalberto

A linha pastoral de Dom Adalberto era uma linha de CEB's voltada para a igreja. Ele sempre questionou a questão de alguns exageros, porque ele era muito doutrinário na parte religiosa. E particularmente, eu vejo isso também, porque quando a gente se volta muito para a CEB's a parte espiritual fica um pouquinho a desejar. Porque assim, o padre é uma autoridade, como o juiz, o médico. Mas muitos nas CEB's não chamam: de padre, chamam é: Tu. Uma pessoa como outra, então, deixa um pouquinho a desejar. Fulano é padre, então, é: Ei! Companheiro! Então Dom Adalberto questionava muito isso. [...] Dom Adalberto não apoiava sindicato justamente por causa disso, não apoiava porque mexia com o povo (SEMINARISTA).

O depoimento acima aponta, de acordo com o seminarista, a inclinação de Dom Adalberto a uma visão hierárquica, na qual deveria existir uma relação vertical entre religiosos e leigos. O que chama atenção é o fato da reconstrução do bispo de um novo quadro de religiosos, em que os mesmos passam a reconhecer sua autoridade, uma vez que, os religiosos que seguiam a pastoral de Dom Hélio não reconheceram a de Dom Adalberto, ainda que estivesse sob a autoridade da Santa Sé. Em depoimento é apontado a reorganização de padres, com novas ordenações

Ordenei bastante, mais de vinte sacerdotes novos. E os padres, eram fiéis a Diocese, muitos fiéis. [...] A ideia que tinha era seguir a orientação Católica, que é a ortodoxia da igreja, que era para ser padre que cuidasse mais da fé, da evangelização, da catequese, ser padre ativo, doar para causa da evangelização da região. Eu ordenei muitos padres (BISPO)

Tendo em vista os depoimentos do seminarista e do Bispo, verifica-se a preocupação de Dom Adalberto em demarcar de forma hierárquica o local de cada um no *campo religioso*, usando de estratégias de exclusões (figura 19) daqueles que não aceitassem seguir seu modelo, e reconstruindo o campo com novos religiosos que o reconhecesse como autoridade.

As práticas do bispo eram revestidas de autoritarismo e de indiferença as condições das disparidades sociais na Diocese de Viana, posto que, além de não oferecer espaços aos encontros de reuniões dos camponeses, coagindo religiosos e leigos, dava como exemplo, grandes punições a eles, como expulsões aos que podia expulsar e excomunhão ao sacerdote nativo, padre Eider, que não recuou diante o autoritarismo do bispo. Utilizava-se

assim de todas as estratégias do jogo, que seu posto lhe permitia. Abaixo pode-se verificar o fala do padre (01) sobre as decisões de Dom Adalberto, e o relato do lavrador informando a proibição de seminários organizados aos lavradores, atividade essa habitual no período de Dom Hélio, em declaração a autora o Bispo contrapõe os registros sobre a expulsão de religiosos, relata que não aceitavam a pastoral ortodoxa, a qual defende como sendo a verdadeira pastoral da Igreja. As interdições de dom Adalberto às mobilizações políticas com os lavradores, muito comuns no bispado de dom Hélio, assim como as perseguições aos religiosos que não se submetessem à “pastoral ortodoxa” imposta pelo novo bispo, são narradas por um sindicalista da seguinte maneira

Ele ameaçou entregar o nome de cada um de nós a polícia federal, ao DOI-CODI, porque ele tinha informações suficientes para incriminar muitos de nós que estávamos lá [...]então havia duas possibilidades [...]continuar com ele ou sair. Ou ele tomaria a decisão de jogar todo mundo fora como de fato ele em dois anos fez, ele jogou fora todos os padres italianos, jogou fora todos os leigos maranhenses [...] Então ele tirou fora todos e ficou então o único que era nativo de lá que era o Padre Eider (Padre 01)

Nós não podíamos ir a seminários (Reuniões em que se discutiam a situação dos lavradores), mas o que aconteceu de imediato foi que ele expulsou os padres com as freiras logo, foi em cada um da gente que tinha feito esse tipo de trabalho (mobilizações de camponeses) e proibiu atuar, e proibiu falar de qualquer coisa de igreja com ele. (SINDICALISTA/LAVRADOR)

Por sua vez, Dom Adalberto, em recente entrevista à autora, empenha-se em desconstruir essa imagem, atribuindo a si comportamento bem diverso do que lhe é imputado.

Diz ele:

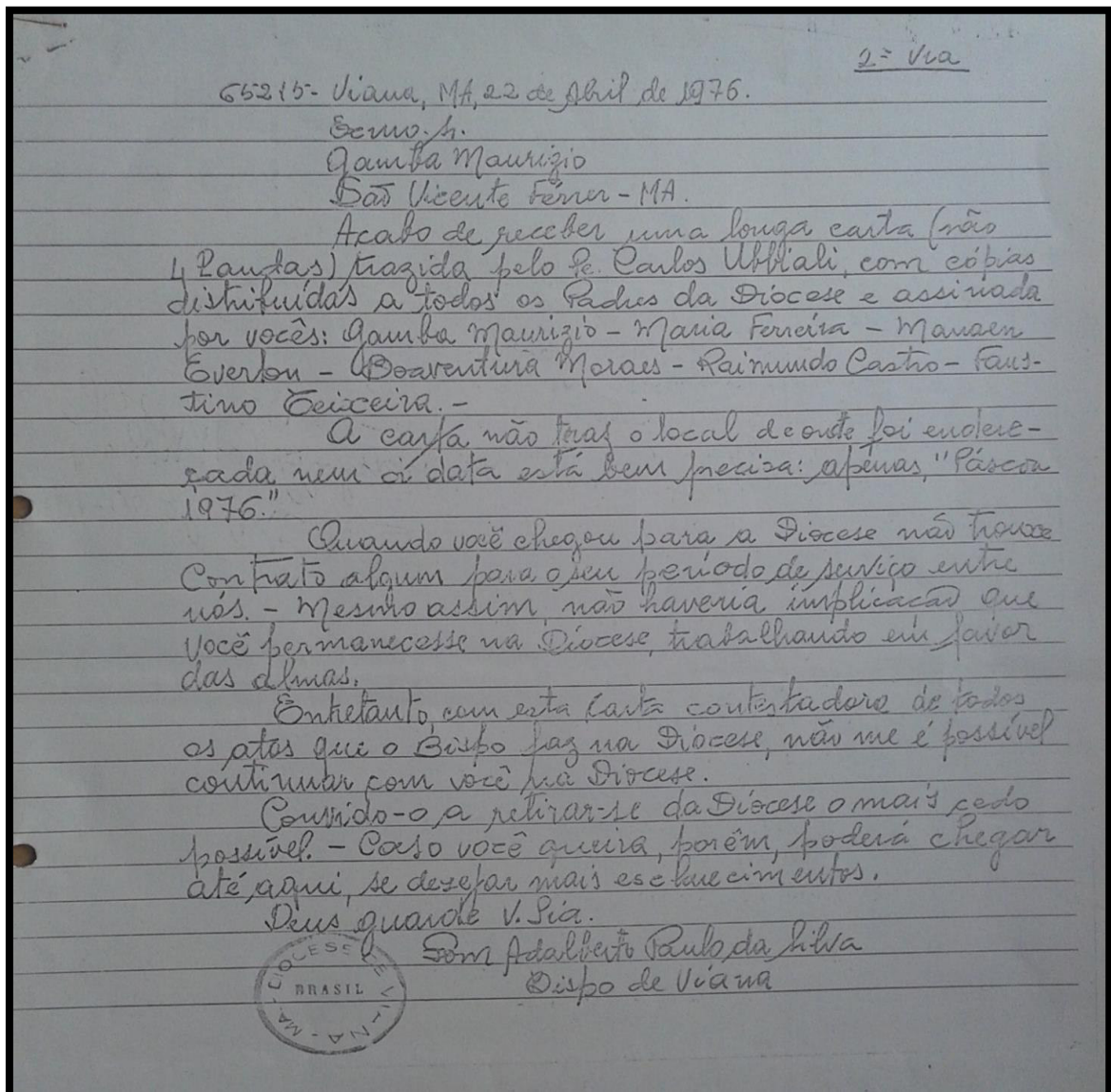
Criticavam com a maior desfeita a pastoral ortodoxa; desesperados eles iam saindo da Diocese, os franceses (mas eram em sua maioria italianos), foram tudo acusando o bispo: que era eu, que os expulsava da Diocese, mas eu nunca expulsei ninguém da Diocese, nunca, nunca. Eles ficavam lá onde estavam [...] aquela pastoral era destruidora, pastoral minada pelo marxismo era uma pastoral destruidora da fé nas comunidades. Mas aí eu não expulsei ninguém; eu ia convencer os que faziam a pastoral assim, que não estavam tão certos assim, eu nunca expulsei ninguém, . Mas alguns saíram da Diocese planejando, voltando a Europa, a Itália, sobretudo, dizendo que tinham sido expulsos, mas não eram expulsos, de jeito nenhum, nunca expulsei ninguém. Eu procurava convencê-los da situação da pastoral que eles exerciam, para que pudessem voltar a Cristo, à ortodoxia do Cristo, do evangelho, à ortodoxia das orientações da Santa Fé, da Nunciatura. Voltassem à verdadeira

ortodoxia, à pastoral da fé, era esse meu esforço, mas nunca expulsei ninguém
(BISPO)

Nota-se no depoimento que a insistente recusa em rejeitar a imputação de expulsão não se estende, porém a reação das críticas ao tipo de ação religiosa que desenvolvida antes da sua chegada à Diocese, classificada como “destruidora”, “minada pelo marxismo” e não verdadeira. As tensões dentro da igreja expressam embates interpretativos em torno do modo de ser e fazer igreja, envolvendo Dom Adalberto (1975-1995) e os religiosos em Viana; se antes o padre Eider ajudava Dom Hélio Campos nas ações mediadoras entre lavradores e governo, Dom Adalberto passa a rechaçar as ações de todos os religiosos da Diocese, tendo um maior combate com Monsenhor Eider.

Na figura 21, “carta convite”, pode-se observar o ato de expulsão dos leigos que se manifestaram pela repressão do novo bispo, a resposta a eles foi o “convite” para que se retirasse da Diocese, entre suas estratégias, uma das utilizadas era a intervenção por meio de militares e do Núncio, na chegada do auxílio financeiro para os religiosos e leigos estrangeiros.

Figura 21 - Carta ao missionário Maurício Gamba



Fonte: DOPS-MA. Série Entidades Religiosas. Dossiê 10

As ações para “ordenar” e “limpar” a Diocese “minada” da ideologia marxista, conferiu ao bispo a medalha concedida pelo Exército Brasileiro de Medalha do Pacificador (Figura 20), em resposta a esta condecoração, os religiosos e leigos escreveram cartilhas satirizando a situação de abusos de poder, autoritarismo e reconhecimento dos militares por tais práticas, produziram assim, a cartilha o Pacificador da Baixada (Figura 21), a qual o padre Eider assumiu responsabilidade. Outras produções como O Cruzeiro e O Evangelho Segundo Viana foram umas das que mais repercutiram no Estado. Tanto o Cruzeiro, quanto o Pacificador da Baixado foram assumidas pelo padre Eider, já o livro Evangelho Segundo Viana, que narra vários acontecimentos na Diocese, foram assinadas pelo leigo Maurício

Gamba e por oitos religiosos: Carlos Ubbiali, Cláudio Bergamaschi, Eider Furtado, José Staccone, José de Ribamar, Mário Aldighieri, Odilo Eiardt e Wilson Cordeiro. No *Evangelho Segundo Viana* há relatos de religiosos e lavradores; cartas de Dom Hélio e de alguns padres, esta obra foi uma organização de determinados acontecimentos na Diocese.

Figura 22 - Medalha Pacificador



Fonte: CPT – Caixa: Conflitos Eclesiásticos

Na cartilha *O pacificador da Baixada* menciona-se os atos autoritários do bispo, as condições dos religiosos em Viana, Dom Adalberto é representado na capa como um lobo em pele de cordeiro, pisando a Insígnia Episcopal, ao lado a Mitra e a Bíblia, uma forma de expressar que seu autoritarismo e abuso de poder estavam acima do sacramento religioso, os quais defendia. Atrás do lobo a frase: Expedido pela Nunciatura. Em alusão de seu envio pelo Núncio.

Figura 23 - O pacificador da Baixada



Fonte: DOPS-MA. Série Entidades Religiosas. Dossiê 10

Com efeito, Dom Adalberto preocupado com a “contaminação” entre os religiosos, além de promover suas saídas, reorganizou seminário, com o propósito de renovar o quadro de religiosos na Diocese de Viana, a saber, os padres naturais da Baixada Maranhense. A despeito dos conflitos, padre Eider e padre Cordeiro permaneceram na cidade, haja vista que detinham direito de moradia em seus lugares de origem, mesmo com a proibição de seus trabalhos na Diocese. Ainda se reportando a seu trabalho e suas prioridades à frente da Diocese de Viana, Dom Adalberto diz

Meu trabalho em Viana foi reorganizar seminários, reabrir seminários da forma do Concílio do Vaticano, perdão, do Concílio de Trento, né. Do Concílio de Trento do século XVI com a devida modernização do Vaticano II para poder terem vocações, que muitos entraram no seminário de Viana e foram produzindo e mandaram os seminaristas terminarem o seminário menor, concluíam o seminário menor enviava para o seminários maiores em São Luís, ou Brasília, ou Teresina ou até mesmo o Rio de Janeiro. Então trabalhei com outros padres, o trabalho foi eficiente (BISPO).

Nesse depoimento, chama atenção o fato de Dom Adalberto dar ênfase ao Concílio de Trento, ocorrido em 1545 a 1563, evento que instituiu sacramentos, como a unção dos enfermos; como também o celibato, a penitência, instituiu-se dogmas que permeiam a cultura do catolicismo, sendo que o Concílio Vaticano II, apesar de confirmar algumas normas estabelecidas no Concílio de Trento, como os sacramentos, orienta para o associativismo, o diálogo, o caminhar junto, ou seja, o conhecido *aggiornameto* pregado pelo Papa João XXII no Vaticano II.

Os padres que permaneceram eram constantemente denunciados em decorrência da oposição ao Bispo Dom Adalberto, em destaque o padre Eider, geralmente censurado não somente por práticas de trabalho junto ao povo que desenvolvia nas CEB's, mas por enxergarem nele um símbolo de resistência às visões político-religiosas e imposições do novo bispo. Conforme uma das entrevistadas que trabalhou em Viana pela Cáritas, no final dos anos 1970 e 1980, como formadora política sindical, o trabalho do Padre Eider transcendia a estrutura da Igreja

O padre Eider junto com Dom Hélio, A partir da Teologia da Libertação, começaram a animar as Comunidades Eclesiais de Base, então eles eram referências. Quando Dom Hélio morre a referência não é a estrutura da Igreja, mas os padres [...] o padre Eider na verdade era referência de uma igreja libertadora.
(LEIGO 3)

Conforme Azevedo (2012), os ataques a agentes religiosos atingem tanto a pessoa isoladamente, como a instituição da Igreja, entre as acusações difamatórias eram constantes o discurso de “subversivo”, “comunista”; “agitador”, “ameaça a segurança nacional”, levando muitos religiosos, no caso dos municípios da Diocese de Viana, a terem suas casas invadidas como pode-se observar no relato abaixo, de uma freira, em Viana

O meu trabalho inclusive era com as comunidades eclesiais de base que a gente viajava muito, celebrava encontros fora da Diocese e intereclesiais, curso de formação sobre os direitos dos trabalhadores, direitos humanos, e eu sei que nós tínhamos os passos seguidos não sei te explicar como e quem era, até hoje é um enigma, não sabemos quem fazia isso dentro da minha própria cidade de São Vicente Ferrer, onde a gente residia, eu pessoalmente tinha meus passos seguidos minutos por minutos-

[...] Tivemos a casa invadida logo após termos sido interrogadas por um senhor chamado Gui Arold, Doutor Aroldo, que se apresentou com o carro com a placa do INCRA, e nos fez, assim, três horas de interrogatório; nós todas, as irmãs reunidas, ele querendo saber era o que nós fazíamos, e nós dissemos com muita liberdade,

mas ele não ficou satisfeito, tanto é que depois voltou para o hotel disse lá para dona Zenaide, lá do hotel, que ele estava muito chateado, com muita raiva e ela perguntou: porque o senhor está zangado, aconteceu alguma coisa? Não, porque eu encontrei quatro beatas vestidas de freiras, mas não vai ficar assim. Tanto é que depois de um mês, ou depois, não lembro se foi um mês ou três meses depois, só sei que ele voltou e tivemos a casa invadida. Nesse tempo a ditadura chamava de operação relâmpago, tivemos nossa casa invadida, estávamos na igreja, era um domingo [...] Domingo pela tarde, e tinha cinco casamentos comunitários, houve pessoas que já conviviam (conviviam com as freiras) e disseram: irmã, por favor, era tão bonito se a senhora fotografar o casamento. Eu disse tá bom, eu vou em casa buscar a máquina fotográfica, nisso que eu entrei pela porta do fundo eu encontro a porta arrombada e quando entro na casa tudo jogado no chão, tudo literalmente. Estantes, os livros, colchão de cama, roupa do guarda-roupa, talheres, tudo jogado, espalhado na casa. Depois não foi roubado objetos, tinha gravador, tinha nesse tempo era radiola, máquina de escrever e a única coisa que roubaram foi os documentos dos bispos do Goiás, nesse tempo já protestando contra a ditadura, que era conhecido como documento dos bispos de Goiás e estava lá, e Dom Adalberto não queria que esse documento circulasse na Diocese e eu estava batendo na máquina para mimeografar, nesse tempo as pessoas usavam mimeógrafo. Me lembro que eu estava na última página do documento já quase terminando, chegou o horário da missa eu deixei o documento original ali, e fui para a igreja, e quando eu voltei a única coisa que sumiu que a gente percebeu que tinham roubado foi o documento original. E até a folha que ainda estava na máquina foi arrancada e levada; outra coisa não levaram. Então foi isso; depois eu fiquei sabendo através de um tio meu que era coronel major do exército, me disse que esse tipo de operação é chamado de operação relâmpago, entraram em poucos minutos fizeram um desastre, levaram esses documentos, pularam o muro, as crianças depois me contaram que eles estavam ao redor do quarteirão da casa e levaram. Então depois disso começamos essa marcação de vigilância. (FREIRA).

Com o passar do tempo o monitoramento foi se tornando mais violento em termos psicológico, visto que, a freira, natural de São Vicente Ferrer, passou a conviver com medo e insegura, assim em 1976 decidiu se afastar da região, neste período, religiosos e missionários estrangeiros estavam sofrendo intervenções do bispo Dom Adalberto em suas atividades pastorais. Assim, não tendo onde desenvolver suas atividades, tão pouco, recursos para se manterem, muitos voltaram para seus países de origem, enquanto outros permaneceram no Maranhão em diferentes Dioceses.

O Bispo Dom Adalberto por assumir uma posição hierárquica privilegiada em relação aos demais religiosos, passou a ditar as regras do que seria possível ou não na Diocese

que ocupava. Para Elias (2000) o poder não é uma substância, mas um atributo das relações humanas, que se mantêm em um equilíbrio instável de forças, em continuidade a esta mesma concepção, Weber (2010) fundamenta o poder sociologicamente como um elemento amorfo, “todas as qualidades imagináveis de um homem e todas as constelações concebíveis podem colocar alguém na posição de impor a sua vontade numa dada situação” (p.102).

Se antes o poder era harmônico entre os religiosos, em que estes usufruíam em prol da população camponesa, pelos seus direitos humanos, confrontando-se com a elite de latifundiários, de políticos e com os militares; com a chegada de Dom Adalberto a relação de poder no *campo religioso* passa de uma consonância a uma inconsonância, uma vez que os religiosos não reconheceram o terceiro bispo como pertencente ao seu grupo religioso, dado que não seguiram seu modelo pastoreio, já que possuíam discrepâncias na forma de compreender Igreja e, por conseguinte, pastoral, o que levou a expulsão dos religiosos estrangeiros, entendido pelo viés Weberiano como a imposição da própria vontade em uma relação social, mesmo que contra toda resistência.

A perspectiva elisiana considera as *configurações* como um curso de ações variáveis no jogo social, e nesse curso o poder também é instável, em que há tensões e desequilíbrios entre os indivíduos interligados, nesse curso há presença de conflitos e cooperações. As lutas pelo equilíbrio de poder podem ser manifestadas tanto por pressões tácitas, quanto por pressões abertas (ELIAS, 2000), o contexto da ditadura possibilitou as duas formas pela disputa de poder, haja vista que havia uma *configuração* específica formada por presença de violências físicas, como pressões psicológicas, o que formou conflitos entre religiosos e governo no período de Dom Hélio. Com a chegada de Dom Adalberto há composição de novas configurações no *campo religioso*, o qual não é mais harmônico, as relações passam de cooperação a conflitos.

Entende-se assim que, estes bispos articularam suas tomadas de posição em um contexto específico de conflitos, tanto internos, como externos à igreja, formando uma figuração que pressupunha figuração anterior, uma vez que a ida de Dom Adalberto a Diocese de Viana é entendida pelas figurações passadas, o modelo pastoral de Dom Hélio, sendo cada configuração formada nas relações dos Bispos com demais religiosos, lavradores e agentes do governo. Assim, as *configurações* são relações de interdependência, e uma só é compreendida a partir de outra, Elias (2008) sugere que se observe as relações e não cada indivíduo isoladamente, não seus comportamentos como fim, mas o processos que formaram a realidade atual. Diz ele que o

decurso do jogo é relativamente autônomo de cada um dos jogadores individuais, dado que todos os jogadores têm aproximadamente a mesma força. Mas este percurso não tem substância, não tem uma existência independente dos jogadores, como poderia ser sugerido pelo termo jogo. Nem o jogo é uma ideia ou um “tipo ideal”, construído por um observador sociológico através da consideração do comportamento individual de cada um dos jogadores. (IBDEM, p.141-142)

Os indivíduos são relativamente autônomos por serem interdependentes, assim, a posição de um é entendida a partir da posição do outro, o percurso do jogo, não existe, senão, pela interdependência dos jogadores e o percurso do jogo não existe sem os jogadores. É no percurso dos jogos que se apresentam as práticas. A partir dessa ideia verifica-se as relações de disputa no *campo religioso*, em que religiosos denunciavam Dom Adalberto, não reconhecendo suas práticas, seu saber específico para ser aceito no campo, por outro lado, as práticas dos religiosos também não eram aceitas pelo bispo, desencadeando uma disputa prolongada por legitimidade. Cada um jogou com as estratégias e recursos que dispunham. O bispo foi ordenando novos padres, com sua reorganização do seminário, ao passo que ia sendo denunciado pelos sacerdotes que aderiram ao modelo pastoral de Dom Hélio, reconhecendo e sendo reconhecidos um pelos outros. Dom Adalberto mesmo ocupando um posto de maior autoridade não conseguiu obter reconhecimento dos religiosos e nem dos leigos da Diocese de Viana, dado que seu modelo não teve seguidores. Avalia-se, que mesmo com a chancela da Santa Sé, em condições legais e jurídicas, as quais apontam o bispo como pastor maior, Dom Adalberto não foi aceito, não sendo assim, autorizado pelos agentes.

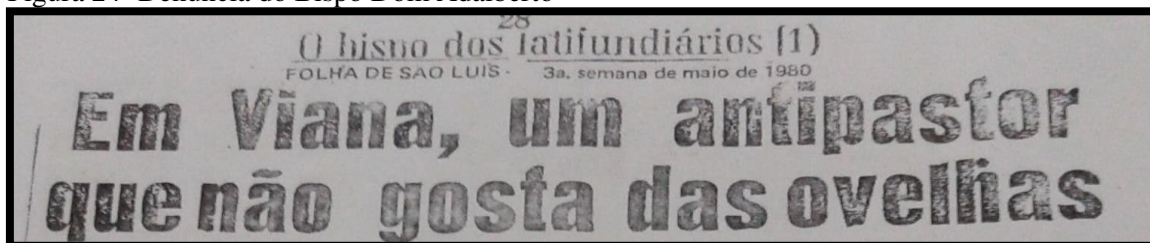
Padre Eider e Padre Cordeiro, nativos, permaneceram em Viana durante todo período da ditadura, estiveram presentes desde a criação da Diocese, ainda que o sacerdote Eider tenha se afastado por uns anos, não interrompeu sua luta pelo modelo de pastoral que acreditava, posto que utilizava a Rádio Educadora para denunciar as injustiças com os lavradores em sua passagem por São Luís.

Sendo assim, a Diocese de Viana é percebida como uma instituição em um constante processo de construção em que agentes específicos do *campo religioso*, que possui leis e funcionamento próprio, se apresentaram em uma constante luta pela legitimidade de fazer pastoral. O bispo Dom Hélio em uma relação de interdependência com os demais agentes do campo ao incorporar as estruturas sociais acionando seus conhecimentos sobre o *aggiornamento*, da mesma forma o padre Eider, investiram no campo e contribuíram para a reprodução do jogo, com adaptações e cooperações, dado que a “luta tende continuamente a produzir e a reproduzir o jogo e tudo o mais que está em jogo, reproduzindo naqueles que se encontram diretamente envolvidos nele” (Bourdieu, 2008, p.45). Assim, as relações de força são redefinidas com a entrada de Dom Adalberto que aciona sua rede de relações para jogar

no *campo religioso*, porém as normas que já redefiniam anteriormente o jogo faz com que ele não tenha o reconhecimento dos religiosos da Diocese. O que o leva a buscar uma redefinição expulsando e recrutando novos seminaristas que pudessem compartilhar sua visão, na ótica de Bourdieu as lutas simbólicas pelo poder de produzir e impor visão de mundo são constitutivas do campo simbólico (Bourdieu, 2011).

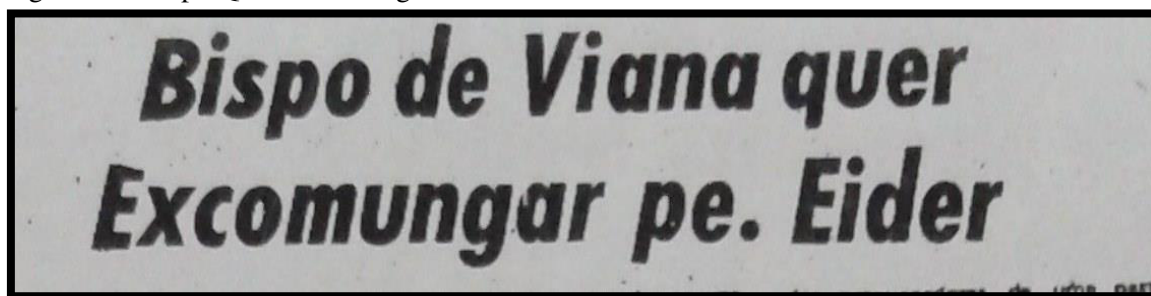
Neste campo de forças o padre Eider não cessou suas denúncias sobre as práticas de Dom Adalberto em que o mesmo, usando de estratégias conseguiu o afastar de suas funções, em resposta, padre Eider o colocou na justiça do trabalho, o que lhe resultou de uma excomunhão. Esses conflitos foram acompanhados e registrados pela imprensa, como pode-se observar nas figuras seguintes abaixo.

Figura 24- Denúncia do Bispo Dom Adalberto



Fonte: CPT – Caixa: Conflitos Eclesiásticos Jornal Folha de São Luís: 03/05/1980

Figura 25 - Bispo Quer Excomungar Padre



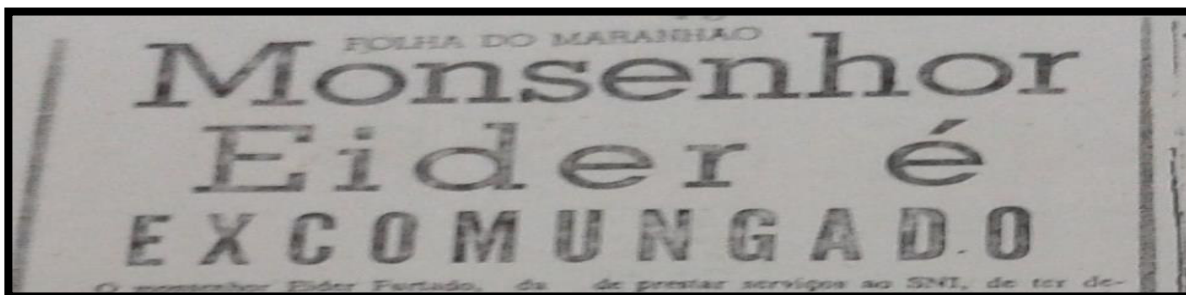
Fonte: CPT – Caixa: Conflitos Eclesiásticos. Jornal da Noite.06/10/1981

Figura 26 - Bispo Excomunga Padre



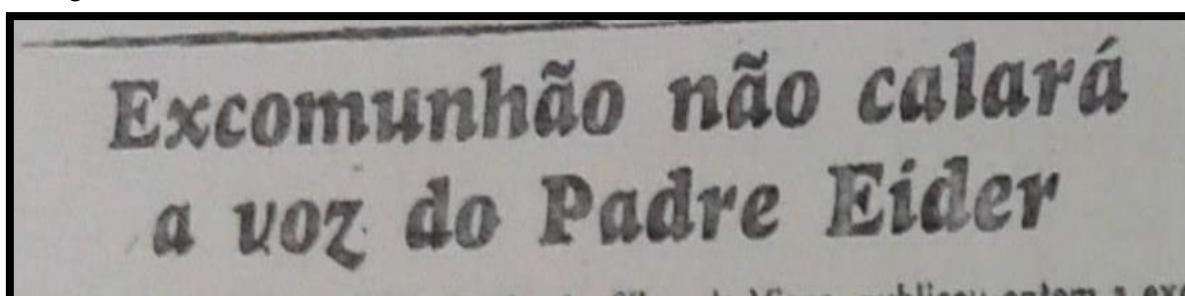
Fonte: DOPS-MA. Série Entidades Religiosas. Dossiê 10. Jornal O Imparcial. 02/05/ 1982

Figura 27 - Padre Eider Excomungado



Fonte: CPT – Caixa: Conflitos Eclesiásticos. Jornal Folha do Maranhão 27/04/1982

Figura 28 - Padre Eider não se calará



Fonte: CPT – Caixa: Conflitos Eclesiásticos. Jornal Folha do Maranhão 11/07/1982

Ressalta-se que as *configurações* são criadas pelos jogadores, através de suas relações com o os outros, existindo a interdependência entre eles. Nesse sentido, a atuação dos demais religiosos estava sob as ações dos bispos, os quais apresentavam seu poder de decisão de acordo com o seu lugar de origem e de suas crenças.

As concepções, práticas políticas e religiosas de cada um desses bispos, assim como as do padre Eider, podem ser entendidas em sentido weberiano, segundo o qual, estas ações foram construídas em um tempo e espaço específico, de múltiplas teias de significado. Cada um dos bispos jogou com o que estava em jogo, segundo suas concepções. Para Dom Adalberto a preocupação central era acabar com trabalhos pastorais considerados “tortuosos” desenvolvidos pelo seu antecessor, Dom Hélio Campos, no caso, as, ações políticas e reivindicativas dos grupos de lavradores. Avesso aos elementos da Teologia da Libertação, Dom Adalberto, considerava que a prioridade dos membros da igreja era a prática da obediência, dos sacramentos e rituais religiosos. Sobre estas diferentes visões de Igreja, fé e práticas religiosas, os entrevistados relatam

Só sei que eu tinha que ajeitar as tortuosidades que eles tinham na pastoral, e pra começar essa era a ideia, essa é a orientação da Igreja, vindo da nunciatura apostólica lá de Brasília, em vista de melhorar a situação de igreja na própria região de Viana na Baixada Maranhense. (BISPO)

O Dom Adalberto chamou os seus confrades capuchinos para fazer uma pregação pra nós, e passamos três dias ouvindo pregações e como dizia, obedecer, obedecer, obedecer, obedecer, obedecer sempre ao bispo e tudo aquilo que ele quisesse mandar fazer, nós deveríamos obedecer isso, isso e aquilo. E inclusive vieram também duas coirmãs que eram superiores dessa congregação, a madre geral e a secretária que participaram também do encontro, e viram que muita coisa q não tinha nada a ver do que talvez ele queria falar mas era um modo de dizer vocês não estão obedecendo, vocês não estão com a igreja, vocês não estão fazendo aquilo que o bispo quer (FREIRA)

A persistência na continuidade da pastoral de Dom Hélio, de seguir as orientações do bispo anterior durante o bispado de Dom Adalberto acarretou consequências dentro e fora da Igreja no âmbito externo, a retirada dessa mediação institucional forte e prestigiada, deixou os camponeses em condições muito vulneráveis, expostos A perseguições, pressões, torturas, como também morte de camponês. Pois já não possuíam aquele mediador, com “capacidade de interagir em diferentes domínios sociais e de lidar com vários códigos e valores” (Ros, 2008, p. 101), esta situação agravou situações de conflitos que antes, no período de Dom Hélio, não eram habituais, como retratado no seguinte relato

Nós atendíamos em São Vicente Ferrer, o município de São João Batista, Cajapió, Bacurituba. Então, nós tínhamos toda essa área onde a gente assistia; eram quatro municípios que formavam uma única paróquia, e a gente andava muito. Então tinha um senhor que era até Juiz Federal [...] tinha muitas terras lá em Cajapió. Então todo lavrador que era posseiro nas terras que eram de centenas de milhares de hectares e viviam ali, viam seus avós morrerem; ali nasceram e se criaram, de repente aparece o dono e começa a expulsar da terra. Então, o trabalho de Dom Hélio era aquele de dizer vocês têm o direito de estar aqui porque tem lei usucapião que favorece a permanência de vocês, é uma questão de direito de justiça.

Então esse Doutor mandou prender três lavradores que habitavam no interior de Cajapió e foram levados pela polícia militar, e eu, estando em São Luís, me foi pedido pelas irmãs que eu pudesse visitá-los, pois estavam no quartel general da policia do exército, ali onde hoje é o Convento das Mercês. Eu fui ali visitar, eu consegui fazer isso através de uma colega que estudava comigo, que era filha do Coronel, eu disse que eu queria visitar esses presos e era proibido a gente chegar lá e visitar; então eu falei com ela, ela falou com o pai. E eu falei com esses presos, eles dentro da cela e eu na grade. Quando eles abriram a boca parecia que estavam podres totalmente. Eles disseram: irmã nós estamos ainda vivos, mas estamos mortos porque apanhamos com sacos de areia estamos arrebetados por dentro, cuspiendo pus, jogando pus pela boca, nós estamos podres; eles me mostraram as

mãos, veja as nossas mãos, todas as unhas estavam [...] Eu não sei te dizer a palavra correta, o povo usa a palavra favada, quer dizer que estavam todas quase soltas as unhas; não sei a palavra exata, mas o povo diz assim. Então, porque vocês estão com essas unhas assim? Ele disse assim: que eles enfiam agulha nas nossas unhas depois ligam a um fio elétrico, ligam também aos nossos genitais depois começam a dar choque na gente. Então, foram coisas muito terríveis que me deixaram muito impressionada e choravam muito por lembrar das esposas, dos filhos: o que seria deles? Então, a gente dava aquele apoio e pessoalmente eu pude vê-los só essa vez, porque não passaram muitos dias e eles chegaram realmente a óbito, porque estavam já, como ele disse: já estamos mortos, não tem como sair daqui mais vivo. Isso foi já no tempo do Dom Adalberto. (FREIRA)

Esse depoimento expressa a situação de extrema vulnerabilidade e violência a que estavam submetidos grande parte dos fieis da Diocese de Viana e dos dramas sociais com que a Igreja era chamada a confrontar-se. Diante dessa realidade, cuja miséria e violência local era agravada pelo autoritarismo e negação de direitos, próprios de contextos ditatoriais, agentes religiosos faziam suas escolhas políticas e teológicas, ajustando-se a posições que lhes parecesse mais ajustadas às suas aspirações de justiça e de poder.

Chama atenção o fato de que, no período mais difícil da repressão política no país, o bispado de Viana, conduzido por dom Hélio Campos alinhou-se a opção preferencial pelos pobres, indicada pelo Vaticano II (1962-1965), Conferência de Medellín (1968) e reforçada na Conferência de Puebla (1979) e no período da transição, onde as pressões ditatoriais já se faziam mais frouxas, o bispado da cidade, cujo grau de violências locais não se atenuara, Dom Adalberto declara verdadeira campanha contra o que se chamaria de Catolicismo Popular, ou seja, uma igreja mais sensível e engajada com os ideais de justiça social priorizando um fazer religioso mais endógeno voltado aos sacramentos e focado na salvação da alma. Assim Dom Adalberto protegia-se dos riscos associados ao catolicismo popular, reputando aos religiosos palavras depreciativas, o que era recorrente no regime, tais práticas levaram muitos religiosos e leigos a serem denominados comunistas, torturados, e por vezes mortos (SERBIN, 2001).

4.3 Igreja e a Sociedade Civil na Diocese de Viana

O Vaticano II transformou a vivência e reflexão Católica, criando ou reforçando práticas revolucionárias, abriu espaço para os movimentos pastorais, sobretudo, estudantil, operário e camponês, muitas vezes provocando conflitos entre movimentos apostólicos leigos e a hierarquia.

Em Viana, esses movimentos leigos tiveram à frente religiosos como o padre Heitor Piedade, Eider Furtado, e Wilson Cordeiro, únicos padres nativos quando se formou a Diocese de Viana. Junto a eles o padre Francisco das Chagas. No fim dos anos de 1950 o movimento da Ação Católica Especializada motivada por Dom Delgado passa a atuar na Diocese junto com as comunidades, o que levou ao desenvolvimento das CEB's, tendo um trabalho em conjunto com o MEB.

Com a chegada de Dom Hélio em 1969, se notou uma regularidade nas práticas do servir como uma forma mediadora com os movimentos populares (CEB's e MEB) e com as pastorais da Ação Católica Especializada (JAC e JEC), as atividades em Viana conservaram alguns padrões, como o de “igreja popular”, mesmo tendo outros variados, as práticas dos religiosos mantiveram uma tendência, uma regularidade, norteadas pela ideia de Igreja para o povo, mesmo com algumas tensões no percurso dessas práticas.

Esta prática de “pastorear”, de um modelo específico de igreja, possibilitou uma expansão de organizações associativas nas comunidades, eram transmitidos nas formações políticas a noção de grupos, do agir coletivo, conforme relato pelo entrevistado

Nas comunidades Eclesiais de Base a gente discutia a organização, os sindicatos. Como discutir lá na nossa comunidade, uma associação de moradores, por exemplo, que tivesse como organizar as pessoas, de discutir com as pessoas, com os lavradores. Então com isso a gente passava a se organizar e fazia nossas roças, nossas colheitas. Então tudo isso ele nos ajudou naquele período, foi muito rico para os lavradores, principalmente, para a organização [sindicatos].
(SINDICALISTA/LAVRADOR)

A partir do depoimento, verifica-se a influência da Igreja, representada por um agente, no caso Dom Hélio, como elemento transformador no modo de vida de uma população, sobretudo, lavradores. Percebe-se como os agentes religiosos, estando sob regras e normas, a partir de sua linha de pastoral adotada, podem levar transformações a diferentes níveis de setores daquela sociedade que lhe aceitam e reconhecem. Os indivíduos assim são entendidos como constitutivos nos processos sociais, nas transformações das sociedades e tudo que nela se estrutura, a sociedade não existe sem os indivíduos e os indivíduos não existe sem a sociedade, também não é a soma dos dois, mas uma *configuração* social, um produzindo o outro (ELIAS, 2008).

Tendo em vista esta perspectiva, notou-se uma nova *configuração* com a chegada de Dom Adalberto, os conflitos que antes se concentravam entre religiosos e poderosos (latifundiários, militares e políticos), se transfere para dentro da igreja, o conflito se forma,

assim, à medida que as *configurações* sociais vão se alterando desde as unidades menores, as relações padre e bispo, percorrendo as unidades maiores, com maior número indivíduos, bispos e movimentos leigos, estas tensões e conflitos se apresentam em decorrência das aspirações individuais e necessidades coletivas (ELIAS, 1993).

Sobre os conflitos no interior da igreja católica, o historiador Serbin (2001) aponta que, no período ditatorial, as discussões dos bispos sobre o regime eram bastante controvertidas. Decerto que tanto bispos como militares viam a necessidade da Igreja controlar o clero ativista, embora por diferentes razões. Por outro lado, havia bispos que esforçavam-se em proteger padres e ativistas. E deve ser levado em consideração que havia progressistas na cúpula da Igreja, do mesmo modo que havia conservadores na base (COSTA, 1994)

Houve no período da ditadura uma abertura às práticas de padres ativistas, o contexto contribuía para suas posições progressistas, dado que as torturas, desaparecimentos e mortes se agravavam. Na sociedade em Viana a realidade era de disparidade social, a luta por sobrevivência e direitos mínimos, como moradia, fazia parte da vida da maioria da população. Assim, os movimentos da Ação Católica e as CEB's tiveram uma forte atuação na cidade, e, se em todo Brasil era recorrente maiores engajamentos de padres e freiras, em Viana houve também o apoio de um bispo, contribuindo para o crescimento de movimentos populares na Diocese. O período ditatorial foi o momento em que mais cresceu movimentos leigos no país (MAINWARING, 2004). Na Diocese de Viana semelhante ao restante do país, movimentos leigos com apoio dos religiosos buscavam a transformação de suas realidades, combatendo as injustiças sociais, fundamentados em um ativismo progressista.

Com a morte de Dom Hélio as mobilizações declinaram, as organizações de ações coletivas, associações e sindicatos perderam formadores políticos, uma vez que freiras, religiosos e leigos estrangeiros foram sendo expulso com o passar do tempo. Os movimentos ficaram mais frágeis, ademais os leigos também eram ameaçados pelo bispo, sendo pressionados a não continuarem as mobilizações.

5 CONCLUSÃO

As relações entre Igreja Católica e Estado no Brasil têm um histórico de aliança que se expressa, entre outros exemplos, na predominância do catolicismo na preferência dos brasileiros e, por outro lado, o sempre presente conservadorismo político dentro dessa instituição. Um dos raros, talvez único momento em que essa estreita aliança foi colocada em xeque aconteceu durante a ditadura militar, notadamente a partir dos anos 1970, quando estas tensões atingiram o ponto máximo, chegando a atingir integrantes da alta hierarquia, representada por bispos, arcebispos e CNBB.

Não sendo, porém um bloco monolítico, mas um campo, atravessado por tensões e conflitos relacionados a disputas, as mais diversas, que vão das doutrinas religiosas às ideologias políticas, em muitos momentos a Igreja se apresentou dividida e conflagrada, embora isso nunca tenha se dado em prejuízo ao imperativo da reprodução, como se deu com a Diocese de Viana, criada por razões práticas, de facilitar o acesso, mas também de acompanhar o rebanho, o que foi feito, no caso do primeiro bispo, com a igreja chamando para si a tutela daquela população que vivia sob dramáticos indicadores de pobreza e violência e uma Igreja presa aos rituais de sacramento e oração.

A chegada de Dom Hélio Campos modifica esse padrão, uma vez que este, movido por fortes convicções de um catolicismo popular, alimentado na Teologia da Libertação e no Concílio do Vaticano II, enxerga na Diocese, especialmente em Viana, uma realidade injusta a ser transformada pela força de processos organizativos empreendidos pelos oprimidos. Nessa perspectiva e atento às regras do campo, Dom Hélio Campos desenvolveu estratégias para usar seu capital social, em benefício das lutas e demandas populares. Certo de que os trunfos potencializariam as conquistas populares e a concretização do ideal religioso, mas também político, de justiça social e compromisso com os pobres e oprimidos. Para tanto, recorreu até ao papa.

O contexto em que adotava tais medidas, porém, era marcado por repressão e perseguição mais acirrada àqueles que desenvolviam atividades relacionadas a associações, ainda que fossem realizadas pela alta hierarquia da Igreja Católica. Percebeu-se que este religioso, voltado a setores progressistas, ao se deparar com a realidade da Diocese de Viana, incorpora as regras daquele jogo no *campo religioso*, se relacionando de forma específica com o campo político, gerando tensões entre os agentes deste *campo* e religiosos da Diocese.

Observou-se que ao externalizar as estruturas, o bispo foi adquirindo mais reconhecimento tanto da comunidade como dos religiosos.

Por outro lado, os religiosos que seguiam a linha pastoral de Dom Hélio, foram juntamente com ele sendo vigiados, incriminados e fichados, uma vez que o próprio bispo era tido como “subversivo”, todos seus seguidores estavam suscetíveis às mesmas penas do bispo. Estes trabalhos desencadearam descontentamento tanto da elite local como de agentes do governo, que buscaram alternativas para mudarem a realidade que se encontrava na Diocese. Estas atividades que chamaram atenção desses agentes podem ser compreendidas pela atuação do padre Eider Furtado em comunhão com Dom Hélio Campos, que em conjunto, ganharam força, articulando-se por toda região da Diocese.

As atuações dos religiosos, em especial, do bispo, podem explicar o episcopado posterior, que é entendido a partir das ações de Dom Hélio, uma vez que suas tomadas de posição culminaram na interferência por um agente militar, General Campelo, da 10ª RM, da nomeação do terceiro bispado da Diocese de Viana. Em que pese à existência de laços de amizade desse general com Dom Adalberto e o Núncio Apostólico, essa atitude se configura como uma intervenção do poder militar sobre a Igreja Católica.

Ressalta-se que o entendimento relacional, um explicando outro, com interpenetrações de diferentes *configurações* com outras, contribuiu para a compreensão das atuações dos bispos da Diocese de Viana. A forma de Dom Hélio atuar no campo religioso respondia as soluções às dificuldades sociais e econômicas da população, como também dizia respeito à forma que o Estado lidava com agentes considerados “desordeiros”.

Dom Adalberto, que chegara a Diocese como o propósito de fazer uma “limpeza”, passando a desenvolver estratégias para tal, se assegurou pelas estruturas sociais que se inseria, uma vez que não obteve reconhecimento pelos religiosos que seguiam as orientações do bispo anterior. Outro elemento de suporte ao êxito de Dom Adalberto da Silva é sua rede de relações sociais com agentes de outros campos, em que o contexto ditatorial contribuiu para que estas relações pessoais tivessem peso no campo religioso, mantendo-se com suas estratégias. Usou de estratégias como incluir novos agentes no jogo, afastando religiosos que não eram seus aliados, ou seja, abriu novos Seminários para ordenação de padres, e gradativamente, por meio de suas relações pessoais, já que era prezado por outras autoridades religiosas e do governo, conseguiu paralisar as atividades as quais não compartilhava, cumprindo assim, o propósito de “limpeza”.

Por fim, pode-se destacar, também, o diferente percurso que seguiu o cenário político brasileiro em relação a nomeação de um bispo conservador e militar à Diocese, cujo momento, a ditadura se encaminhava, por pressões populares, a gradativa abertura política.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **Estado de Exceção**. São Paulo: Boitempo, 2004.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno. **Autonomia e Mobilização Política dos Camponeses no Maranhão**: um estudo sobre as formas de organização dos trabalhadores rurais do Maranhão nas últimas três décadas, história e documentos. Rio de Janeiro: [s.n], 1981.

ALMEIDA, Adroaldo José Silva. **Pelo Senhor, marchamos**: Os evangélicos e a ditadura militar no Brasil (1964-1985). 2016, 310 f. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.

ARNS, Paulo Evaristo. **Brasil**: nunca mais. 28. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

ASSELIN, Victor. **Grilagem**: corrupção e violência em terras do Carajás. Imperatriz-MA: Ética: 2009.

AZEVEDO, Dermi. **Travessias Torturadas**: direitos humanos e ditadura no Brasil 1964-1985. Natal: Offset Editora, 2012.

BACHELARD, Gaston. **A Formação do Espírito Científico**: contribuição para uma psicanálise do conhecimento. Rio de Janeiro: Contraponto. 1996.

BALDIN, Marco Antonio. Dom Leme e a Recristianização do Brasil – Ensaio de Interpretação. Anais do II Encontro Nacionais do GT História das Religiões e das Religiosidades. **Revista Brasileira de História das Religiões – ANPUH**, Maringá, v. 1, n. 3, 2009.

BAUER, Caroline Silveira. **Avenida João Pessoa, 20150 – 3º Andar**: terrorismo de Estado e ação de polícia política do Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul (1964-1982). 2006, 282 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

BORGES, Arleth Santos. **PT Maranhão 1982- 1992**: origens, organização e governos municipais. São Luís: EDUFMA, 2008

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório Comissão Nacional da Verdade**. Brasília: CNV, 2014. 976 p. 1 v.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. 15. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

_____. **A Economia das Trocas Linguística**: o que falar quer dizer. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

_____. Compreender. In: BOURDIEU, Pierre (Org.). **A Miséria do Mundo**. Petrópolis: Vozes, 2007a. p. 693- 732.

_____. **A Economia das Trocas Simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2007b

_____. **Questões de Sociologia**. Lisboa: Fim de Século, 2003.

CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2004.

CARTILHAS de pastoral social Nº 01. **O que é Pastoral Social?** Distrito Federal: CNBB, 2001.

CASTRO, Celso. **Pesquisando em Arquivos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2008

CAVA, Ralph Della. A Igreja e a abertura, 1974-1985. In: FISHLOW, Albert et al. **Democratizando o Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean et al. **A Pesquisa Qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. (p.295-315).

CNBB. **Comunicado Mensal**. Nºs 124-125. Janeiro- Fevereiro 1963a.

CNBB. **Comunicado Mensal**. Nºs 130-131. Julho- Agosto 1963b.

CONCEIÇÃO, Manuel da. **Essa Terra é Nossa: depoimento sobre a vida e as lutas de camponeses no Estado do Maranhão**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1980.

COSTA, Wagner Cabral da. **O Rosto Rural da Igreja: a atuação da CPT no Maranhão 1976/1981**. 1994, 59 f Monografia (Graduação em História) Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 1994.

COSTA, Wagner Cabral da. **Sob o signo da morte: o poder oligárquico de Victorino a Sarney**. São Luís: EDUFMA, 2006.

ELIAS, Norbert. **Introdução à Sociologia** Lisboa: Edições 70, 2008.

FERRETTI, Sergio Figueiredo. Sincretismo Afro-brasileiro e Resistência Cultural. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 4, n. 8, p. 182-198, jun. 1998.

_____. **Escritos & Ensaios: 1.Estado, Processo, Opinião Pública**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2006.

_____; SCOTSON, John. L. **Os Estabelecidos e os Outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

_____. **A sociedade dos Indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

_____. **O processo Civilizador: formação do estado e civilização**. Vol. 2. Rio de Janeiro: Zahar, 1993

ESTADO, Secretaria de. **Acordo entre a Santa Sé e a República Italiana**. Disponível em: < http://www.vatican.va/roman_curia/secretariat_state/archivio/documents/rc_seg-st_19850603_santa-sede-italia_it.html > Acessado em 18 Jul. 2016

ESTADO, Secretaria de. **Código de Direito Canônico**. Lisboa: Editorial Apostolado da Oração, 1983.

FICO, Carlos. **Como eles Agiam:** os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FLICK, Uwe. Utilização de documentos como dados. In: _____. **Introdução à Pesquisa Qualitativa**. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2009

FRANKLIN, Adalberto. **Manoel Conceição:** sobrevivente do Brasil. Imperatriz, MA: Ética Editora, 2015.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos Movimentos Sociais:** paradigmas clássicos e contemporâneos. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

GUTIÉRREZ, Gustavo. **Teologia da Libertação:** perspectivas. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1983.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. Paris, França: Edições Vértice, 1990.

KARNAL, Leandro; TATSCH, Flavia Galli Documento e História. A memória evanescente. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (orgs.). **O historiador e suas Fontes**. São Paulo: Contexto, 2009, p. 9-27.

LOPES, Eliane Ramira Sousa Lopes. **Igreja e Política:** assistencialismo e cidadania na trajetória da Cáritas Maranhão, 2013, 147 f. Monografia (Graduação em Ciências Sociais). Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2013.

LAGROYE, J; OFFERLÉ, M. Pour une sociologie des institutions. In: LAGROYE, J; OFFERLÉ, M. **Sociologie de l'institution**. Paris: Berlin, 2011.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, Enxada e Voto:** o município e o regime representativo no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

LOWY, Michael. **A Guerra dos Deuses:** religião e política na América Latina. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2000.

LUNA, Regina Miranda Reis. Impactos dos grandes projetos para as populações camponesas, no Maranhão. **Cad. Pesq.** São Luís, 2 (1): 57 - 61 Jan/Jun. 1986.

MADURO, Otto. **Religião e luta de classes**. 2 ed. Petrópolis, Rj: Vozes:1983.

MAINWARING, Scott. **A Igreja Católica e a Política no Brasil (1916-1985)**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

MARCHI, Euclides. **A Igreja e a Questão Social:** O discurso e a práxis do catolicismo no Brasil (1850-1915). 1989, 224 f. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1989.

NERIS, Wheriston Silva. **Igreja e Missão:** religiosos e ação política no Brasil. 2014, 400 f. Tese (Doutorado em Sociologia)- Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão/SE, 2014.

PASSERON, Jean- Claude. História e Sociologia: Identidade social e identidade lógica de uma disciplina. In: _____. **O Raciocínio Sociológico**. Petrópolis: Vozes, 1995.

PASSOS, João Décio. **Como a Religião se Organiza**: tipos e processos. São Paulo: Paulinas, (2006).

PAULO VI, Papa. Encíclica **Populorum Progressio**. Roma, 1967. Disponível em: < http://www.dhnet.org.br/direitos/anthist/marcos/edh_enciclica_populorum_progressio.pdf > Acesso em 10 Set. 2015.

PAULO VI, Papa. Decreto **Apostolicam Actuositatem**. Roma, 1965. Disponível em: < http://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_decree_19651118_apostolicam-actuositatem_po.html > Acesso em 22 Jul 2016.

PIEIDADE JUNIOR, Heitor. **Casa de “Seu Gegê”**: um pedaço de saudade. Rio de Janeiro: Maanaim Editora, 2005.

PINTO, Maria Núbia Bonfim. **Do Velho ao Novo**: política e educação no Maranhão. 1982, 222 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1982.

POUPART, Jean. A entrevista de tipo qualitativo: considerações epistemológicas, teóricas e metodológicas. In: POUPART, Jean et al. **A Pesquisa Qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. (p. 215-253).

PORTO. Márcio de Souza. **Dom Delgado na Igreja de seu tempo (1963 -1969)**. 2007, 205 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza/ CE, 2007.

RAPÔSO, Maria da Conceição Brenha. **Movimento de Educação de Base – MEB**: discurso e prática - 1961-1967. 1982, 205 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1982.

REIS, Daniel Aarão. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

ROS, Carlos Cowan. Mediação e conflitos: lógicas de articulação entre agentes de promoção social e famílias camponesas, no norte da Província de Jujuy, Argentina. In: NEVES, Delma Pessanha. **Desenvolvimento Social e Mediadores Políticos**. Porto Alegre: UFRGS editora, 2008.

ROSA. Lilian Rodrigues de Oliveira. **A Igreja Católica Apostólica Romana e o Estado Brasileiro**: estratégias de inserção política da Santa Sé no Brasil entre 1920 e 1937, 2011, 286 f. Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, França, 2011.

SCHALLENBERGER, Erneldo. Os teuto-brasileiros: ação católica, cooperativismo e terceira via política. **MÉTIS: história & cultura**. v. 4, n. 7, p. 133-144, 2005.

SCHALLENMUELLER, Christian Jecov. **Tradição e Profecia**: o pensamento político da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e seu contexto social e intelectual (1952 - 1964). 2011, 156f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2011.

SCHERER- WARREN, Ilse. **Redes de Movimentos Sociais**. São Paulo: Edições Loyola. 2. ed., 1996.

SEMERARO, Gionavi. **A Primavera dos Anos 60**: a geração de Betinho. São Paulo: Edições Loyola, 1994.

SERBIN, Kenneth P. **Diálogos na Sombra**: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SILVA, Eider Furtado da. **Uma história ser conhecida**. Viana, Maranhão: [s.n], 1983.

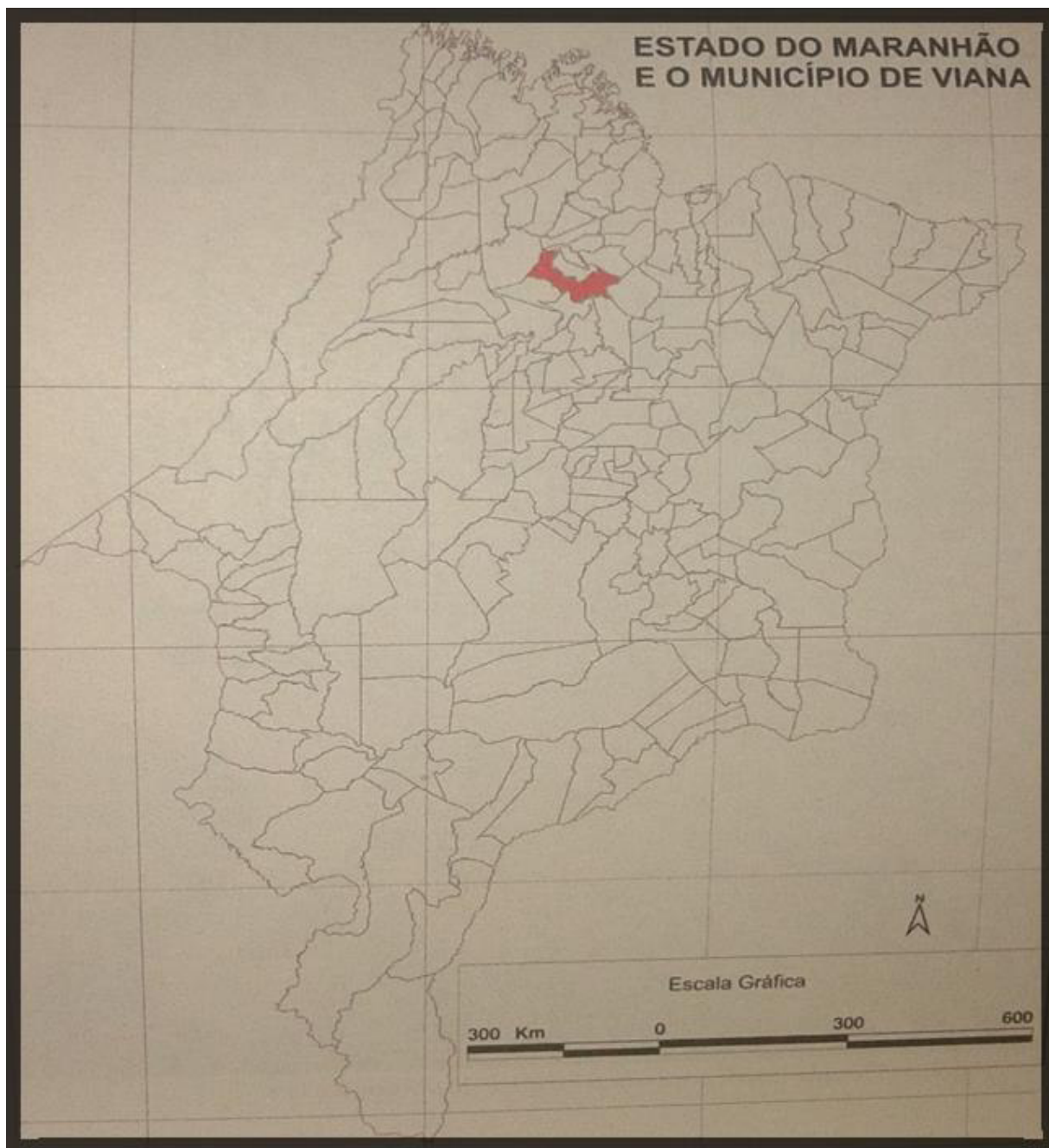
UBBIALI, Carlos et al. **O Evangelho Segundo Viana**. Viana, Maranhão: [s.n], 1977.

UNESCO. **Memory of the World Register**. Disponível em <http://www.arquivonacional.gov.br/media/MOW_PT_2_completo_baixa.pdf. > Acesso em 20 Jan. 2016.

WEBER, Max. **Conceitos Sociológicos Fundamentais**. Covilhã, Portugal: LusoSofia: Pres, 2010.

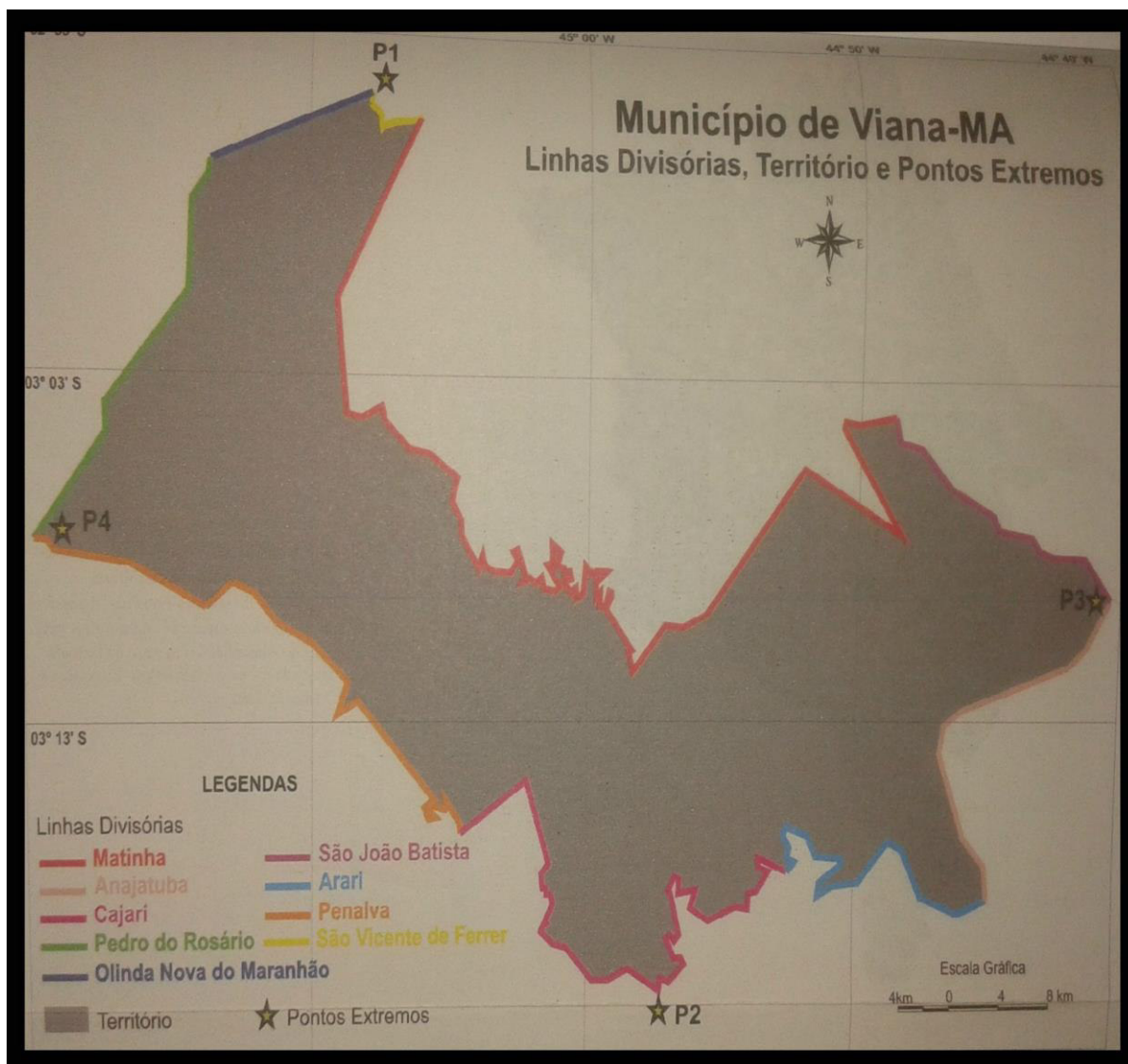
ANEXOS

ANEXO A – MAPA DO MARANHÃO EM DESTAQUE DE VERMELHO O MUNICÍPIO DE VIANA



Fonte: FRANCO, José Raimundo Campelo. **Veias do Rio Maracu**: portfólio geoambiental de Viana, polo turístico dos lagos e campos floridos na Baixada Maranhense. São Luís: EDUFMA, 2014.

ANEXO B – MUNICÍPIO DE VIANA E SEUS ATUAIS LIMITES TERRITORIAIAS.




Fonte: FRANCO, José Raimundo Campelo. **Veias do Rio Maracu**: portfólio geoambiental de Viana, polo turístico dos lagos e campos floridos na Baixada Maranhense. São Luís: EDUFMA, 2014.

ANEXO C- IFOGRAFIA DA CIDADE DE VIANA

Fonte: Disponível em: <
<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?lang=&codmun=211280&search=||inogr%E1ficos:-dados-gerais-do-munic%EDpio> > Acessado em: 20 Jun. 2016.

**ANEXO D - RELATÓRIO SOBRE AS ATIVIDADES DOS RELIGIOSOS E LAVRADORES
NO MUNICÍPIO DE SANTA LUZIA**


SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INFORMAÇÃO


Ao: Bel João Batista Xavier-Diretor da DFP/MA

Senhor Diretor:

Em cumprimento às determinações de V. Sa., sobre o PA nº 388/74/SNI/AFZ, que manda investigar as atividades dos religiosos Pes. SILVANO ROSSI, MÁRIO ALDIGLIARI e ALFONSO, conseguimos apurar o citado no contexto abaixo:

- Que o Pe. SILVANO ROSSI desfruta de grande influência, como líder sobre os lavradores e, em geral, sobre a classe pobre daquele município;
- Que em seus sermões, no ato das missas, cita regras orientadoras de ação que afetam com profundidade aos lavradores, no sentido de se rebelarem contra as autoridades constituídas;
- Que incita-os à desconfiança às leis, esclarecendo que tais leis são elaboradas para tirarem os direitos do pobre;
- Que o clima gerado por tais sermões chega a um ponto tal que, as pessoas levantam-se em solidariedade ao padre, proferindo palavras ofensivas às autoridades, enquanto o padre SILVANO em tom dramático chora e ri, sensibilizando ainda mais os presentes;
- Que as missas não têm características religiosas, e sim de reuniões para fins de pregações subversivas;
- Que durante os sermões, o vocabulário do padre gira em torno das palavras: "luta", "revolta armada", "liberdade", "escravidão" e "injustiça";
- Que nessa sua campanha, o padre fundou um clube de jovens, que funciona sob sua orientação e assistência direta da paróquia, fundou também o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Luzia e o Centro Promocional Rural de Santa Luzia;
- Que os editoriais de convocação para as Assembléias Gerais do Centro Promocional são assinadas pelo padre SILVANO com o título de Presidente Demissionário (Anexo I);
- Que o padre acima citado induziu várias pessoas no sentido de que estas façam pregações de sua doutrina nos bairros e no interior de Santa Luzia, aos sábados, domingos e feriados;
- Que dentre os pregadores destacam-se o Sr. RAIMUNDO TELES (Anexo 2 - Fotografia), que nos declarou formalmente que a solução para os problemas do Município seria uma luta armada, com os lavradores usando espingarda calibre 12, culminando com a matança dos ricos da região;
- Que os elementos RAIMUNDO de tal, FRANCISCO de tal, INÁCIO de tal, RAIMUNDO JOÃO, e outros, são pregadores e homens de confiança do padre SILVANO. Para se localizar tais elementos, deve-se procurar o Sr. RAIMUNDO TELES, porquanto os mesmos são do círculo de amizade dele. O endereço de RAIMUNDO TELES é na rua Grande-s/nº, Santa Luzia/MA., Hotel Alvorada;

60,4
A SS/DPF/MA
extraire o texto
do SUS/MA
e CI/DPF
Cm 2303/74



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

6007
continuação - informações

MÁRIO ALDIGLIERI

-Que o padre MÁRIO ALDIGLIERI, embora não seja tão atuante quanto o padre Silvano, o apoia em todo o movimento (Anexo 4 - Fotocópia da ficha de identificação);

ALFONSO DE CARO

-Que o padre ALFONSO DE CARO, embora não seja tão atuante quanto o padre Silvano, o apoia em todo o movimento (Anexo 5 - Fotocópia da ficha de identificação);

BISPO D. FRANCISCO HÉLIO CAMPOS

-Que com a chegada do Bispo, D. HÉLIO CAMPOS, de Viana-MA, foi realizada uma grande reunião na Matriz de Santa Luzia-MA, onde o Bispo, o padre Silvano, Alfonso, Aldiglieri, e outros que os acompanhavam a bordaram o tema "eleições". Na ocasião, foi lida uma carta feita pelo Bispo para a Diocese de Viana, datada de 15/8/74, na qual destaca-se a figura dos políticos como pessoas que nada fazem pelo povo pobre e que só trata de enganá-los. Isto porque, só na época das eleições é que os candidatos aparecem naquelas paragens, que com muita simpatia bom trato, presentes e remédios, procuram angariar os votos dos lavradores.

Dentro do assunto, fizeram comparações grotescas entre os eleitores e eleitos, como:

" Quem enriqueceu depois das eleições passadas, os eleitores ou os eleitos ? "

" Quem possui as melhores casas, os eleitores ou os eleitos ? "

" Quem tem as melhores terras, os eleitores ou os eleitos ? "

" Quem tem condições de colocar os filhos no colégio, os eleitores ou os eleitos ? "

" Quem se veste melhor, os eleitores ou os eleitos ? "

" Quem tem a mesa farta, os eleitores ou os eleitos ? "

No final da carta, o Bispo chama os políticos de "sepulcros caiados" e os eleitores de "bois ferrados", porque os acolhem e votam neles e que depois de eleitos, invariavelmente nada fazem por aquela gente humilde. Enfim, incitou a todos os presentes, homens e mulheres, usando de psicologia profunda e com bom humor, a votarem em branco, isto é, anularem seus votos.

-Que no final da reunião, conclamou o povo a não esmorecer na luta, e anunciou sob clima de grande tensão, que o padre Silvano seria deslocado para a Diocese de Viana. Na ocasião, houve protestos contra a saída do padre, por parte dos lavradores, no que prontamente foram respondidos pelo Bispo da seguinte maneira:

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

da seguinte maneira: "Vocês devem continuar a luta contra os sem os pedras como adletas". A aplicação desta medida é de grande importância para a maior utilidade da população. Isso é o que importa porque assim atenderá melhor a população do interior. -Que no final da reunião, o Sr. Silva disse: "Trabalho muito para Santa Luzia/MA., para esclarecermos os escravidos da região".

Continuando nossas investigações e atendendo aos dados solicitados através do Pedido de Busca nº 156/82/74-Gu5L, conseguimos os seguintes dados:

a) É verídico que o indivíduo RAIMUNDO ALVES DA SILVA está criando problemas constantes na área de Santa Luzia/MA., deslocando-se também para o interior, ocasião em que surge de elo de ligação entre o padre Silvano e os outros, e os lavradores.

b) Dados de qualificação:

Nome - Raimundo Alves da Silva

Filiação - José da Silva Barros e Luiza Alves da Silva

Data do Nascimento - 25 de julho de 1934

Nacionalidade - Brasileira

Naturalidade -

Estado Civil - Casado

Profissão - Lavrador

Função - Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Luzia/MA.

Endereço - Rua 26 de março, s/nº, Santa Luzia/MA.

c) O nominado, cria os seguintes problemas na região de Santa Luzia/MA.:

- Incita os lavradores à invasão de terras e à revolta armada contra os donos das terras;
- Distribui panfletos aos lavradores do município e do interior, sendo que estes panfletos são mimeografados no mimeógrafo pertencente à Igreja de Santa Luzia/MA e o mesmo fica guardado na casa paroquial, na praça da igreja.

O êxito, em todas essas campanhas em que estão empenhados os elementos citados nesta Informação, deve-se em grande parte à falta de assistência por parte das autoridades locais (Prefeito, Delegado de Polícia e outros), para com o povo.

É o que tínhamos a informar.

São Luís, Maranhão, 21 de agosto de 1974.

Erico Gomes dos Santos Filho
Chefe de SO/DPF/MA

Erico Gomes dos Santos Filho
CHEFE de SO/DPF/MA

Juvandir Furtado Passos
Ext. Aux. de Pol. Federal

ANEXO E- SERMÃO DA ÚLTIMA MISSA EM VIANA DE DOM HÉLIO

MENSAGEM DE DOM FRANCISCO HÉLIO CAMPOS
NA MISSA DE NATAL 1974 EM VIANA/MA.

ANEXO N.º 012 (04 FLS)
ENCA P.º 166/75 SI/SR/DPF/MA
DOC

Meus irmãos e filhos muito amados!

Eu queria dizer a vocês neste Natal - o primeiro sentimento é um agradecimento profundo ao Pai que me deu a grande felicidade de vir ficar estes dias com vocês. Gostaria de abraçar cada um e de levar esta mensagem de amizade a cada um, mas ainda as forças são poucas demais.

Natal!

Raz cerca de três meses que eu me encontrei nesta caminhada face face com o Natal eternamente. Como eu senti que todas minhas forças desapareceram, que todas as energias se acabaram, que não passava de alguém a dois passos do caminho! Eu quero dizer a vocês, meus filhos, que naqueles dias eu tive duas grandes alegrias: agradeço Pai por ir encontrar-me com ele. Não temi a morte. Para mim era apenas um Natal sereno que ia começar.

E, o segundo sentimento foi renovar aquelas mesmas palavras que eu disse a vocês no dia de minha posse: MINHA VIDA PELA IGREJA PARTICULAR DE VIANA. Para que essa Igreja seja viva, nasça todos os dias e revele todos os dias o amor do Pai, a união de uns para com os outros, a marcha. Essa marcha viva para a libertação.

O Natal não é festa de escravos, é festa de homens livres. As injustiças, as maldades, as perseguições, tudo isso não impedem externamente a libertação, quando o povo descobre o Cristo, esse Cristo do amor, esse Cristo que une, esse Cristo que salva, esse Cristo que liberta, esse povo que começa a viver o Natal.

As festas de presentes, as festas de luz não são Natal de Cristo. Não esqueçam o que vocês acabaram de ouvir no Evangelho: "Para eles não havia lugar". Em Belém havia muitos lugares para os outros, mas para eles não há lugar. No mundo de hoje, meus filhos, na realidade em que vivemos não há lugar para o Cristo porque não há lugar para os libertadores. A mensagem dos Jovens disse isso a vocês. Eu conheço a alma dos Lavradores, dos nossos queridos irmãos do campo. Eles sentem que não há lugar para eles. Mas eles não lutam pelos seus lugares, eles lutam pelo lugar que todo homem tem direito. Lugar a ser livre, lugar a ser filho de Deus, lugar a viver o Natal permanente.

Hoje nós lembramos um fato de dois mil anos, mas essa lembrança não terá sentido, não terá valor se ela indicar que nós estamos nascendo, nascendo hoje como homens livres, como quem acredita no ano, como quem acredita nesta realidade, que unidos, todos unidos, sem diferença de classe, de povo, de raça, de nada, nós estamos marchando livremente. Embora as barreiras da escravidão, daqueles que nos querem encadear, daqueles que nos querem prender, sejam fortes, (daqueles que tem medo de perder o poder) nós não queremos tomar o poder de ninguém. Nós deixamos todos com os seus poderes. Nós queremos ser livres. Livres porque somos homens livres porque somos cristãos, livres porque o Cristo nasceu.

ANEXO N.º 012 (04 FLS)
 E.N.C.A. P.º 166/75 SI/SR/DPF/MA
 DOC

É isso, meus filhos e meus irmãos, que eu podia desejar a vocês hoje.
 Não sei quanto tempo tenho de vida. A minha doença é grave. Muito grave. O médico me disse: "O senhor sabe que para a sua doença não há remédio". Eu vi isso com tranquilidade. E quero dizer a vocês que uma das maiores alegrias que eu tive nesta minha doença foi saber esta palavra de um lavrador: "A VOZ DO NOSSO BISPO PODE TER CALADO, PODE SE CALAR, MAS A NOSSA VOZ NUNCA SE CALARÁ MAIS. NÓS DESCOBRIMOS O CRISTO, NÓS DESCOBRIMOS O LIBERTADOR."

Pois, meus filhos e meus irmãos, se vocês pudessem penetrar na alma do Bispo vocês achariam a felicidade que Nosso Senhor está me dando por ver vocês, ver a face de cada um, conhecer cada um. Vocês não podem calcular a minha felicidade.

Mas eu queria mais uma vez repetir esta palavra que muitas vezes não compreendem: ou nós somos libertadores com o Cristo ou nós nascemos todos os dias para libertar os nossos irmãos com o Cristo—não uma libertação por eu estar melhor, fulano estar melhor, mas o povo de Deus é um povo livre, é um povo que não é mais escravo, é um povo cujos deveres e direitos são vividos, é um povo que pode falar, que pode pensar, que pode amar. É isso. Então esse nascimento, meus queridos e meus filhos muito amados, será um nascimento novo, vocês estão celebrando um Natal permanente, um Natal de todos os dias, um Natal de todos nós.

Por isso é que eu quero terminar dizendo que esta glória de Deus seja um Deus que está se glorificando dentro de cada um de Vocês, um Deus que está presente numa Igreja de iguais, que o Bispo, o padre, a religiosa, o leigo são iguais, com missões diferentes. Mas uma Igreja que fala por todos: não só pelo bispo, não só pelos padres, não só pelas religiosas, mas por cada um—pela criança, pelo jovem pelo adulto. A Igreja que fala. Uma Igreja livre porque todos são iguais. Uma Igreja sem compromissos. Uma Igreja que está nascendo, como o Cristo nasceu para a libertação dos homens.

Por isso, meus filhos, vamos continuar esta missa pedindo que este Natal, que eu digo a vocês se a minha vida, se Nosso Senhor quiser que ela não dure mais, mas que ela se acabe nesta missa, nestes dias em que eu estou com vocês, se Nosso Senhor quiser esta minha vida para que vocês saibam nascer, saibam viver em Cristo, saibam nascer, saibam se libertar com Cristo, não só se libertar, mas tomar compromisso com a libertação dos irmãos. Enquanto houver um irmão oprimido, um irmão injustiçado, nós seremos a VOZ dos irmãos—seja ele pobre ou rico, seja ele preto ou branco, seja ele sábio ou tenha estudado ou não saiba ferrar o nome, mas é meu irmão, eu estou comprometido com ele, as suas angustias e esperanças são minhas angustias e esperanças. E, então, meus filhos, o nosso Natal foi realmente Natal de Luz, Natal de Verdade, Natal de Amor, Natal de Felicidade.

Vamos fazer nossa Profissão de fé...

Esta mensagem (copiada do gravador) foi pronunciada por Dom Hélio na Missa de Natal concelebrada por ele e os padres Eider, Silvano, Odilo, Cordeiro, em Viana.